



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇÔNICA
INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL*

Márson Alquati

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

G002c7

Alquati, Márson, 1972 –

A Maçonica Independência do Brasil. Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçonica História do Brasil.

151 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. Independência do Brasil.

G002c7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonica Independência do Brasil*. In: História da Maçonaria: A Maçonica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: __/__/____.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| I – A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL..... | 06 |
| II – UM CAPÍTULO EM BRANCO NA HISTÓRIA DO BRASIL..... | 07 |
| III – O ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818..... | 08 |
| IV – A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO (1820)..... | 10 |
| V – REFLEXOS DA REVOLUÇÃO PORTIGIESA NO BRASIL..... | 15 |
| VI – A LOJA “COMÉRCIO E ARTES”..... | 19 |
| VII – A FUNDAÇÃO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL..... | 21 |
| VIII – O CLUBE DA RESISTÊNCIA..... | 25 |
| IX – OS OFÍCIOS DO INTENDENTE DE POLÍCIA..... | 27 |
| X – AS DELIBERAÇÕES DAS CORTES PORTUGUESAS..... | 28 |
| XI – O “DIA DO FICO” (09 DE JANEIRO DE 1822)..... | 31 |
| XII – CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O “FICO”..... | 41 |
| XIII – A DEPOSIÇÃO DO GOVERNO DE SÃO PAULO..... | 43 |
| XIV – A DIVISÃO AUXILIADORA PORTUGUESA..... | 45 |
| XV – D. PEDRO: DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL..... | 50 |
| XVI – OUTRAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS REFERENTES AO ATO..... | 54 |
| XVII – O APOSTOLADO | 55 |

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

| | |
|--|-----|
| XVIII – DUAS MAÇONARIAS: AS CORES DA DISCÓRDIA..... | 58 |
| XIX – O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE..... | 60 |
| XX – A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE..... | 63 |
| XXI – OS MAÇONS DO BRASIL E OS DE ALÉM-MAR..... | 68 |
| XXII – A INICIAÇÃO MAÇÔNICA DE D. PEDRO I | 70 |
| XXIII – O MAÇÔNICO MANIFESTO DE 1º DE AGOSTO DE 1822 | 79 |
| XXIV – A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA..... | 80 |
| XXV – AS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS APÓS O “GRITO DO IPIRANGA” | 90 |
| XXVI – A POLÊMICA DO 20 DE AGOSTO X 09 DE SETEMBRO | 92 |
| XXVII – UMA INESPERADA HOMENAGEM | 99 |
| XXVIII – A ACLAMAÇÃO DO IMPERADOR | 101 |
| XXIX – A CERIMÔNIA DE COROAÇÃO DO 1º IMPERADOR DO BRASIL..... | 105 |
| XXX – O FECHAMENTO DO GRANDE ORIENTE | 108 |
| XXXI – LEDO X BONIFÁCIO | 111 |
| XXXII – A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA | 121 |
| XXXIII – ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL | 126 |
| XXXIV – ANEXOS..... | 131 |
| a. ANEXO 01: CARTA DE GONÇALVES LEDO..... | 131 |
| b. ANEXO 02: ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818..... | 132 |
| c. ANEXO 03: DECRETO Nº 125 DAS CORTES DE LISBOA..... | 133 |
| d. ANEXO 04: OFÍCIO DA JUNTA DE SÃO PAULO | 134 |
| e. ANEXO 05: REPRESENTAÇÃO DOS FLUMINENSES | 136 |
| f. ANEXO 06: DISCURSO DE JOSÉ CLEMENTE PEREIRA | 138 |

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

| | |
|--|-----|
| g. ANEXO 07: TERMO DE CONCESSÃO DE TÍTULO A D. PEDRO | 141 |
| h. ANEXO 08: DISCURSO DE 23 DE MAIO DE 1822 | 142 |
| i. ANEXO 09: NOTA DE RIO BRANCO SOBRE O 20 DE AGOSTO..... | 144 |
| j. ANEXO 10: HINO MAÇÔNICO DA INICIAÇÃO..... | 145 |
| k. ANEXO 11: HINO MAÇÔNICO DE D. PEDRO I | 146 |
| XXXV – BIBLIOGRAFIA..... | 147 |



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Conforme Morivalde Calvet Fagundes¹:

“A Independência dos povos americanos, inclusive a do Brasil, foi preparada por Lojas especialmente organizadas para isto; e só entrava nelas quem se propusesse a tais desígnios. Eram Lojas irregulares, não ortodoxas? Muitas delas sim. Mas, assim mesmo, eram Lojas Maçônicas. Negá-lo seria caluniar a História”.

¹ FAGUNDES (1989, p. 98).

UM CAPÍTULO EM BRANCO NA HISTÓRIA DO BRASIL

João Dornas Filho² é quem melhor possui a capacidade de introduzir o tema seguinte, que trata da Independência do Brasil, da intensa movimentação nos bastidores à consolidação da mesma. Segundo o referido autor:

“Há um capítulo em branco na História do Brasil e esse capítulo é o que se refere justamente à Maçonaria, mormente nos dias agitados de preparação, da realização e da consolidação da Independência. Certamente, pelo seu caráter secreto, em que as ideias, os atos e as atitudes não podiam e não deveriam ter a mesma publicação ampla e intencional das outras instituições; e ainda, pela campanha indormitada que lhe moveram inimigos insidiosos, o trabalho desenvolvido pela Maçonaria no Brasil, grande e generoso trabalho de patriotismo e de compreensão humana, é bem pouco conhecido e esse pouco deturpado e torcido pelos seus adversários. Na época da Independência, em que as consciências viviam aferrolhadas ao sabor das conveniências políticas e pessoais, as sociedades secretas, como a Maçonaria, eram os meios mais eficazes para agremiar e propagar opiniões, apesar do ‘Decreto do Terror’ expedido por D. João VI. À Maçonaria se deve a aceleração do movimento subterrâneo da Independência, forçando alguns acontecimentos como o ‘Fico’, a criação do Conselho de Procuradores, a convocação da Constituinte, a aclamação do Imperador, intramuros e depois publicamente, sempre com o grupo de Ledo à frente: Gonçalves Ledo, Cônego Januário da Cunha Barbosa, General Nóbrega, Brigadeiro Alves Branco Muniz Barreto e José Clemente Pereira”.

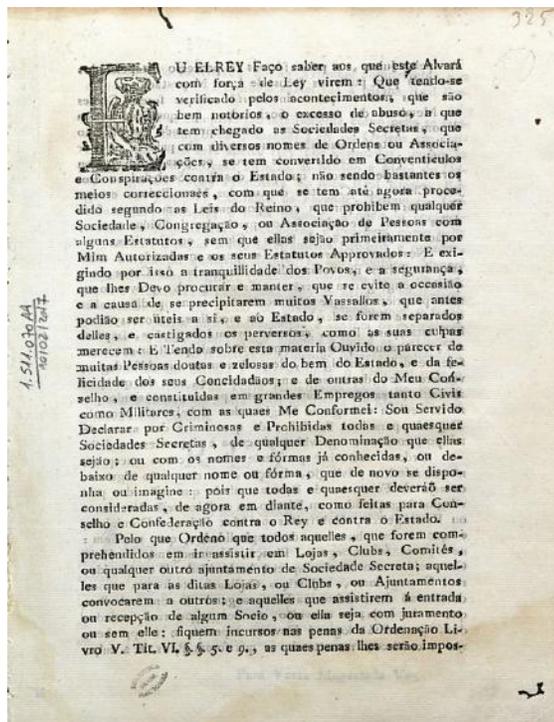
Tudo começou lá em 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, quando o Brasil deixou virtualmente a condição de colônia.

² DORNAS (1937, p.59-60).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Estava inaugurada a política de D. João VI no Brasil. Esta seria a primeira medida formal em direção ao “07 de setembro de 1822”. E o “Grito do Ipiranga”, apenas a consolidação de uma ruptura política que começara 14 anos antes, com a supracitada abertura dos portos³.

Mas antes da Independência propriamente dita, aconteceram dois movimentos influenciados diretamente pela Maçonaria e que foram de vital importância para a mesma: em 1817, a “Revolução Pernambucana” e em 1820, a “Revolução Liberal do Porto”.

O ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818

No ano seguinte ao do malgrado movimento pernambucano, D. João VI, aterrorizado pelo vulto que tomavam as novas ideias políticas e sociais em Portugal e no Brasil, condenou todas as sociedades secretas e seus membros, por conspirarem contra o Estado.

³ ROCHA (2015, p.7).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Como consequência direta da “Revolução Pernambucana” de 1817, pelo “Alvará de 30 de março de 1818”⁴, D. João proibiu as sociedades secretas.

Silenciava no Brasil a Maçonaria ostensiva. A vigilância policial infundia terror. Contudo, a revolução prosseguia, à coberto, nos templos maçônicos⁵.

Joaquim Gonçalves Ledo e outros maçons da época fundaram o “Clube Recreativo e Cultural da Velha Guarda”. Camuflado sob esse título, o fundamento da agremiação era a Independência⁶.

Nesta mesma época, Ulisses de Carvalho Soares Brandão⁷ confirma que, em Coimbra, doze estudantes brasileiros haviam organizado um clube (?) para, secretamente, tratarem da Independência de sua Pátria; e que em Montpellier, também já existiam outros três projetos visando igual fim.

Que tipo de clubes/projetos seriam esses? Quem eram as cabeças por trás de tudo?

Pandiá Calógeras⁸ é bastante enfático ao assegurar que na América do Sul, a Maçonaria desempenhou um papel excepcional nos dias da Independência. Organizou o movimento e dirigiu governos de 1810 a 1825, nas colônias espanholas; e de 1821 a 1823, no Brasil. *“Nenhum outro alvo se lhe conhecia, nas atividades da associação, que o auxílio, a caridade e as aspirações liberais”*.

Embora não sendo um partido político, lutava a Maçonaria pela proscricção do regime absolutista, implantando o de liberdade e direitos assegurados numa Constituição, com representantes do povo no Parlamento.

Mas tal não convinha às monarquias absolutistas, porquanto significava a sua derrubada.

⁴ Ver “ANEXO 02: Alvará de 30 de março de 1818”.

⁵ GOMES (1975, p.55).

⁶ GOMES (1975, p.50).

⁷ BRANDÃO (1924, p.66).

⁸ (CALÓGERAS, 1941).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Passou então a Maçonaria, a ser rigorosamente proibida e tenazmente perseguida pelas autoridades régias. Em tais circunstâncias, outro comportamento não poderia assumir, senão o de constituir-se em uma sociedade secreta, impondo aos seus filiados o sigilo absoluto sobre as suas atividades revolucionárias, naturalmente, pois sabia-se que de outra forma, que não pela revolução, jamais seriam alcançados os seus objetivos.

Para impedir a ação maçônica, os governos colocaram a seu serviço órgãos a quem competia censurar e proibir, sob todos os meios e modos, a divulgação das novas ideias políticas e sociais; e, para reprimir as revoluções e julgar os revolucionários, criou-se um tribunal especial que teve a denominação de “*Juízo da Inconfidência*”, extinto a 03 de maio de 1821, por decreto das Cortes de Lisboa, com a vitória da “Revolução Liberal” naquele país, articulada e levada a cabo pela Maçonaria lusitana⁹.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO (1820)

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, inverteram-se os papéis. Enquanto a antiga colônia prosperava, a metrópole vivia uma crise igualmente sem precedentes.

⁹ GOMES (1975, p.53).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Os 13 anos que D. João VI permaneceu no Rio de Janeiro foram de grandes sofrimentos para o povo português, dominado pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Entre 1807 e 1814 Portugal perdeu meio milhão de habitantes. Praticamente um sexto da população pereceu de fome ou nos campos de batalha. Aliado a isso, a abertura dos portos da antiga colônia, em 1808, e o tratado especial de comércio com os ingleses, assinado em 1810, haviam sido golpes duríssimos para os comerciantes portugueses, que até então intermediavam todas as trocas do Brasil com a metrópole e o resto do mundo, obtendo altos lucros nas negociações. Prejudicado pela concorrência britânica, o comércio de Portugal com o Brasil despencou. No sentido contrário, as exportações do Brasil para Portugal foram reduzidas pela metade¹⁰.

Na metrópole portuguesa alimentava-se a esperança de que, terminada a guerra contra Napoleão, o tratado com a Inglaterra seria revogado e a corte retornaria a Lisboa. Não ocorreu uma coisa nem outra. Os tratados continuaram e D. João VI não demonstrava nenhuma vontade de retornar.

Paralelo a isso, o absolutismo havia chegado ao seu apogeu. Em contrapartida, nas Lojas Maçônicas sonhava-se com a regeneração dos povos, com o advento de uma sociedade tal que faria a felicidade da grande família humana, dentro de uma nova ordem política e social. As palavras *"LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE"* fascinavam, eletrizavam.

A grande revolução de 1789, triunfante na França, pela ação espiritual dos intelectuais conscientes das novas ideias e ideais que a Maçonaria vulgarizou, encontrara um ambiente favorável em Minas Gerais, na Bahia e em Pernambuco. Não fora em vão o sacrifício de Filipe dos Santos e de Tiradentes, dos conjurados baianos de 1799 e dos revolucionários pernambucanos de 1817, animados todos por um mesmo ideal: a Independência.

¹⁰ GOMES (2010, p.79).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E agora, um estandarte, rubro como o sangue dos mártires, erguia-se, alto, convocando a inteligência e a coragem à participação do movimento que levaria o Brasil, afinal, à emancipação política¹¹.

Foi nesse contexto que uma revolução constitucionalista, promovida e levada a cabo por obra da Maçonaria lusitana, tomou conta dos quadros políticos portugueses.

Os ressentimentos explodiram na manhã de 24 de agosto de 1820, quando tropas rebeladas reuniram-se no Campo de Santo Ovídio, na cidade do Porto, e se declararam contra o domínio inglês.

A “Revolução Liberal do Porto” tinha como objetivo reestruturar a soberania política portuguesa por meio de uma reforma liberal que limitaria os poderes do Rei e reconduziria o Brasil à condição de colônia.

Três semanas mais tarde, no dia 15 de setembro, a revolta chegou a Lisboa, onde se registraram várias manifestações populares pedindo o fim do absolutismo monárquico.

No dia 27 de setembro foi constituída, na cidade de Alçoçaba, a “Junta Provisional Preparatória das Cortes”, que ficaria encarregada de redigir uma nova Constituição liberal. As Cortes eram um Conselho de Estado previsto no regime monárquico português, que havia se reunido pela última vez em 1698.

A sua simples convocação, após tanto tempo, indicava o quanto o poder do Rei estava ameaçado. Em outras palavras, os revolucionários lusitanos formaram uma espécie de “assembleia nacional” que ganhou o nome de “Cortes”¹².

Pela decisão dos revoltosos, a dinastia de Bragança seria poupada, desde que o Rei retornasse imediatamente a Portugal.

¹¹ GOMES (1975, p.55-56).

¹² GOMES (2010, p. 80).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

As principais figuras políticas lusitanas exigiam que o Rei D. João VI retornasse à terra natal para que legitimasse as transformações políticas em andamento.

Temendo perder a autoridade real, D. João fez a única coisa que poderia, partiu do Brasil em abril de 1821, mas não sem antes nomear o seu filho, D. Pedro I, como Príncipe Regente do Brasil. A partida de D. João foi acompanhada pelo rombo dos cofres brasileiros, o que deixou a nação em péssimas condições financeiras. Em meio às conturbações políticas que se viam contrárias às intenções políticas dos lusitanos, D. Pedro tratou de tomar medidas em favor da população tupiniquim. Entre as suas primeiras medidas, o Príncipe Regente baixou os impostos e equiparou as autoridades civis e militares brasileiras às lusitanas.

Naturalmente, tais ações desagradaram bastante às “Cortes” de Portugal.

Mediante as claras intenções de D. Pedro, as “Cortes” exigiram que o príncipe retornasse para Portugal e entregasse o Brasil ao controle de uma “Junta Administrativa” formada pelas “Cortes”. A ameaça vinda de Portugal despertou a elite brasileira para o risco que as benesses econômicas e sociais conquistadas ao longo do período corriam. Dessa maneira, grandes fazendeiros e comerciantes passaram a defender a permanência e a ascensão política de D. Pedro I à líder da Independência brasileira.

Os portugueses também planejavam um golpe na unidade do Brasil, com seu esfacelamento em várias províncias independentes entre si, mas subordinadas às Cortes. A reação brasileira foi imediata, a partir dos seus deputados em Lisboa, os quais, tendo à frente o maçom Cipriano José Barata, lançaram-se em acirrados debates com os representantes portugueses, que procuravam esmagar, pela quantidade, os brasileiros. Simultaneamente, aqui, a Maçonaria inflamava o movimento emancipador, fazendo agigantar-se a consciência nacional e despertar o anseio já incontido de ver surgir um Brasil livre.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Nos redutos maçônicos, particularmente na Loja “Comércio e Artes”, intensificou-se o trabalho pela organização, no reino ultramarino, de um governo livre e independente, sob a regência do Príncipe D. Pedro¹³.

Com a notícia aqui chegada da eclosão, na cidade do Porto, a 02 de agosto de 1820, do movimento que se chamou “Revolução Liberal”, revoluções semelhantes explodiram no Brasil: a 1º de janeiro de 1821, em Belém; a 10 de fevereiro na Bahia; e no dia 26 de fevereiro no Rio de Janeiro, todas elas inspiradas e postas em execução pela Maçonaria, com os mesmos objetivos da “Revolução Liberal do Porto”, a constitucionalização do país.

Vitoriosa a “Revolução Liberal” em Portugal, um dos seus primeiros atos foi a extinção do “*Juízo da Inconfidência*”, por um decreto de 03 de maio de 1821, por julgá-lo incompatível com os princípios da revolução. A 12 de julho foi aprovada a lei sobre a liberdade de imprensa, afirmando, a dita lei, inicialmente, ser a imprensa livre, o apoio seguro do sistema constitucional.

Há treze anos D. João VI achava-se no Brasil, e não dava o menor indício de que desejava regressar à Portugal, que era governado por uma regência. Entretanto, expulsos os franceses e vitoriosa a “Revolução Liberal”, movimento que foi orientado pela Maçonaria, essa mesma revolução exigia agora do monarca o seu juramento a uma Constituição, além do seu retorno imediato à Portugal, ao que cedeu afinal o velho rei, deixando a regência do Brasil para o seu filho D. Pedro, sabendo-o familiarizado com as novas ideias revolucionárias.

E assim foi D. Pedro I nomeado Regente do Brasil pelo decreto de 22 de abril de 1821, partindo o velho monarca no dia 26 do mesmo mês, muito contra a sua vontade. O seu desejo era continuar no Reino do Brasil, que ele criara. Mas a revolução exigia-o em Lisboa¹⁴.

¹³ BARRETO (2015, p.13).

¹⁴ GOMES (1975, p.56-57).

REFLEXOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL



Segundo o renomado historiador Mário Behring¹⁵, a Maçonaria, em conformidade com as suas características fundamentais, sempre recebeu na organização de suas Lojas nacionais, um vasto contingente de elementos próprios e específicos, ditados pela psicologia e pelo temperamento de cada povo.

E seria esse contingente o que distingue as Lojas entre si, nos diferentes países e no seio dos diversos agrupamentos sociais, de forma que se comprova a inexistência de um comando central único, ao mesmo tempo em que explica as diferentes atitudes e as divergências entre as mesmas. Divergências bem nítidas como as que podem ser vislumbradas entre a Maçonaria brasileira e a Portuguesa, no início do século XIX, cujos interesses eram completamente distintos; e também, posteriormente, na própria Maçonaria do Rio de Janeiro, em 1822, por

¹⁵ BEHRING (volumes XLIII-IV dos Anais da Biblioteca Nacional).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ocasião da Independência do Brasil, onde os seus membros mais influentes dividiam-se entre republicanos e monarquistas constitucionais.

Enquanto no Rio de Janeiro, o grupo liberal comandado por Gonçalves Ledo trabalhava em prol do sistema republicano, o grupo de José Bonifácio se contrapunha, reforçando a ideia de monarquia constitucional.

Este segundo grupo acabou prevalecendo. Uma das causas pode ser atribuída aos acontecimentos recentes em Portugal, haja vista que no interior do Brasil, no período entre 1820 e 1821, quando a “Revolução Liberal do Porto”, comandada pelo “Sinédrio”, repercutiu intensamente no Pará, na Bahia, no Maranhão, em Sergipe, no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Alagoas, em São Paulo, em Mato Grosso, em Minas Gerais e em Goiás, a mesma acabou preparando todas essas províncias muito mais para uma monarquia constitucional sob a proteção da Casa de Bragança do que para a República, o que, por sua vez, explica o desenlace final da Independência, culminando no 1º Império ao invés de ser adotada a forma de governo republicana.

No Pará, tudo começou com Felipe Patroni, jovem de 22 anos, estudante de Direito na Universidade de Coimbra, onde teria sido “Iniciado” maçom. Quando explodiu a “Revolução do Porto”, encheu-se de entusiasmo pelos ideais liberais e regressou ao Brasil. No Pará, com seus discursos inflamados e ação decidida, logo atraiu a atenção dos chefes militares que abraçaram a causa constitucional e no primeiro dia de janeiro de 1821, depois de uma revista às tropas, reuniram-se no Palácio do Governo.

Ali, em nome da tropa e do povo paraense, o Coronel Francisco Barata proclamou apoio à Constituição a ser promulgada em Portugal. Mas Felipe Patroni queria mais; para ele, a solução seria a completa Independência da Pátria. E com vistas nisso, fundou o primeiro jornal de sua terra natal – “O Paraense”, a 22 de maio de 1822.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A repressão das autoridades locais não tardou. Preso e processado, Patroni entregou o jornal ao seu Irmão de Ordem e que comungava das mesmas ideias, o Cônego Batista Campos que viria a se tornar o homem mais importante do Pará na luta pela Independência e pela liberdade, uma espécie de cérebro da revolução em marcha.

Na Bahia, os acontecimentos do Porto encontraram eco também em 1821, tendo-se em vista que o liberalismo de 1789, 1798 e 1817 jamais esmorecera, com a propaganda das novas ideias sendo feita através das “*sociedades secretas*”¹⁶.

O maçom Antônio Carlos, vindo de Recife em 1817, mesmo preso e ainda depondo em devassa que era inocente da conjuração pernambucana, transformou-se no principal mentor da conspiração, juntamente com Cipriano José Barata de Almeida – também maçom e figurante da “Conjuração Baiana” de 1798. A eles se uniu com entusiasmo o futuro Marquês de Barbacena. Conseguida a adesão das tropas foi nomeada uma Junta Governativa e baixadas as proclamações de praxe.

O governo revolucionário enviou uma carta a D. João VI explicando as razões do movimento constitucionalista, ao mesmo tempo em que às Cortes maçônicas de Lisboa era remetido um ofício expressando “*a mais sincera adesão e fraternal congratulação pela sua gloriosa instalação*”. Esse documento teve viva repercussão na sessão do dia 16 de abril, onde Fernandes Tomaz comandou por três vezes a saudação “*Vivam os Baianos!*”¹⁷.

O movimento constitucionalista ocorreu de forma semelhante no Maranhão, em Sergipe, no Ceará, na Paraíba, em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em São Paulo, em Mato Grosso, em Minas Gerais e em Goiás.

¹⁶ CARVALHO (2003).

¹⁷ FAGUNDES (1975, p111).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Só em Pernambuco foi que encontrou a resistência do Governador da Província, Luiz do Rego Barreto que não conseguiu, no entanto, vencer a pressão dos maçons liberais de 1817, muitos dos quais haviam sido aprisionados na Bahia, agora libertados e de volta à Província.

Sem saída, proclamou a Constituição e convocou os eleitores para a escolha dos deputados daquela província, figurando entre estes Monsenhor Muniz Tavares e João Ferreira da Silva, ambos maçons, remanescentes da “Revolução Pernambucana”; eleitos entre os 72 deputados brasileiros, por força de um decreto de Lisboa, um para cada trinta e dois mil habitantes, tomando-se por base a população brasileira de 2.323.386 habitantes, calculada quando da chegada da Família Real ao país.

E assim, mais uma vez, a voz da liberdade, conclamada pelos maçons brasileiros ressoou e fez valer os ideais da nobre causa da libertação dos povos.

Quando D. João VI, diante da notícia dos acontecimentos de Lisboa, percebeu que se ficasse aqui, perderia Portugal – e se partisse perderia o Brasil – recorreu à luz dos conselheiros reais que o orientaram a partir para Portugal, deixando o seu filho D. Pedro I como regente do Brasil.

Mas o maior reflexo da “Revolução Liberal do Porto” acabou se dando no Rio de Janeiro, em 1821, pelo surgimento de três fatores da maior relevância para os acontecimentos que se seguiriam¹⁸:

1º Oficialização da capital brasileira como centro político das decisões do futuro do país.

2º Ascensão da Maçonaria ao poder de decisão nacional.

3º Surgimento dos líderes – todos maçons – que iriam conduzir a nação à Independência.

¹⁸ FAGUNDES (1975, p.113).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O que ninguém esperava, no entanto, é que a “Revolução Constitucionalista Portuguesa”, inspirada no liberalismo de Montesquieu e dos enciclopedistas franceses, e tramada pelas forças secretas da Maçonaria lusitana e brasileira, se transformaria em um terrível instrumento de despotismo lusitano, sem qualquer traço de sensibilidade pelos interesses e pelas aspirações populares dos brasileiros. Dessa forma, coube ao príncipe regente a missão de selecionar as influências e por meio delas conduzir o país nascente à busca de novos destinos, procurando mesmo assim, e acima de tudo, mantê-lo ligado a Portugal.

À Maçonaria, por sua vez, competiu congregar em suas fileiras a nata dos políticos mais influentes da época, bem como revelar líderes e procurar imprimir aos acontecimentos uma única diretriz: a Independência da nação, anulando as disposições em contrário e inclinações divergentes, tornando-se a maior força política da Independência.

**A LOJA “COMÉRCIO E ARTES”**

Os primórdios do estabelecimento regular de Lojas Maçônicas no Rio de Janeiro e em Niterói – que sempre estiveram política e socialmente unidos – são um tanto nebulosos. De acordo com a historiografia oficial consta que, entre os anos de 1801 e 1802 surgiu a primeira Loja no município fluminense, sob o título de “Reunião”. Em 1803, duas outras Lojas instalaram-se no Rio de Janeiro: “Constância” e “Filantropia e Emancipação”. Já em 1812, afirma-se que em Niterói funcionava a Loja “Distintiva” da qual faziam parte Antônio Carlos, José Joaquim da Rocha, Luís Pereira da Nóbrega e o padre Belchior.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E em 15 de novembro 1815 foi instalada a Loja “Comércio e Artes”, que acabou adormecendo em 1818, por conta do decreto de D. João VI, que proibia todas as sociedades secretas de funcionarem¹⁹.

Entre 1818 e 1820, consta ainda que Joaquim Gonçalves Ledo, impedido de conduzir as reuniões maçônicas em Lojas regularmente constituídas, fundou e dirigiu o “Clube Recreativo e Cultural da Guarda Velha”, no qual, afirmam alguns estudiosos do tema, começou-se de fato a conspirar-se pela Independência do Brasil.

Por essa época, Ledo exercia a modesta função de primeiro escrivão da “Contadoria do Arsenal do Exército”, no Rio de Janeiro, que iria lhe servir de tripé para o aliciamento de civis de nomeada influência e militares de alta patente para as hostes maçônicas e nacionalistas²⁰.

Com o embarque de volta a Portugal de D. João VI, a 26 de abril de 1821, a regência do Brasil passou às mãos do Príncipe D. Pedro I. Reagrupando-se, os maçons do Rio de Janeiro reiniciaram, a partir de 04 de junho, sob a direção do Capitão de Mar e Guerra José Domingos de Athayde Moncorvo as sessões secretas da Loja “Comércio e Artes”, que foi novamente reinstalada de forma oficial, em 24 de junho de 1821, sob o título distintivo de “Comércio e Artes na Idade de Ouro”, voltando a trabalhar no Rito Adonhiramita e tendo como Venerável Joaquim Gonçalves Ledo.

Todos os homens importantes da capital da província do Rio de Janeiro faziam parte dessa Loja: padres, generais, capitalistas, doutores, advogados, etc.; e também homens como Joaquim Gonçalves Ledo e o Padre Januário da Cunha Barbosa²¹.

¹⁹ Anuário do GOB de 1963.

²⁰ FAGUNDES (1975, p.114-115).

²¹ ASLAN (1997, p.98).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Mesmo que os maçons brasileiros tivessem, até 1821, defendido os princípios liberais da “Revolução Francesa” e norteassem a emancipação política do Brasil através dos caminhos trilhados pela “Independência das Treze Colônias” (EUA), a experiência concreta por eles aqui vivida com sua participação nos movimentos sociais ocorridos desde o período colonial até a consolidação da emancipação política em 1822, direcionou-os para uma atuação política mais moderada, ou seja, a partir de então, “*avançar um passo significa andar dois para trás*”. Para os maçons da época esse era o caminho mais indicado para se alcançar a vitória²².

A Maçonaria era, então, procurada pelos homens políticos. Ela preparou o movimento libertário, uniu os esforços e congregou o ideal de um povo oprimido. Sem ela, não se teria, talvez, realizado a emancipação do Brasil. Irmanada com a aspiração dos brasileiros, à sombra dos conventos, nas Lojas e nas redações dos jornais é que, unidos na mesma causa de civismo, haveria de tremular, num futuro próximo, o ideal de liberdade que empolgava a todos²³.

A FUNDAÇÃO DO “GRANDE ORIENTE DO BRASIL”

Vale ressaltar, que a história da nossa Independência está intimamente ligada com a fundação do “Grande Oriente do Brasil”, tanto que o objetivo principal da sua criação foi de engajar a Maçonaria, como Instituição, na luta pela Independência política do Brasil, conforme consta, de forma explícita, nas primeiras atas das primeiras reuniões, onde só se admitia para Iniciação e filiação em suas Lojas, pessoas que se comprometessem com o ideal da Independência do Brasil²⁴.

²² VIEIRA (2001, p. 25).

²³ ANDRADE (1942, p.37).

²⁴ LOBATO (2015, p.29).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Desde 1812, José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda empolgado com seus triunfos literários nas cátedras de Coimbra; José Clemente Pereira, a esse tempo, guerrilheiro em Portugal contra as hostes napoleônicas; Joaquim Gonçalves Ledo, emprestando o brilho de sua inteligência aos misteres da burocracia; Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, censor episcopal do capelão-mor do monarca; Januário da Cunha Barbosa, com sua atenção toda absorvida ao serviço do púlpito católico e do magistério e José Joaquim da Rocha, o abnegado patriota marianense, no meio do primeiro templo maçônico por ele mesmo fundado, com outros sonhadores brasileiros, em um recanto obscuro da Guanabara, pugnava e conjurava pela libertação da Pátria²⁵.

Neste momento, entra desassombradamente em ação a Maçonaria, já livre da polícia de D. João VI, que tanto a perseguira. As várias Lojas da Corte e de Niterói constituíram o seu “Grande Oriente” no qual, mais tarde, veio a filiar-se o próprio D. Pedro. Era uma força nova com que ia contar a causa e que exerceu a mais larga influência no espírito geral²⁶.

Não há mais quem possa negar à Maçonaria sua participação na emancipação política do Brasil. Realmente, desde 1815, com a criação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro, a ideia de Independência começou a agitar os espíritos brasileiros. Perseguidos, os maçons, em 1820, reorganizaram-se e já no ano seguinte criaram-se novas Lojas no Rio e nas províncias. Em 1822, com a criação do “Grande Oriente”, os maçons adquiriram prestígio o bastante junto às populações para encetarem, mais seguros, a fase final da batalha pela emancipação²⁷.

O historiador Pedro Calmon²⁸ nos conta que isso ocorreu ainda em 1821, quando voltou o segredo maçônico a dominar na política brasileira, com as Lojas “União e Tranquilidade”, “Esperança” de Niterói e “Comércio e Artes”.

²⁵ VASCONCELOS (1972, p.36).

²⁶ CINTRA (1934, p.17).

²⁷ GOMES (1975, p.67).

²⁸ CALMON (1943, p.106).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Com o grande número de adesões à Loja líder do movimento emancipador, a “Comércio e Artes”, primaz do Brasil, dividiu-se em três – “Comércio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança” de Niterói para então formar o “Grande Oriente Brasílico” ou “Brasiliano”, o primeiro nome do “Grande Oriente do Brasil” – G.O.B.”, a 17 de junho de 1822.

O objetivo principal dos fundadores do “Grande Oriente” era a Independência do país no momento em que a Família Real era praticamente forçada a voltar a Portugal, pela “Revolução Constitucionalista do Porto” de 1820. Os maçons brasileiros iriam, aos poucos, perceber que, além da solidariedade e da fraternidade internacionais, a geopolítica portuguesa, manejada pelos maçons do Porto, buscava levar o Brasil ao “*status quo*” anterior de colônia, depois de ter sido elevado a “Reino Unido de Portugal e Algarves” no final de 1815 por D. João, então Príncipe Regente do Brasil, durante o reinado de D. Maria I, sua mãe.

O primeiro passo oficial dos maçons, nesse sentido, foi o “Fico”, de 09 de janeiro, o qual representou uma desobediência aos decretos, emanados das Cortes Gerais portuguesas, e que exigiam o imediato retorno do príncipe a Portugal e, praticamente, a reversão do Brasil à sua condição colonial, com a consequente dissolução da união brasílico-lusa, que fora elaborada por influência do Congresso de Viena. Assiste-se então ao embate de duas forças econômicas nos dois países: os comerciantes do Porto, que sempre foram o entreposto entre a Colônia e a Metrópole e a base escravocrata do Brasil, representada pelas grandes famílias do tráfico de escravos e os grandes fazendeiros, que a partir da vinda da Família Real em 1808, já operava em aliança com os interesses britânicos. Os maçons brasileiros que, no início estavam embalados pelas ideias do Reino Unido ou implantação de uma República, vão aos poucos se desligando das Cortes Gerais portuguesas²⁹.

²⁹ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Segundo os cronistas da época, paralelamente erguia-se em um ponto afastado da Praia Grande, hoje Niterói, a Loja “Distintiva”. Dessa longínqua sociedade secreta faziam parte, como membros proeminentes: José Joaquim da Rocha, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Luís Pereira da Nóbrega e ainda outros, que tão importantes papéis viriam a representar, mais tarde, no cenário político de 1822³⁰.

As Lojas Maçônicas floresciam no Brasil e sua participação tinha sido muito grande na organização do movimento que precedera a Independência³¹.

De acordo com os seus princípios fundamentais, o “Grande Oriente do Brasil” tornou-se o vanguardeiro do movimento emancipador do Brasil. A liberdade da Pátria era um dos seus objetivos mais essenciais. Foi a primeira instituição que, intimoratamente, resolveu empenhar-se para que tivéssemos uma pátria livre. Devotadamente, despreocupou-se das consequências que lhes poderiam sobrevir. Acima dos sacrifícios, que as autoridades portuguesas lhes poderiam impor, colocaram (os maçons) o cumprimento do dever, a fidelidade ao juramento feito. Juramento de lutar pela Independência do Brasil.

O regime de sigilo das Lojas permitiu ampliar extraordinariamente o número de adeptos na Maçonaria, dos quais é lícito dizer que sonhavam todos com a Independência³².

Os candidatos, ao ingressar nas Lojas do “Grande Oriente do Brasil” respondiam a um questionário e faziam, por escrito, um juramento, comprometendo-se a promover por todos os modos, a Independência do Brasil, a lutar por ela, a defender a sua integridade perpétua e a sua dinastia³³.

³⁰ VASCONCELOS (1972, p.37).

³¹ LIMA (1927, p.167).

³² LIMA (1972, p.81).

³³ D'ALBUQUERQUE (1971, p.143).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em outras palavras, os candidatos a ingresso nas Lojas Maçônicas, assinavam um termo de compromisso formal, um verdadeiro juramento, de lutar, inclusive, com risco da própria vida, para que o Brasil viesse a ser um país livre. Portanto, todos os maçons, sem discrepância de um só, eram soldados do movimento emancipador³⁴.

E os portugueses que ingressaram na Maçonaria? Também eles assinavam de bom grado o documento. Pois estavam estabelecidos, enraizados no Brasil, onde reconheciam ter maiores possibilidades de melhor futuro e que elas ainda aumentariam mais, se o Brasil se tornasse independente. Viam eles que o retorno de D. Pedro I à Portugal, caso acontecesse, como as Cortes lusitanas determinavam, provocaria um período de forte estagnação ou talvez de regresso irreversível para o país. Basta citar-se o caso de José Clemente Pereira, que se devotou sinceramente à causa do Brasil. E, como ele, muitos outros³⁵.

Portanto, a Maçonaria foi, e ninguém pode contestar, a grande propulsora da nossa Independência. Ela foi arregimentadora de intrépidos patriotas. Tornou-se a maior força de lutadores pela nossa emancipação³⁶.

O CLUBE DA RESISTÊNCIA

No dia 09 de dezembro de 1821, José Joaquim da Rocha, antigo maçom, fundou em sua casa uma agremiação de caráter político, à qual denominou “Clube da Resistência”, tendo por companheiros: Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond, Joaquim José de Almeida, Luiz Pereira da Nóbrega e outros³⁷.

³⁴ D'ALBUQUERQUE (1971, p.151).

³⁵ D'ALBUQUERQUE (1971, p.451).

³⁶ D'ALBUQUERQUE (1971, p.150).

³⁷ GOMES (1975, p.58).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Manoel de Oliveira Lima³⁸ confirma que *“na residência de José Joaquim da Rocha é que habitualmente se reuniam os principais patriotas”*.

Já o historiador Salomão Vasconcelos³⁹ acrescenta que:

“Do ‘Clube da Resistência’ faziam parte inicialmente: José Joaquim da Rocha e seu irmão, o Coronel Joaquim José de Almeida, os seus filhos Inocêncio e Juvenício Maciel da Rocha, Luiz Pereira da Nóbrega, Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, Pedro Dias Paes Leme, José Mariano de Azevedo Coutinho e Paulo Barbosa da Silva. Mais tarde, entraram: Joaquim Gonçalves Ledo, Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Cônego Januário da Cunha Barbosa, Frei Antônio de Arrabida, Desembargador Francisco da França Miranda, Domingos Alves Branco, Francisco Veloso Gordilho e Luiz Antônio May, que tinham pertencido à Loja “Comércio e Artes”. Portanto, todos maçons”.

“De ordinário, reuniam-se na própria sede, à Rua da Ajuda, esquina do Beco do Propósito; que quando em vez, porém, fugindo à espionagem, iam para a cela de Frei Sampaio, no Convento de Santo Antônio, onde se encontravam mais à vontade, posto não raro fossem os seus passos ali mesmo farejados pelos mastins da Divisão Auxiliadora”.

E Assis Cintra⁴⁰ concorda, ao inferir que:

“Em 1820, os maçons trabalhavam sem descanso, ora na sede da Loja Maçônica situada na Rua Nova do Conde nº 4, ora na casa do capitão-mor José Joaquim da Rocha, na Rua da Ajuda nº 64, ora no Convento de Santo Antônio”.

Tenório D’Albuquerque⁴¹ também enfatiza que os membros do “Clube da Resistência”, para evitar a vigilância da Polícia, reuniam-se na residência de José Joaquim da Rocha ou na cela de Frei Sampaio, no Convento de Santo Antônio,

³⁸ LIMA (1972, p.151).

³⁹ VASCONCELOS (1972, p.49).

⁴⁰ CINTRA (1923, p.55).

⁴¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.53).

ainda hoje existente, onde se realizavam verdadeiras sessões maçônicas.

E ainda, segundo o referido historiador:

“Maçons eram todos os que se reuniam na casa de José Joaquim da Rocha à Rua da Ajuda, tanto assim que pouco depois, resolveram transformar o ‘Clube da Resistência’ em uma Loja Maçônica, que recebeu a denominação de ‘Nove de Janeiro’ em honra ao dia do ‘Fico’”.

OS OFÍCIOS DO INTENDENTE DE POLÍCIA

Em 1821 o espírito revolucionário latejava na Maçonaria. O intendente de polícia João Inácio da Cunha escrevia ao Ministro do Reino português afirmando que era impossível agir sem tropas fiéis, pois as que tinham estavam *“filiadas na Maçonaria”*.

Assis Cintra⁴² sobre isso, relata que em 1821, o intendente da Polícia informa que:

“Permita V. Exa. que diga ser impossível agir sem tropas fiéis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar vir outras do Reino de Portugal, pois o movimento da Independência é por demais generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos, com a chefia de Gonçalves Ledo”.

Exatamente vinte e um dias depois desta declaração, outra era expedida, nos seguintes termos:

“É de fonte segura que a Maçonaria pretende fazer a Independência”.

⁴² CINTRA, (1934, p.12-13).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao que Tenório D’Albuquerque⁴³ fornece maiores detalhes:

Para aquilatar-se melhor do que foi a desassomburada atuação de Gonçalves Ledo e dos maçons em prol da Independência do Brasil, há um documento oficial português. Em fins de 1821, o Intendente de Polícia, João Inácio da Cunha substituto de Pedro Álvares Diniz – demitido em 04 de outubro de 1821, como “frouxo e indeciso” – enviou um ofício ao Ministro do Reino, com o seguinte trecho:

“Permita V. Exa. que diga ser impossível agir sem tropas fiéis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar vir outras do Reino de Portugal, pois o movimento da Independência é por demais generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos, com a chefia de Gonçalves Ledo”.

AS DELIBERAÇÕES DAS CORTES PORTUGUESAS



O decreto da elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves foi assinado em 16 de dezembro de 1815, mas somente em 10 de março de 1816, publicado na “Gazeta do Rio de Janeiro”, proporcionando aos colonos brasileiros a esperança de um tratamento mais igualitário e justo por parte da Coroa, já que agora o Brasil não era apenas mais uma colônia portuguesa.

⁴³ D’ALBUQUERQUE (1971).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Batizadas de “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, em setembro de 1820, um mês após a “Revolução Liberal do Porto”, as Cortes foram novamente convocadas, mas só começaram a se reunir em Lisboa em janeiro do ano seguinte. De acordo com as regras de ocupação das cadeiras, o Brasil tinha direito a 72 das 181 vagas, cabendo a Portugal 100 cadeiras e às demais províncias ultramarinas as nove vagas restantes. Em 1820 já fazia 120 anos que as Cortes não se reuniam. O clima era de euforia. Acreditava-se que sem a ruptura dos vínculos que ligavam os reinos, Brasil e Portugal inaugurariam uma nova era de liberdade e igualdade dos dois lados do Atlântico.

A representação de São Paulo, para se ter uma ideia, composta por um grande número de maçons, levava instruções elaboradas por José Bonifácio à Constituinte portuguesa. Com o título “*Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província*”, o documento preconizava e defendia a união, a integridade e a indivisibilidade do Reino Unido, bem como a igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses, de forma que no Brasil seria instituído um governo centralizado comandado por D. Pedro ao qual se submeteriam todas as províncias brasileiras.

As propostas de José Bonifácio para os deputados das Cortes defendiam ainda a abolição gradual da escravatura, a catequização e civilização dos povos indígenas, uma reforma agrária que transformasse os enormes latifúndios improdutivos em pequenas propriedades familiares, educação primária gratuita para todos, criação de uma Universidade brasileira que ofertasse os cursos de medicina, ciências naturais, direito e economia, e o mais surpreendente: propunha já naquela época, que se transferisse a Capital da colônia, do Rio de Janeiro para uma cidade a ser criada, a princípio, na cabeceira do Rio São Francisco, com o objetivo de promover a integração nacional⁴⁴.

⁴⁴ GOMES (2010, p.152).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Propostas claramente inspiradas nos princípios maçônico-iluministas.

Mas os representantes portugueses pensavam de forma diferente, conforme cita o historiador e pesquisador Octávio Tarquínio de Souza⁴⁵:

“A verdade é que a revolução portuguesa, debaixo de sua capa liberal, de defensora dos ‘Direitos do Homem’, escondia rancores e ressentimentos contra a colônia que se transformara em centro da monarquia durante as Guerras Napoleônicas”.

Ao desembarcarem em Portugal, em 1821, os deputados brasileiros foram surpreendidos por uma série de decisões tomadas às pressas pelas Cortes, em sua ausência. Ao agirem dessa maneira, os deputados lusitanos quebraram a promessa contida no edital de convocação que afirmava que não seriam deliberados assuntos que fossem de interesse do Brasil antes que os representantes brasileiros chegassem.

Assim, antes da chegada dos deputados brasileiros, no dia 24 de abril de 1821, com a intenção de fragmentar o território brasileiro como forma de mais facilmente poder controlá-lo, as Cortes haviam decidido dividir o Brasil em províncias autônomas, cada qual com uma junta de governo própria e que responderia diretamente à Lisboa, deixando a figura de D. Pedro I totalmente de lado no processo de tomada de decisões.

As medidas mais drásticas e polêmicas, porém, foram tomadas no dia 29 de setembro de 1821, pois anulavam os tribunais de justiça e outras instituições criadas por D. João VI no Rio de Janeiro, além de que restabeleciam o antigo sistema de monopólio comercial português sobre os produtos comprados ou vendidos pelos brasileiros. Por fim, as Cortes ainda determinavam o imediato retorno do príncipe regente D. Pedro I à Lisboa.

⁴⁵ SOUZA (1988, p.48).

O somatório de todas essas deliberações praticamente devolvia o Brasil à condição de colônia de Portugal, nos mesmos moldes de como havia sido até 1808.

O DIA DO “FICO” (09 DE JANEIRO DE 1822)



O segundo semestre de 1821 foi o mais importante período de definição brasileira. Tudo começou graças à aprovação de dois polêmicos decretos pelas Cortes portuguesas⁴⁶.

O intuito dos deputados portugueses, com a aprovação dos decretos nº 124 e nº 125, outro não era, senão amesquinhar o Brasil; fazê-lo retroceder.

Visível era a intenção dos mesmos de cassarem todas as prerrogativas de que gozava o Brasil, já elevado à Vice-Reino e a Reino Unido para reduzi-lo novamente à condição de mera Colônia⁴⁷.

⁴⁶ Ver “ANEXO 03: Decreto nº 125 das Cortes de Lisboa”.

⁴⁷ D’ALBUQUERQUE (1971, p.34).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Pelo “Decreto nº 124”, de 29 de setembro de 1821, as Cortes davam uma nova organização aos governos das Províncias, e assim, ficava implicitamente extinto o Governo Geral do Brasil, existente desde 1548, quando fora criado o “Estado do Brasil”. Ficava, dessa maneira, também extinta a Capital, mesmo porque o Reino do Brasil ficaria implicitamente extinto, e, conseqüentemente, sem funções, o Príncipe Regente no Brasil, cujo regresso a Portugal, já lhe estava sendo ordenado através do “Decreto nº 125”, também de 29 de setembro de 1821⁴⁸.

Era uma situação de singular de regresso ao período colonial, uma medida irritante, despótica, própria para ferir as suscetibilidades brasileiras⁴⁹.

Cipriano José Barata, médico, maçom destemido e patriota vibrante, deputado às Cortes, pela Bahia, não se conteve. Em veemente discurso, denunciou os manejos dos colegas portugueses contra o Brasil. Protestou com ardor. Era o homem ligado ao movimento revolucionário de 1817, que reagia com ímpeto e desmascarava os planos dos deputados portugueses sem atemorizar-se em face da superioridade numérica destes.

Simultaneamente, aqui no Brasil, a Maçonaria inflamava de vez o movimento emancipador, fazia agigantar-se a consciência nacional, despertava o anseio já incontido de Independência, de ver surgir um Brasil livre⁵⁰.

D. Pedro, reduzido ao posto de reles Capitão-Geral da Província Fluminense – o equivalente a governador de estado hoje –, ficou totalmente indeciso quanto ao que fazer, visto que logo ficou claro que não poderia contar com o respaldo das efetivas lideranças políticas portuguesas, que desde o primeiro momento, demonstraram clara adesão às intransigentes decisões das Cortes Lusitanas.

⁴⁸ GOMES (1975, p.59).

⁴⁹ MARTINS (1922, p.128).

⁵⁰ D'ALBUQUERQUE (1971, p.44-45).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Coube então aos líderes políticos brasileiros ligados à Maçonaria, nas suas reuniões secretas e através da imprensa, aglutinar as correntes e oferecer ao Príncipe Regente todo o apoio que lhe faltava das demais classes políticas. Foi neste momento que a Maçonaria definitivamente ascendeu ao poder e que surgiram no cenário político nacional os dois maiores líderes políticos e maçônicos da época: Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada e Silva, os quais, embora de opiniões divergentes quanto à forma ideal de governo, defendiam a causa da liberdade e da igualdade, em detrimento ao despotismo das Cortes Portuguesas, através de seus famigerados decretos.

A reação dos brasileiros ao tomarem conhecimento de notícias tão absurdas, humilhantes e contrárias aos seus interesses foi de intensa revolta. Manifestos e abaixo-assinados contra as Cortes, e que solicitavam a permanência de D. Pedro no Brasil começaram a ser organizados dentro das Lojas Maçônicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O episódio do “Fico”, datado de 09 de janeiro de 1822, foi feito, no Rio de Janeiro, sob a liderança dos maçons José Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira; e com a representação de diversas províncias ao príncipe, principalmente a Província de São Paulo, cujo motor principal viria a ser José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro “Patriarca da Independência”, no sentido de que D. Pedro desobedecesse aos decretos, permanecendo no País⁵¹.

José Joaquim da Rocha, durante uma reunião maçônica, reconheceu ser necessária a adoção de três providências para a segurança do êxito da empresa, o que foi acatado por todos os presentes à dita sessão:

1ª – Consultar a D. Pedro sobre como receberia o movimento.

2ª – Convidar à adesão José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara.

⁵¹ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

3ª – Enviar emissários a São Paulo e a Minas Gerais.

O Coronel Francisco Maria Gordilho de Barbuda, futuro Marquês de Parana-guá, guarda-roupa de D. Pedro I e maçom ardoroso, membro efetivo do quadro da Loja “Comércio e Artes” e do “Clube da Resistência”, foi incumbido de auscultar a opinião do Príncipe Regente.

Os dois polêmicos decretos das Cortes chegaram no dia 09 de dezembro de 1821, pelo bergantim de guerra “Infante D. Sebastião”; e já no dia 10, o maçom Francisco Gordilho de Barbuda seguiria para a Quinta Imperial, localizada em São Cristóvão, a fim de avistar-se com D. Pedro, a quem daria ciência dos planos⁵².

Quanto à consulta ao Príncipe, mostrou-se D. Pedro hesitante. Era justo, uma vez que era grave, gravíssima, a atitude de rebeldia ostensiva que teria de adotar caso decidisse apoiar a proposta da Maçonaria. Declarou ele que iria estudar o assunto com mais calma. E na manhã do dia seguinte, D. Pedro deu a sua resposta a Gordilho de Barbuda:

“No caso de virem as representações pedindo-me para não partir, ficarei”.

Apressou-se o emissário em dirigir-se à casa de José Joaquim da Rocha para transmitir-lhe a resposta do Príncipe Regente. Transbordantes foram as manifestações de alegria.

Já para convidar José Clemente Pereira a aderir ao movimento, incumbiu-se o Dr. José Mariano de Azevedo, outro membro efetivo da Maçonaria fluminense. José Clemente Pereira, também maçom, embora português de nascimento, deu inteira solidariedade ao movimento⁵³.

Nos dias que antecederam ao “Fico”, foi a cela de Frei Sampaio, a fornalha da insurreição. José Clemente, França Miranda, Gonçalves Ledo, todos vultos predominantes do movimento, entre aquelas quatro paredes, até tarde da noite,

⁵² D'ALBUQUERQUE (1971, p.54).

⁵³ D'ALBUQUERQUE (1971, p.54-56).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

assentaram os termos da representação popular que impediu D. Pedro de voltar a Portugal, como exigiam as Cortes em Lisboa⁵⁴.

De acordo com Arci Tenório D'Albuquerque⁵⁵:

“Frei Sampaio, maçom de excepcional valor, reputado o homem de maior cultura dentre os componentes do ‘Clube da Resistência’, foi incumbido de redigir a ‘Representação dos Fluminenses’ a D. Pedro. A redação foi feita na própria cela de Frei Sampaio, membro ativo do quadro da Loja ‘Comércio e Artes’, onde ocupava com brilho vários cargos, inclusive o de Orador”.

A representação foi redigida com assistência de alguns entusiastas da ideia, entre eles figurando o confessor do Príncipe, Frei Antônio de Arrabida, futuro Bispo de Anemuria⁵⁶. E então, na residência de José Joaquim da Rocha, na Rua da Ajuda, 64, onde tinha sede o “Clube da Resistência”, começou a ser assinada a “Representação dos Fluminenses”, o que provocou a vigilância pertinaz por parte dos soldados portugueses⁵⁷.

A toda hora chegavam notícias de andarem patrulhas portuguesas vigiando a casa do capitão-mor José Joaquim da Rocha, onde se começava a assinar a representação do Rio de Janeiro⁵⁸.

Nessa ocasião, os comandantes da “Divisão Auxiliadora”, na intenção de impedir que as pessoas fossem à casa de José Joaquim da Rocha para assinar a representação, faziam rondar as imediações da mencionada casa por soldados disfarçados à paisana, o que, sendo pressentido pelo brigadeiro Vidigal, comandante do Corpo Policial da cidade, este, de seu modo próprio, também fez rondar a Rua da Ajuda por patrulhas de cavalaria⁵⁹.

⁵⁴ (CORREA, 1921).

⁵⁵ D'ALBUQUERQUE (1971, p.61).

⁵⁶ LIMA (1972, p.152).

⁵⁷ D'ALBUQUERQUE (1971, p.67).

⁵⁸ MARTINS (1922, p.133).

⁵⁹ MORAIS (1871, p.87).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Mesmo assim, os destemidos maçons Luiz Vasconcelos Drummond, Francisco Gordilho de Barbuda, José Mariano de Azevedo Coutinho e Pedro Dias Paes Leme percorriam as ruas, o comércio, os meios populares, as repartições públicas, colhendo novas adesões e encorajando o povo. Desse modo, em menos de dois dias, estava a representação sancionada de 8.000 subscritores, o que numa cidade de 15.000 almas, então com forte porcentagem de iletrados ou anal-fabetos e dominada por 2.000 soldados de linha das tropas lusitanas e por grande número de portugueses aferrados à Coroa de além-mar, representava, um grande feito, uma significativa vitória⁶⁰.

Poucos dias depois, como emissário para São Paulo, a fim de conseguir o apoio dos paulistas ao movimento para a permanência de D. Pedro no Brasil, seguiu Pedro Dias Paes Leme, o futuro Marquês de Quixeramobim, enquanto que para Minas, foi enviado Paulo Barbosa da Silva, ambos mineiros e maçons⁶¹.

Ao chegar Paes Leme, a São Paulo, deparou-se-lhe com um ambiente inesperadamente favorável. Os paulistas encontravam-se exaltados, já inteirados dos repelentes decretos das Cortes através da “Gazeta Extraordinária”, de 11 de dezembro. Paes Leme, apesar de violento temporal, dispôs-se a entregar as cartas no mesmo dia. Martim Francisco e José Bonifácio de Andrada e Silva moravam em Santana, numa antiga fazenda dos Jesuítas; e lá conversaram com o futuro Marques de Quixeramobim, sendo cientificados de quanto ocorria no Rio⁶².

A visita do portador àquela hora surpreendeu José Bonifácio. O conteúdo da carta de José Joaquim da Rocha e as explicações dadas verbalmente por Pedro Dias Paes Leme puseram em grande agitação o velho Andrada, que até aquele momento, como é sabido, era ainda contrário à Independência, por achar que disso resultaria a desunião das Províncias.

⁶⁰ VASCONCELOS (1972, p.73).

⁶¹ D'ALBUQUERQUE (1971, p.69).

⁶² SOUZA (1988, p.343 – tomo I).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Não obstante, depois de madura reflexão durante a noite, na manhã do dia seguinte transportou-se o Patriarca para a cidade, convocou a Junta de Governo, expôs o negócio e alvitrou que se escrevesse ao Príncipe, pedindo-lhe que “*suspendesse a viagem até que chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação que a Província, o povo e a Câmara de São Paulo lhe iam mandar, para se entender diretamente com Sua Alteza sobre o momentoso assunto*”⁶³.

Segundo Melo Morais⁶⁴, José Bonifácio ditou, ali mesmo, o ofício de 24 de dezembro de 1821, o qual, depois de modificado ligeiramente, foi passado a limpo e assinado pela Junta.

O tom do documento redigido por José Bonifácio alertava para um “*banho de sangue*”, caso o príncipe se curvasse às exigências das Cortes e retornasse à Portugal, como podemos observar no documento que atualmente faz parte do acervo do Museu Imperial de Petrópolis⁶⁵:

“Vossa Alteza Real [...] além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, também terá de responder perante o Céu, do rio de sangue, que decerto vai correr pelo Brasil com a sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão decerto do sono amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado; e em que a astúcia de um novo maquiavelismo constitucional pretende agora conservar. [...] Nós lhe rogamos que confie corajosamente no amor e fidelidade de seus brasileiros, mormente dos seus paulistas, que estão todos prontos a verter o último pingo de seu sangue, a sacrificar todos os seus haveres para não perderem um príncipe idolatrado, em quem tem posto todas as esperanças, bem fundadas, da sua felicidade e da sua honra nacional”.

⁶³ VASCONCELOS (1972, p. 74-75).

⁶⁴ (MORAIS, 1871).

⁶⁵ Texto constante do documento intitulado: JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO DE SÃO PAULO – CARTA A D. PEDRO HIPO-TECANDO FIDELIDADE E PROTESTANDO CONTRA SEU REGRESSO A PORTUGAL – 24 de dezembro de 1821 – pertencente ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E então as representações foram apresentadas⁶⁶. O Príncipe Regente deu grande importância ao ofício da Junta de São Paulo, e não quis que ele fosse publicado logo pela imprensa, sem que se espalhasse primeiro entre a população a notícia do conteúdo dele, com aparências de segredo, para que, em seguida, causasse mais sensação.

No dia 02 de janeiro, o intendente geral de polícia, João Inácio da Cunha mandou chamar Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond e deu-lhe uma cópia do ofício para que o divulgasse, “*fingindo cautela e reserva, para o fim já indicado*”. O Sr. Drummond apareceu com a cópia do ofício na livraria da Rua da Quitanda, então pertencente a Manuel Joaquim da Silva Porto. Naquele estabelecimento reuniam-se todos, qualquer que fosse o credo político, a procurar por notícias, porque era ali onde se vendiam os periódicos e papéis avulsos naquele tempo.

O Sr. Drummond procedeu, com certa cautela, a leitura do ofício, e deixou tirar cópias. Dali, ele passou ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Corte, situado à Rua do Alecrim; e depois fez o mesmo na Alfândega; e às 02 horas da tarde já circulavam muitas cópias do ofício, e toda a cidade estava de posse do conteúdo do mesmo, de modo que, quando foi publicado, no suplemento nº 04 da “Gazeta do Rio”, do dia 08 de janeiro de 1822, embora todos já soubessem, produziu, mesmo assim, o maior entusiasmo⁶⁷.

No dia 09 de janeiro de 1822, D. Pedro recebeu a delegação de José Clemente Pereira na Sala do Trono, que ficou apinhada de gente. Foram trocados os cumprimentos protocolares. E as pessoas de maior realce na Maçonaria lá estavam. Ou melhor, os promotores, os propulsores do movimento, sem exceção, eram todos maçons⁶⁸.

⁶⁶ Ver “ANEXO 04: Ofício da Junta de São Paulo” e “ANEXO 06: Representação dos Fluminenses”.

⁶⁷ MORAIS (1871, p.93).

⁶⁸ D’ALBUQUERQUE (1971, p.87).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E José Clemente, em meio ao nervosismo dos assistentes, a vibrarem de patriotismo, leu o seu famoso discurso⁶⁹.

D. Pedro assumiu atitude vacilante, ao dar a seguinte resposta⁷⁰:

“Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda nação portuguesa; e conhecido que a vontade de algumas Províncias assim o requer, demorarei a minha saída até que as Cortes e meu Augusto Pai e Senhor deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circunstâncias que tem ocorrido”.

José Clemente Pereira, de uma das janelas do Paço, repetiu para o povo as palavras de D. Pedro I. A resposta descontentou a todos. Indignaram-se os oficiais portugueses, ao verem que D. Pedro decidira retardar a sua partida, desobedecendo às ordens das Cortes. Ao mesmo tempo, desagradaram aos brasileiros aquelas palavras, que constituíam um simples adiamento da viagem e não a decisão de permanecer no país.

Compreendeu então D. Pedro que se colocava em situação insustentável, não satisfazendo nem aos brasileiros, nem aos portugueses. E, aconselhado por membros do “Clube da Resistência”, resolveu retroceder. Poucas horas depois, mandou chamar José Clemente Pereira, e determinou-lhe que substituísse a primeira resposta pela seguinte⁷¹:

“Como é para o bem de todos e a felicidade geral da Nação, estou pronto, diga ao povo que fico”!

Oportunamente cabe aqui salientarmos que, motivados por razões injustificadas ou simplesmente por uma questão de desconhecimento por parte dos seus autores, a grande maioria dos compêndios escolares atuais normalmente não alu-

⁶⁹ Ver “ANEXO 06: Discurso de José Clemente Pereira”.

⁷⁰ D’ALBUQUERQUE (1971, p.94).

⁷¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.94-95).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

dem à primeira resposta; e, no tocante à segunda, quase todos suprimem as palavras: *“estou pronto”*.

Dando prosseguimento ao tema, sobre esse importante momento da nossa história, Rocha Martins⁷² ainda dá conta de que:

“[...] e logo os maçons, desenvolvendo uma estranha atividade, arrastaram o povo para a rua atrás da Câmara, onde luso estandarte se alteava”.

Ao ser posto a par da decisão final do Príncipe, o povo vibrou efusivamente.

“Sua Alteza fica!”; foi o brado de triunfo maçônico.

Gustavo Barroso⁷³ salienta que o “Fico” foi *“a porta aberta para a Independência”*, pois, no dia em que o Príncipe Regente oficializou a sua desobediência às Cortes de Lisboa, a separação do Brasil de Portugal estava virtualmente feita. Com apenas mais um pequeno esforço ela se consumaria. E que *“a obra havia sido levada a cabo com maestria pelos maçons”*.

Há outro fato de suma importância: se bem que houvesse tido ciência do movimento em 23 de dezembro, foi tão somente no dia 18 de janeiro, isto é, nove dias depois do “Fico”, que José Bonifácio chegou ao Rio, quando tudo já estava resolvido⁷⁴.

A bem da verdade, José Bonifácio, até o fim de 1821, não quis a Independência do Brasil, porque a julgava perniciosa ao País, determinando-lhe, talvez a desagregação; e também porque se o Brasil, por ventura se separasse de Portugal, ele perderia os 12.000 cruzados por ano com que lhe abonava o erário real português⁷⁵.

Nicola Aslan⁷⁶, sobre isso, esclarece:

⁷² MARTINS (1922, p.135).

⁷³ BARROSO (1939, p.243).

⁷⁴ D'ALBUQUERQUE (1971, p.84).

⁷⁵ CINTRA (1934, p.76).

⁷⁶ ASLAN (1997, p.52).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“D. Pedro I, herdeiro da Coroa de Portugal e José Bonifácio, seu Primeiro Ministro, não mostravam o menor interesse quanto à Independência total. [...] Tiveram, todavia, de ceder à imposição dos patriotas, os quais, em número não maior de seiscentos, constituíam, porém, a elite do Brasil na época. Esta elite era toda composta de maçons, os mesmos que contiveram as ambições de D. Pedro e de José Bonifácio, os quais vingaram-se depois da Aclamação de D. Pedro, fechando a Maçonaria”.

Ao que Tenório D’Albuquerque⁷⁷ complementa:

“José Bonifácio desconhecia a iniciativa. O empreendimento teve começo no Rio e o seu verdadeiro promotor foi o maçom mineiro José Joaquim da Rocha, logo a seguir, com a solidariedade de um grupo de destemidos maçons que constituíam o ‘Clube da Resistência’”.

E Francisco de Assis Cintra⁷⁸ reitera:

“Eram os conspiradores: padres, generais, juízes, capitalistas, doutores. E entre eles não se achava José Bonifácio que comodamente espiava, em São Paulo, a maré política. E somente em 24 de dezembro de 1821 é que se manifestou, e quando já era triunfante a ideia da liberdade, e assim procedeu em virtude de um convite do Rio de Janeiro. Não foi um ato espontâneo”.

CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O “FICO”

Abaixo transcrevemos outras citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial sobre o importantíssimo momento histórico do “Dia do Fico” e que comprovam efetiva participação maçônica nos bastidores do processo que fatalmente levaria à Independência do Brasil.

⁷⁷ D’ALBUQUERQUE (1971, p.82).

⁷⁸ CINTRA (1934, p.55).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Segundo Affonso d'Escragolle Taunay⁷⁹:

“Coube-lhe (a José Joaquim da Rocha) importantíssimo papel nos acontecimentos em torno do ‘Fico’. Era muito chegado ao grupo de Ledo, José Clemente, Azeredo Coutinho”.

Arci Tenório D’Albuquerque⁸⁰, por sua vez, complementa:

“José Joaquim da Rocha planejou com segurança o empreendimento patriótico de que resultou o ‘Fico’, ato de rebeldia de D. Pedro contra as Cortes de Lisboa, conseqüentemente a sua adesão ao movimento nacionalista brasileiro e o primeiro grande passo para a nossa Independência”.

Também do mesmo autor (D’Albuquerque)⁸¹:

“Para salientar o papel de realce que tiveram os maçons na promoção do ‘Fico’, José Joaquim da Rocha, o verdadeiro promotor da ficada de D. Pedro no Brasil foi um devotado à Maçonaria. Pertenceu ao quadro de obreiros da Loja ‘Distintiva’ de Praia Grande (atualmente Niterói), foi membro da Loja ‘Comércio e Artes’, e fundou, em sua própria residência, o ‘Clube da Resistência’, constituído exclusivamente de maçons”.

Morivalde Calvet Fagundes⁸²:

“Não foi fácil chegar-se a esse resultado. Para consegui-lo, a Maçonaria teve que organizar-se e desdobrar-se em atividades multiformes, usando de decisão, coragem e sabedoria política, inclusive alterando os seus planos. Foi obrigada a admitir que a Independência deveria ser feita aos poucos, em prestações, de forma imperceptível para a maioria, sob o disfarce de um movimento apenas pelo não embarque do Príncipe e pelo fortalecimento dos seus poderes constitucionais, graças ao que ele iria cada vez mais se distanciando de Portugal e das Cortes

⁷⁹ TAUNAY (1922, p.67).

⁸⁰ D’ALBUQUERQUE (1971, p.54).

⁸¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.69).

⁸² FAGUNDES (1975, p.124).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Lusitanas; e o Brasil firmando a sua autonomia de fato, até o ponto em que nada mais restasse a fazer, além de proclamar-se oficialmente, uma coisa que já existia há muito tempo”.

A DEPOSIÇÃO DO GOVERNO DE SÃO PAULO



Ao ideal de Independência opunha-se uma única força de fato: a “Divisão Auxiliadora Portuguesa”, sob o comando do General Jorge Avilez. Por isto, havia o consenso da necessidade de efetivo apoio das províncias vizinhas de São Paulo e Minas Gerais.

A Maçonaria se encarregou de fazer as articulações.

A primeira coisa a ser providenciada, para o andamento dos planos, antes mesmo do movimento pelo “Fico”, era a destituição do Governador de São Paulo, representante da Coroa Portuguesa, o General João Carlos Augusto Oyenhau-sen.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Para destituí-lo, foi articulado um movimento sob inspiração de Gonçalves Ledo em correspondência com os maçons daquela província.

Por intermédio de Francisco Soares, representante da Maçonaria paulista, foi conseguida a adesão dos militares e civis mais influentes à causa dos fluminenses. No dia marcado – 23 de janeiro de 1821 – tropa e povo, dirigidos pelos maçons paulistas, levantaram-se em armas e depuseram o governador. Para a organização do novo governo, recorreram a José Bonifácio de Andrada e Silva, que àquela altura também já havia anuído ao movimento. Este, então, repôs o governador deposto, nomeando-se a si mesmo para o cargo de Vice-Presidente da província e ao seu irmão, Martin Francisco, como Secretário do Interior e da Fazenda. Começava aí a vida política de José Bonifácio no Brasil⁸³.

Por conta disso, quando, em dezembro do mesmo ano, o emissário da Maçonaria carioca Pedro Dias Paes Leme, chegou em São Paulo, no dia 23, o Governo Provisório da Província logo concordou em escrever a D. Pedro, pedindo-lhe que não cumprisse a ordem de embarcar, até a chegada de uma representação de delegados paulistas ao Rio de Janeiro, e informando que também já haviam solicitado a adesão dos mineiros a essa nobre causa. Fato que, por sua vez, acabaria facilitando sobremaneira a missão do Tenente Paulo Barbosa da Silva, enviado a Minas Gerais, onde de pronto conseguiu a adesão dos maçons, militares e políticos mineiros.

E antes de expirar o ano de 1821, o quadro da Independência estava elaborado: as forças políticas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais aglutinadas; e D. Pedro já confidenciara ao seu guarda-roupa, Francisco de Barbuda e ao maçom José Clemente Pereira (Presidente do Senado da Câmara) que, mediante a apresentação das Representações das províncias, ficaria no Brasil, contrariando as Cortes de Lisboa.

⁸³ FAGUNDES (1975, p. 119).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Neste ponto, cabe ressaltar que José Bonifácio, na véspera do Natal de 1821, ao redigir o manifesto enviado pelo Governo Provisório Paulista a D. Pedro I, não aderira abertamente ao movimento pela Independência do Brasil, mas apenas solicitava ao Príncipe Regente que permanecesse no país, a fim de contribuir com isso, para a libertação de Portugal das intransigentes e despóticas Cortes Lusitanas.

A DIVISÃO AUXILIADORA PORTUGUESA

Um fato pouco divulgado e praticamente desconhecido teve lugar no dia 11 de janeiro de 1822, dois dias após o célebre “Dia do Fico”.

A “Divisão Auxiliadora Portuguesa” logo considerou D. Pedro um rebelde, e dispôs-se a reagir contra a declaração do “Fico”. Era o seu propósito, levá-lo preso para Lisboa. O General português Jorge Avilez, comandante da “Divisão Auxiliadora”, insuflava a tropa para tal⁸⁴.

O historiador Tobias Monteiro⁸⁵ descreve os acontecimentos de 11 de janeiro de 1822, da seguinte forma:

⁸⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.97).

⁸⁵ MONTEIRO (1981, p.437-438).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“Na noite de 11 (de janeiro) espalharam-se soldados portugueses pelas ruas, a quebrar vidraças e apagar iluminações feitas em sinal de regozijo público. [...] À mesma hora, à porta do Teatro, comentários acerca do grande acontecimento do dia 09 levantaram forte altercação entre o coronel brasileiro, José Joaquim de Lima e Silva e o tenente-coronel português José Maria da Costa, comandante do 11º Batalhão, que rematou a disputa com palavras de ameaça, postas em prática sem demora. Trinta minutos depois, o seu batalhão estava em armas no largo do Moura; com eles sublevaram-se o 15º, aquartelado em São Bento, e o 4º de Artilharia da rua D. Manoel. O 3º de Caçadores em São Cristóvão, concitado a imitá-los, se recusou, a despeito de achar-se sob as ordens de Garcez, que mostrou superioridade de ânimo, esquecendo em tal momento os ressentimentos da Praça do Comércio”.

“Meio embriagado, o comandante português expunha indiscretamente os planos dos amotinados ao cirurgião do corpo, brasileiro nato, que o acompanhava do Teatro ao quartel: ‘Se os seus patrícios não querem a Constituição; havemos de reduzi-los ao antigo cativo. E aquele... (injuria D. Pedro), havemos de pegá-lo pelas orelhas. [...] A tropa vai cercá-lo e vamos prendê-lo”.

“O plano era levar o Príncipe para bordo de um navio e conduzi-lo a Lisboa”.

“Prevalecendo-se de não se achar fardado, pediu o cirurgião licença para ir vestir o uniforme e voltar. Mas, em vez disso, voou ao Teatro e tudo relatou ao major do dia que o apresentou a D. Pedro I, a quem pode repetir o ocorrido. Após ouvi-lo, o Príncipe deu ordem de porem-se em armas os batalhões estranhos à “Divisão Portuguesa”, cujo comando confiou ao General Curado e voltou a assistir ao espetáculo, findo o qual, escoltado por vários oficiais brasileiros, regressou a São Cristóvão, donde fez a família partir às 03 horas da madrugada com destino à Santa Cruz”.

Concomitantemente, o general português Jorge Avilez ocupou o Morro do Castelo e assentou os seus canhões contra a cidade, visando de preferência a

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

casa de José Joaquim da Rocha. Lá era a sede do “Clube da Resistência”, que ele pretendia arrasar⁸⁶.

Mas eis que correu por toda parte a notícia de que a soldadesca lusitana se preparava para saquear a cidade. Boato que o “Clube da Resistência” tinha espalhado de propósito, para provocar forte reação na alma popular. E então, “apareceram” alguns impressos avisando que cada indivíduo defendesse a sua propriedade, porque o governo não dispunha de força suficiente para impedir o saque.

Não precisamos nem dizer que o resultado foi excelente. Cada casa se transformou num baluarte de resistência. Os moradores juntaram-se em legião; pais, filhos, até senhoras levantando barricadas. Arranjaram-se de improviso todas as armas possíveis no momento: espingardas velhas, trancas, cassetetes de madeira, barras de ferro, cacos de garrafa, facas de cozinha e ferramentas diversas. Na Rua dos Ourives, as famílias muniram-se de cal virgem e toda sorte de objetos que pudessem ser utilizados como projéteis, para arremessá-los pelas janelas e pelos telhados.

Em vez de alarmar-se, a cidade preparava-se para reagir. No Campo de Santana, agora eram tantas as criaturas que chegavam para pedir armas, que ninguém as podia atender⁸⁷.

Sobre isso, Arci Tenório D’Albuquerque⁸⁸ reforça que:

“Com ardor, infatigáveis, os maçons do “Clube da Resistência” entraram em ação com destemor. Convocaram os brasileiros para que se concentrassem no Campo de Santana”.

Brasileiros e Portugueses prontos para um choque, eis a situação que, iniciada na noite de 11 de janeiro, subsistia ainda no dia seguinte, 12 de janeiro.

⁸⁶ D’ALBUQUERQUE (1971, p.98).

⁸⁷ (CORREA, 1921).

⁸⁸ D’ALBUQUERQUE (1971, p.99).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao acampamento dos brasileiros acorreram por volta de 10.000 pessoas. Era uma tropa heterogênea e surreal, onde se reunia gente de todas as cores e de todas as condições sociais, onde não faltavam frades a cavalo, armados de pistolas, facas e simples pedaços de pau, nem negros carregando fardos de capim e milho para os animais ou levando à cabeça tabuleiros de doces e refrescos para os homens.

Os portugueses, por sua vez, contavam com um efetivo muito inferior – cerca de 2.000 soldados no morro do Castelo – mas apresentavam superioridade em apresto e técnica militar, embora lhes faltasse abastecimento de água⁸⁹.

Quando foi posto a par do que estava acontecendo, D. Pedro, como comandante supremo das tropas portuguesas, compenetrou-se de que a luta não lhe convinha pela iminência de uma mortandade.

Para evitar tal tragédia, enviou emissários aos dois grupos: os patriotas brasileiros, com os maçons e o “Clube da Resistência” à frente da massa popular; e à “Divisão Auxiliadora Portuguesa”, comandada por Jorge Avilez.

No princípio da tarde do dia 12 de janeiro, o Príncipe Regente enviou um mensageiro ao Campo de Santana, e outro ao acampamento dos portugueses a fim de perguntar, em seu nome, o que significavam aqueles ajuntamentos.

O General Curado respondeu que os brasileiros ali estavam para defenderem o Príncipe e a cidade, caso se achassem ameaçados pela posição hostil que tomava a tropa portuguesa; e Jorge Avilez, que havia tomado aquela posição para se defender da hostilidade que os brasileiros manifestavam contra ele e os seus soldados⁹⁰.

Atinadamente, Avilez já decidira afastar-se da luta antes mesmo do seu começo e mandou suplicar a D. Pedro, licença para retirar-se com a sua tropa para

⁸⁹ SOUZA (1988, P.355-356).

⁹⁰ (MORAIS, 1871).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

a Praia Grande, ao que aquiesceu o Príncipe. Avilez pretendia acoitar-se na Praia Grande para aguardar a chegada das forças portuguesas que deviam vir para substituir as suas e, então atacar, juntamente com os reforços, o Rio de Janeiro. Mas os brasileiros logo perceberam o plano⁹¹.

O respeitadíssimo historiador Francisco Adolfo Varnhagen⁹² relata ainda que:

“Pegaram em armas os batalhões de milícia em Praia Grande e São Gonçalo, e o regimento de cavalaria miliciano, que podia rivalizar com a primeira linha. No Rio foram organizados batalhões, que foram acampar na Praia Grande. E formava-se um cerco em torno da “Divisão Portuguesa”. No dia 1º de fevereiro, o intendente general da polícia mandou cortar todas as comunicações com a Praia Grande. Estava assim, isolada a tropa portuguesa”.

Em tal conjuntura, desiludiram-se os oficiais portugueses quanto a qualquer possibilidade de revide. Rogaram ao Príncipe Regente a concessão de um prazo mais longo para o embarque, com destino à Portugal. D. Pedro I determinou que deveriam embarcar no dia 07 de fevereiro, e no dia 12 do mesmo mês partir⁹³.

Não havendo começado o embarque até o dia 09 de fevereiro, foi nessa manhã o Príncipe, em pessoa, a bordo da fragata “União”, e daí mandou descer à terra, por volta do meio-dia, o Capitão-Tenente José de Lemos Viana para intimar a Avilez que se no dia seguinte, ao amanhecer, não tivesse começado o embarque, não lhe daria mais quartel em parte nenhuma⁹⁴.

O resultado foi irem, no dia 11, todos os comandantes portugueses a bordo da “União” a fim de apresentar uma longa lista de inconvenientes numa óbvia intenção de adiarem a partida, mas a tudo o que alegaram, se limitou o Príncipe a responder:

⁹¹ D'ALBUQUERQUE (1971, p.101).

⁹² VARNHAGEN (2010, p.157).

⁹³ D'ALBUQUERQUE (1971, p.102).

⁹⁴ VARNHAGEN (2010, p.157).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“Já ordenei; e se não executarem amanhã, começo a lhes fazer fogo”.

No dia 12 de fevereiro de 1822, zarpavam os navios transportando a “Divisão Auxiliadora Portuguesa” rumo à Portugal, de forma que restava integralmente triunfante, o glorioso empreendimento do “Clube da Resistência”.

Nas palavras de Tenório D’Albuquerque⁹⁵:

“A Maçonaria... Foi a Maçonaria que, patrioticamente, tomou todas as providências, adotou todas as medidas para evitar a retirada de D. Pedro e a consequente recolonização do Brasil”.

Com a expulsão da “Divisão Auxiliadora” e a proibição do desembarque das tropas de reforço enviadas por Portugal, o Rio de Janeiro e grande parte das regiões Sul e Sudeste ficavam livres da pressão militar portuguesa.

D. PEDRO: DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL



Uma semana depois do “Dia do Fico”, e cerca de um mês antes da “Divisão Auxiliadora Portuguesa” ser despachada de volta à Lisboa, D. Pedro finalmente organizou o seu primeiro governo totalmente brasileiro, liderado pelo maçom paulista José Bonifácio de Andrada e Silva que agiu rápido, restaurando a administração das províncias e anunciando que a execução de qualquer ordem ou medida das Cortes seria ilegal, sem o prévio consentimento do Príncipe Regente.

⁹⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.102).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E então, começou a trabalhar pela imediata convocação de uma Assembleia Constituinte que se encarregaria de elaborar as primeiras leis do Brasil.

Iniciava-se, neste momento, o processo de aliciamento do Príncipe Regente D. Pedro I, que começava a perceber a força do “Grande Oriente”.

Processo este que prosseguiria, cerca de quatro meses depois, quando os maçons fluminenses, resolveram, a 13 de maio de 1822, outorgar-lhe o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, em uma cartada política a que não faltavam, porém, interesses das lideranças liberais, que pretendiam melhorar o seu prestígio político junto ao Regente e até suplantar o respeito de que José Bonifácio, já então o Ministro todo-poderoso das pastas do Reino e de Estrangeiros, desfrutava junto a ele. As escaramuças entre os partidários de Gonçalves Ledo, de tendência republicana e os de José Bonifácio, de tendência monárquica constitucional, já começavam a se propagar⁹⁶.

Por iniciativa e influência maçônica, ante a necessidade de comprometer o Príncipe com a causa brasileira, realizaram-se três atos políticos da maior importância para a História do Brasil: o “Fico”, de 09 de janeiro de 1822; o “Cumpra-se”, de 04 de maio de 1822; e o oferecimento do título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, em 13 de maio de 1822, proposto em Loja, na Sessão do dia 10 de maio de 1822 da Loja “Comércio e Artes” do Rio de Janeiro.

Sobre isso, Nicola Aslan⁹⁷ elucida:

“Foi por influência da Loja “Comércio e Artes” que se realizaram três atos políticos da maior importância para a história do Brasil. O ‘Fico’, a 09 de janeiro de 1822, que representava a recusa do Príncipe D. Pedro a voltar a Portugal, como ordenavam os decretos expedidos pelas Cortes portuguesas; o decreto do ‘Cumpra-se’, de 04 de maio, pelo qual nenhuma lei vinda de Portugal podia ter

⁹⁶ (CARVALHO, 2016).

⁹⁷ ASLAN (1997, p.99).

execução no Brasil sem o consentimento do Príncipe Regente; e, finalmente, a concessão do título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’, proposto na Loja, a 10 de maio, aprovado pela Câmara Municipal e oferecido a D. Pedro em nome do Município e da Província do Rio de Janeiro”.

O primeiro passo para a consecução desse fim foi dado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, propondo que fosse 13 de maio de 1822 a data escolhida para a Maçonaria conferir ao Príncipe o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, para que a dignidade do Regente, emanada do Rei, se juntasse outra, outorgada pelo povo. Mas o povo como de costume, o verdadeiro povo não foi ouvido nem cheirado; o povo para as Lojas, era o povo maçônico, e nada mais⁹⁸.

Foi adotada a ideia. Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo redigiram o discurso⁹⁹ que devia ser pronunciado por José Clemente Pereira. E resolveram aproveitar, para realizar a cerimônia, no dia 13 de maio, durante os festejos do aniversário de “*El-Rei D. João*”.

Reuniu-se o Senado da Câmara, já sobre isso prevenido, e lavrou-se um termo a propósito do pedido do povo; e pedido do Presidente do mesmo Senado para ser recebido em audiência pelo Príncipe depois do cortejo. E sendo-lhe esta concedida, rogou o seu presidente José Clemente Pereira ao Príncipe que aceitasse o novo e significativo título, que o povo espontaneamente lhe oferecia. Respondeu-lhe o Príncipe afirmativamente, mas não admitiu o título de “Protetor”, afirmando que estava convencido de que o Brasil, a si próprio se protegeria, aceitando, porém, o de “Defensor Perpétuo”¹⁰⁰.

De acordo com o historiador Manoel Gomes¹⁰¹:

⁹⁸ BARROSO (1939, p.240).

⁹⁹ Ver “ANEXO 07: Termo de Concessão de Título a D. Pedro”.

¹⁰⁰ VARNHAGEN (2010, p.176-177).

¹⁰¹ GOMES (1975, p.64).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“A 13 de maio de 1822, o Senado da Câmara, atendendo a uma sugestão da Maçonaria, oferecia ao Príncipe Regente o título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’”.

Já Arci Tenório D’Albuquerque¹⁰² assim relata o evento em questão:

“Com a luminosa ideia do maçom Domingos Alves Branco, aceita pela Maçonaria, a causa brasileira passou a ter como patrono, o próprio Príncipe Regente. A Maçonaria soube, com maestria, em benefício da grandeza do Brasil, explorar a vaidade de D. Pedro I, concedendo-lhe, em nome do povo, o título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’, do qual ele recusou a primeira parte”.

Em uma carta enviada à D. João VI, datada de 21 de maio de 1822, D. Pedro explicava o oferecimento e que havia ponderado¹⁰³:

“Honro-me e orgulho-me do título que me confere este povo leal e generoso; mas não o posso aceitar tal como se me oferece. O Brasil não precisa de proteção de ninguém, protege-se a si mesmo. Aceito, porém, o título de ‘Defensor Perpétuo’ e juro mostrar-me digno dele enquanto uma gota de sangue correr em minhas veias”.

A aceitação por D. Pedro, do título de “*Defensor Perpétuo do Brasil*” encorajou os que lutavam pela emancipação do Brasil.

Os maçons haviam, com aquele gesto, conseguido que o Príncipe Regente passasse a integrar decididamente o movimento libertador. E então resolveram progredir um pouco mais, dar mais um passo rumo à Independência, prevalecendo-se da oportunidade¹⁰⁴.

¹⁰² D’ALBUQUERQUE (1971, p.147).

¹⁰³ GOMES (1975, p.65).

¹⁰⁴ MONTEIRO (1981, p.493).

OUTRAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS REFERENTES AO ATO

Abaixo transcrevemos outras citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial sobre o momento histórico da concessão do título de “*Defensor Perpétuo do Brasil*” ao Príncipe Regente D. Pedro, proposta levada a efeito durante uma memorável sessão da Loja “Comércio e Artes” e executada pelo “Grande Oriente”, as quais igualmente servem para comprovar que houve efetiva participação maçônica nos bastidores do processo da Independência do Brasil.

Melo Moraes¹⁰⁵:

“Decidiram na Loja ‘Comércio e Artes’ conferir a Sua Alteza Real, o título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’.

Manuel de Oliveira Lima¹⁰⁶:

“A participação maçônica no ‘Fico’ já fora notável, mas onde ela aparece verdadeiramente conspícua é na de 13 de maio de 1822, quando, por ocasião de celebrar-se o aniversário natalício D’el-Rei, D. Pedro recebeu a honrosíssima investidura de ‘Defensor Perpétuo do Brasil’, título lembrado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto para que à dignidade de regente, outorgada pelo monarca, correspondesse uma dignidade de emanação democrática, outorgada pelo povo”.

Pedro Calmon¹⁰⁷:

“A Maçonaria ofereceu-lhe a 13 de maio, aniversário do Rei, o título de ‘Defensor Perpétuo do Brasil’, que o Senado lhe levou”.

¹⁰⁵ MORAIS (1872, p.347).

¹⁰⁶ LIMA (1972, p.239).

¹⁰⁷ CALMON (1943, p.166 – vol. III).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Affonso d'Escragnolle Taunay¹⁰⁸:

“Numa sessão do Grande Oriente, em princípios de maio de 1822, teve uma ideia acolhida com geral entusiasmo. Propôs-se que ao Príncipe Regente se atribuissem às denominações de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’, a fim de que pudesse ter títulos conferidos pelo povo”.

Arci Tenório D’Albuquerque¹⁰⁹:

“Não há porque duvidar: foi iniciativa de um maçom, o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a concessão a D. Pedro do título de ‘Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil’. E a proposta foi aprovada em sessão do ‘Grande Oriente do Brasil’. Foi mais um trabalho producente, de resultados notoriamente valiosos, para nossa emancipação política”.

O APOSTOLADO



Neste momento se faz necessário interrompermos brevemente a sequência dos fatos que levaram à Independência do Brasil para conhecermos um pouco melhor a sociedade conhecida como “Apostolado”, que mais tarde teria um importante papel no desenrolar dos fatos.

¹⁰⁸ TAUNAY (1922, p.98).

¹⁰⁹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.146).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Quando o “Grande Oriente” foi fundado, a 17 de junho de 1822, já existia uma instituição paramaçônica chamada de “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz”, ou simplesmente de “Apostolado”, fundada por José Bonifácio a 02 de junho de 1822.

O “Apostolado” funcionava na Rua da Guarda Velha, em uma das salas do Quartel-General do Comando das Armas. A sua fundação ocorreu depois de dois sucessos do grupo de Gonçalves Ledo que abalaram o prestígio do Grande Andrada: a sedição em São Paulo contra ele e seus irmãos de sangue; e a aprovação pelo Príncipe da convocação da Assembleia Constituinte, proposta pela Maçonaria Liberal, contra a sua vontade.

Era uma organização nos moldes da “Carbonária” italiana, cuja atuação José Bonifácio conheceu muito bem, durante os anos em que permanecera na Europa.

O “Apostolado” e o “Grande Oriente” viriam a representar facções diferentes da Maçonaria brasileira, a primeira, sob a liderança de José Bonifácio, teve papel importante na História do Brasil, e a segunda, sob a de Gonçalves Ledo, com papel considerável na História da Maçonaria brasileira, ambas defendendo a emancipação política do País, mas sob formas diferentes de governo e maneiras diversas de se encarar a questão.

O grupo republicano de Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, Francisco Nóbrega e cônego Januário da Cunha Barbosa defendia um rompimento total dos laços com a metrópole monárquica portuguesa e um regime que o aproximasse o mais possível daquele dos demais países latino-americanos, que, paulatinamente, iam conseguindo suas Independências da Coroa espanhola. O grupo de Bonifácio, da mesma forma presente no “Grande Oriente”, mas encastelado principalmente no “Apostolado”, pregava uma união brasílico-lusa, ou seja, uma comunidade luso-brasileira de países autônomos, que englobasse as colônias e não admitisse a escravização dos negros; e, mais tarde, a união do Brasil em torno da figura imperial de D. Pedro I sob a forma de monarquia constitucional.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O juramento dos neófitos, chamados “recrutas do Apostolado”, obrigava-os:

“A promover a Independência do Brasil como Império Constitucional, opondo-se ao despotismo que o altera, bem como à anarquia que o dissolve”.

Era uma sociedade tipicamente iluminista, com rituais e liturgias próprias, dispondo de sinais e palavras de reconhecimento que exprimiam motivos patrióticos. As Lojas eram denominadas “Palestras”, havendo no Rio de Janeiro três delas: “Independência ou Morte”, “União e Tranquilidade” e “Firmeza e Lealdade”.

O “Apostolado” opunha-se tanto à Monarquia Absolutista quanto à República, em prol de uma Monarquia Constitucional Parlamentar.

Era, enfim, o que alguns historiadores denominam como “*Maçonaria Azul*” (vertente inglesa conservadora) que se organizava e mantinha como órgão central no Brasil o “Apostolado”, servindo de contraponto à “*Maçonaria Vermelha*” (vertente francesa liberal), cujo carro-chefe era o “Grande Oriente” de Gonçalves Ledo.

Do “Apostolado” fizeram parte, dentre outros, os maçons: D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Bento Antônio Vahia, José Joaquim da Rocha, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, Francisco Maria Gordilho Veloso, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e, por mais incrível que pareça, o republicano Joaquim Gonçalves Ledo¹¹⁰.

Cabe ainda ressaltar, na miscelânea histórica da Maçonaria brasileira, que José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre do “Grande Oriente”, sendo, pouco depois, sucedido pelo próprio Imperador D. Pedro I no grão-mestrado, através de uma manobra política magistralmente articulada por Gonçalves Ledo¹¹¹.

¹¹⁰ GOMES (1975, p.98).

¹¹¹ (CARVALHO, 2016).

DUAS MAÇONARIAS: AS CORES DA DISCÓRDIA



A Maçonaria teve um papel fundamental na Independência do Brasil, mas um erro que muitas vezes é perpetuado nos livros de história é apontá-la como um grupo homogêneo. Os maçons não foram unânimes em suas opiniões. Pelo contrário, dentro das Lojas Maçônicas foi que se travaram algumas das disputas mais acirradas do período¹¹².

Em 1822, a Maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à Independência, mas conflitavam entre si no que dizia respeito à forma de governo que deveria ser adotada após o país se livrar do jugo português. A primeira vertente, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira possuía cunho liberal e defendia as ideias republicanas. Enquanto a segunda, do Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva era mais conservadora e acreditava que a solução para o país era manter D. Pedro I como Imperador em um regime de monarquia constitucional.

¹¹² GOMES (2010, p.237-238).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Também na Europa, duas Maçonarias – a “Azul” e a “Vermelha” – vinham lutando para derrubar as monarquias absolutistas. Mas, divergentes entre si, a “*Maçonaria Azul*” (de vertente inglesa conservadora) defendia a monarquia constitucional parlamentar; enquanto que a “*Maçonaria Vermelha*” (de vertente francesa liberal) pregava a república democrática com a abolição completa do sistema absolutista e da monarquia.

“Azuis” e “Vermelhos”, associados, fizeram a “Revolução Liberal do Porto” de 1820, em Portugal, conquistando a monarquia constitucional parlamentar, obrigando D. João VI a retornar ao país e a jurar uma Constituição com representantes do povo no Parlamento. Estava plenamente alcançado o objetivo da “*Maçonaria Azul*”, mas não o da “*Vermelha*”.

A partir de então teve início a luta política entre ambas, e, logo após a saída de D. João VI do Brasil, os maçons “vermelhos” do país iniciaram a propaganda da Independência, pois sabiam que, separando o Brasil de Portugal, surgiria, fatalmente, a República.

Por curiosidade e interesse em vigiar e controlar as diversas correntes políticas da época, D. Pedro participou ativamente das duas facções. Frequentava as Lojas do grupo de Ledo no “Grande Oriente do Brasil”, da mesma forma que frequentava as palestras do “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz”, dissidência liderada por José Bonifácio, cujos temas possuíam grande significado simbólico e teriam grande influência nos acontecimentos de 07 de setembro de 1822¹¹³.

Eis alguns dos títulos das “Palestras” do “Apostolado”: “Firmeza e Lealdade”; “União e Tranquilidade” e o mais significativo de todos: “Independência ou Morte”.

Conta-se que eleito “Arconte-Rei” – equivalente a Grão-Mestre – na primeira sessão que participou, D. Pedro I jurou “*promover com todas as forças e à custa*

¹¹³ GOMES (2010, p. 238).

da própria vida, a fazer a integridade, a Independência e a felicidade do Brasil como reino constitucional, opondo-se tanto ao despotismo que o altera como à anarquia que o dissolve”.

Nas palavras do historiador Octávio Tarquínio de Souza¹¹⁴:

“Imensa foi a contribuição da Maçonaria para o movimento de Independência no Brasil. Essa atividade encoberta, esses juramentos em segredo deixam fora de dúvida como a Independência já estava decidida alguns meses antes de setembro de 1822 e como o Príncipe se dera sem reservas à causa brasileira”.

Porém, a presença de D. Pedro I como Príncipe Regente, amplamente prestigiado pelos maçons “*azuis*” de José Bonifácio, que, pregando pela Independência da colônia, preferiam o sistema monárquico constitucional parlamentar tal como na Inglaterra e em Portugal, se interpunha como um obstáculo bastante sério às pretensões dos maçons “*vermelhos*” de Gonçalves Ledo. Daí ser importante para o grupo de Ledo, o afastamento do Príncipe, mas isso não podia acontecer antes da Independência estar plenamente consolidada¹¹⁵.

O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, um mês após a reabertura da Loja “Comércio e Artes”, fundaram um jornal, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, para divulgar as ideias liberais e libertárias, com programa definido. Foi o órgão doutrinário da Independência brasileira.

Nicola Aslan¹¹⁶ assim descreve a atuação do referido jornal nos eventos que precederam a Independência do Brasil:

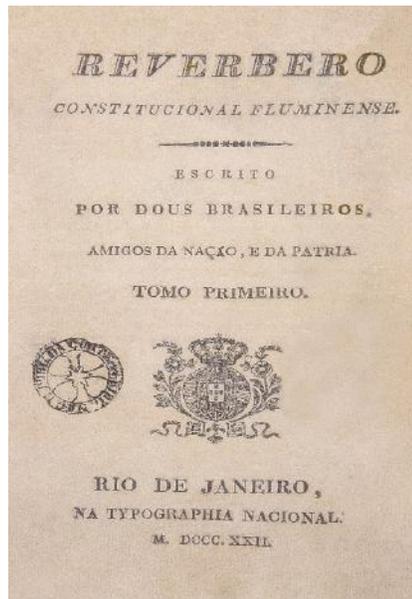
¹¹⁴ SOUZA (1988, vol. 2 - p.17).

¹¹⁵ GOMES (1975, p.57-58).

¹¹⁶ ASLAN (1997, p.98-99).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“A 15 de setembro de 1821 foi lançado por Ledo e Januário, estes dois maçons patriotas, o primeiro número do ‘Revérbero Constitucional Fluminense’, periódico quinzenal cuja atuação foi da maior importância tanto para a causa da Independência como para a formação de uma consciência brasileira. Assim é que, a 30 de abril de 1822, nele foi publicado um artigo de Gonçalves Ledo sugerindo ao Príncipe D. Pedro a necessidade de proclamar, logo, a Independência do Brasil”.



Em 1821, circulava, portanto, no Rio de Janeiro o primeiro número do jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”, fundado e dirigido por Gonçalves Ledo e seu amigo, cónego Januário da Cunha Barbosa, órgão de imprensa que muito contribuiu na preparação dos espíritos para a Independência¹¹⁷.

A 30 de abril de 1822, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, rompendo com todas as convenções até então guardadas, publicou um artigo assinado por Gonçalves Ledo, sugerindo ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a Independência do Brasil, sendo Gonçalves Ledo e o cónego Januário da Cunha Barbosa, vivamente aplaudidos nas ruas da cidade¹¹⁸.

¹¹⁷ GOMES (1975, p.82).

¹¹⁸ GOMES (1975, p.64).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao esforço da Maçonaria juntava-se o da imprensa¹¹⁹, agora francamente a pregar pela separação completa do país. Por sua vez, o clero, do alto dos púlpitos, entrava no coro dos corações com o seu grande clamor. Todo este movimento, que se configurava como uma verdadeira insurreição de almas, pode-se considerar como dirigido pelas maiores agremiações políticas republicanas da época: o “Clube da Resistência” e o “Grande Oriente”.

Um exemplo da importância da atuação desse jornal nos eventos que culminaram na Independência do Brasil fica claro quando D. Pedro regressou de Minas Gerais, em sua edição de 30 de abril de 1822, com um artigo que ficou célebre pelo incitamento imperativo que trazia estampado em suas páginas: *“Príncipe! Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo império!”*.

Outro fato incontestável e que causou grande impacto se deu na edição de 18 de maio de 1822, que adotou a ideia da convocação de uma Assembleia Constituinte Brasileira, lançada originalmente pelo “Correio do Rio de Janeiro”.

O historiador João Ribeiro¹²⁰ conclui:

“A Maçonaria, as sociedades secretas e um periódico, ‘O Revérbero’, oculta ou abertamente, ousaram pugnar pela emancipação administrativa do país”.

O “Revérbero Constitucional Fluminense”, de Ledo e Januário, funcionou de 15 de setembro de 1821 a 08 de outubro de 1822 (13 meses), pregando a Independência monárquica e preparando o espírito público para o que haveria de vir.

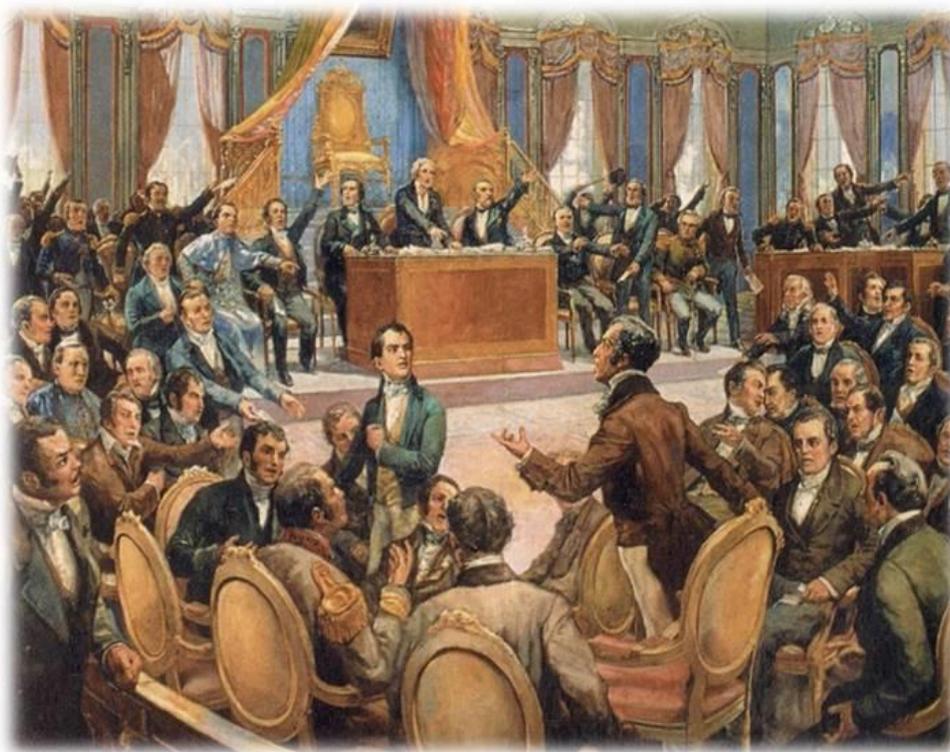
Os seus artigos calaram fundo na alma popular, transformando-se no arauto das novas ideias.

Terminada a sua missão, o jornal encerrou as atividades.

¹¹⁹ CINTRA (1934, p.18).

¹²⁰ RIBEIRO (1967, p.438).

A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



Prosseguiu desenvolvendo-se, intensamente, o movimento pela emancipação política do Brasil, sempre com a iniciativa dos maçons. Avançava, deste modo, a evolução política para o 07 de setembro de 1822, tudo temperado e argamassado nas disposições cada vez mais fortes das Lojas Maçônicas¹²¹.

Receoso de que as desconfianças e divergências entre as províncias fizessem malograr o movimento da Independência, José Clemente Pereira mostrou a Ledo e a Januário os perigos da situação e lembrou-lhes como remédio para conjurá-los: a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte¹²².

Decidiram pedi-la solenemente ao Príncipe; e as bases do escrito a ser redigido foram concertadas entre o brigadeiro Nóbrega, o padre Lessa e Soares Lisboa, proprietário do “Correio do Rio de Janeiro”.

¹²¹ BARRETO (2015, p.14).

¹²² MONTEIRO (1981, p.493).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Comunicada a resolução a José Bonifácio de Andrada e Silva, respondeu ele evasivamente *”que não convinha apressar nem impedir tal convocação”*.

Foi aí que Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e Clemente Pereira lançaram a ideia da convocação de uma Constituinte e solicitaram uma audiência a D. Pedro, por intermédio de seu ministro José Bonifácio. Inteirado do objetivo da audiência, D. Pedro escreveu a D. João VI expressiva carta, mostrando-se francamente favorável à ideia dos maçons.

Escreveu D. Pedro ao Rei¹²³:

“É necessário que o Brasil tenha Cortes; esta opinião generaliza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me que as convoque, e eu não posso a isso recusar-me, porque o povo tem razão, é muito constitucional, honra-me sobremaneira e também a Vossa Majestade, e merece toda sorte de atenções e felicidade. Sem Cortes, o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas. O Brasil é um adolescente que diariamente adquire forças, e deve ter, em si, tudo o que é necessário. É absurdo retê-lo debaixo da dependência do velho hemisfério”.

No “Correio Oficial do Rio de Janeiro” de 28 de dezembro de 1833, segundo o eminente historiador Francisco Adolfo Varnhagen¹²⁴, há alguns pormenores sobre isso no artigo que tem por título: *“Senhor José Bonifácio, o Patriarca da Independência”*.

Esse artigo foi escrito por Araújo Viana, depois Marquês de Sapucaí. Diz ele que a ideia da convocação de uma Constituinte partiu de Clemente Pereira, Ledo e Januário Barbosa, os quais, em maio de 1822, vendo que o governo não mandava proceder à eleição dos Procuradores Gerais das Províncias, criados pelo

¹²³ BARRETO (2015, p.14).

¹²⁴ VARNHAGEN (2010, p.178 – em nota do Barão do Rio Branco).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

decreto de 16 de fevereiro, nutrindo desconfianças quanto aos sentimentos liberais do Ministério e acreditando, à vista das palavras do citado decreto referindo-se ao “*sistema constitucional que farei dar-lhes*” que o Governo pensava na outorga de uma Carta Magna, combinaram em promover uma representação ao Príncipe e logo depois convocaram a uma conferência o padre Antônio João Lessa, o brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega e João Soares Lisboa, redator do “Correio do Rio de Janeiro”.

Aceita por todos, a ideia, Ledo e Januário Barbosa foram encarregados de redigir a representação. Ledo e seus amigos comunicaram a José Bonifácio o que haviam resolvido. Este respondeu: “*Façam o que quiserem, na inteligência de que não convém apressar, nem impedir a convocação da Assembleia Geral*”.

No dia 21 de maio foi solicitada uma audiência a D. Pedro, que a marcou para o dia 23. E em 23 de maio, em uma solenidade de notáveis proporções, o Senado da Câmara do Rio compareceu à presença de D. Pedro. José Clemente Pereira, como presidente leu o discurso violento, incisivo, redigido por Gonçalves Ledo e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, membros proeminentes da Loja “Comércio e Artes”¹²⁵.

Cinco mil assinaturas endossaram a petição que foi entregue ao Príncipe no mesmo dia. Costuma-se dizer que a convocação da Constituinte foi arrancada pelo grupo de Ledo às hesitações do Príncipe e à resistência de José Bonifácio¹²⁶.

Octávio Tarquínio de Souza¹²⁷ reitera que:

“*À campanha pela convocação da Constituinte sem mais tardanças, a Maçonaria dera grande vigor e, servindo-se como sempre, do Senado da Câmara do Rio, resolveu que este endereçasse uma representação ao Príncipe em 23 de maio*”.

¹²⁵ D'ALBUQUERQUE (1971, p.117-118).

¹²⁶ MONTEIRO (1981, p.491).

¹²⁷ SOUZA (1988, p.393).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao que Tenório D’Albuquerque¹²⁸ complementa:

“Delicada era a situação de D. Pedro. A Maçonaria trabalhava incessantemente pela emancipação do Brasil, em luta com uma corrente que buscava o desenlace do movimento nacionalista”.

Aliado a isso, o Príncipe Regente soubera, obviamente por intermédio dos maçons “vermelhos” de Ledo que tanto a Bahia como Pernambuco somente reconheceriam a sua Regência se a Assembleia Constituinte fosse convocada o quanto antes¹²⁹.

O povo do Rio de Janeiro também o instava pela convocação, de modo que retardar o ato de convocação, compreendeu D. Pedro, seria impopularizar-se, por isso, anuiu com mais presteza do que era esperado.

Acrescente-se a todos esses fatores, o de que no dia 1º de junho, foram realizadas as eleições para os dois Procuradores do Rio de Janeiro junto à Corte, onde foram eleitos os maçons Joaquim Gonçalves Ledo e José Mariano de Azevedo Coutinho.

Não bastasse, a eles, uniu-se outro maçom, Lucas José Alves, eleito deputado às Cortes de Lisboa, por Montevideu (naquela época a Província Cisplatina – atual Uruguai – ainda fazia parte do território brasileiro)¹³⁰.

No dia 02 de junho, apesar de ser um domingo, os três reuniram-se e decidiram requerer junto ao Príncipe, no dia seguinte, uma Assembleia Geral. Gonçalves Ledo foi incumbido de redigir o requerimento e fê-lo com a linguagem altiva que tanto lhe era peculiar.

Foi do seguinte teor, o requerimento de Ledo, então figura de maior influência na Maçonaria:

¹²⁸ D’ALBUQUERQUE (1971, p.123).

¹²⁹ MONTEIRO (1981, p.497).

¹³⁰ D’ALBUQUERQUE (1971, p.117-118).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“Senhor – A salvação pública, a integridade da nação, o decoro do Brasil e de V. Alteza Real instam, urgem e imperiosamente comandam que V. Alteza Real faça convocar, com a maior brevidade possível, uma Assembleia Geral de representantes das Províncias do Brasil. Ao decoro do Brasil, à glória de V. Alteza Real não pode convir que dure por mais tempo o estado em que está. Qual será a nação do mundo que com ele queira tratar, enquanto não assumir um caráter pronunciado? Enquanto não proclamar os direitos que tem de figurar entre os povos independentes? E qual será a que despreze a amizade do Brasil e a amizade do seu regente? É nosso interesse a paz; nosso inimigo só será aquele que ousar atacar a nossa Independência. Digne-se, pois, V. Alteza Real ouvir o nosso requerimento”.

As palavras de Joaquim Gonçalves Ledo foram logo subscritas por Lucas José Alves e por Azeredo Coutinho¹³¹.

Com a anuência do Príncipe, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa redigiram o Edital de Convocação e, no dia 03 de junho, publicou-se o Decreto firmado pelo Príncipe Regente e José Bonifácio, *“convocando a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta de deputados representantes das Províncias do Brasil, novamente eleitos na forma das instruções que em Conselho foram acordadas e expedidas com a maior brevidade”*¹³².

Surpreenderam-se os ministros, em face de expressões tão contundentes, mas, talvez por força das circunstâncias, resolveram apor no documento, também, as suas assinaturas. Assim, assinaram: José Bonifácio de Andrada e Silva, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Joaquim de Oliveira Álvares.

Arci Tenório D’Albuquerque¹³³, por sua vez, confirma o exposto, com a seguinte afirmativa:

¹³¹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.124).

¹³² BARRETO (2015, p.14).

¹³³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.124).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“Em face da conjuntura que se criara, D. Pedro resolveu, em 03 de junho, convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa”.

Já o Barão do Rio Branco¹³⁴ (em nota à pág. 182 de *“História da Independência do Brasil”* de Francisco Adolfo Varnhagen) declarou que o decreto de convocação da Constituinte fora redigido por Gonçalves Ledo.

E assim, o grupo de Gonçalves Ledo, filiado à Maçonaria, e cujas figuras principais eram, além dele, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o general Nóbrega, o brigadeiro Alves Branco e José Clemente Pereira, tornara-se o propulsor das medidas liberais destinadas à formação do Estado Independente¹³⁵.

Iria, portanto, ter o Brasil uma Assembleia Constituinte, um Poder Legislativo integralmente independente das Cortes de Lisboa. Era a Independência que se acelerava. E a quem se devia esse grande passo para a nossa completa emancipação política?

À Maçonaria, incontestavelmente, pois foram maçons todos os principais agentes propulsores do movimento. D. Pedro aquiescera ao requerimento dos maçons e finalmente convocara a Assembleia Constituinte¹³⁶.

OS MAÇONS DO BRASIL E OS DE ALÉM-MAR

A 30 de abril de 1822, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, rompendo com todas as convenções até então guardadas, publicou um artigo assinado por Gonçalves Ledo, sugerindo ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a Independência do Brasil, tendo sido Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, vivamente aplaudidos nas ruas da cidade¹³⁷.

¹³⁴ VARNHAGEN (2010, p.182).

¹³⁵ MONTEIRO (1981, p.491).

¹³⁶ D’ALBUQUERQUE (1971, p.126).

¹³⁷ GOMES (1975, p.64).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Sendo sua constante preocupação acelerar a Independência do Brasil, Ledo reuniu dessa forma, todos os recursos da Maçonaria e animou aos hesitantes, conservando-se à frente da nova instituição, onde o seu trabalho iria continuar, através das figuras principais do Governo que assim apareciam ligadas à mesma obra.

Exercendo tão grande atividade e usando de sua afamada eloquência, Ledo tornou-se a figura preponderante do Grande Oriente, apesar de não ser ou ter querido ser Grão-Mestre¹³⁸.

Sobre a união de propósitos entre os maçons brasileiros e os brasileiros que residiam na Europa nos últimos meses antes da Independência, Pedro Calmon¹³⁹ escreveu:

“Os brasileiros (no exterior) combinavam a desforra do Brasil. A sua Independência, com um príncipe ou sem ele. Império ou república. França de Napoleão ou América de Washington. A sua emancipação econômica, a abolição das leis restritivas do comércio, uma representação diplomática, um exército, uma armada, uma Constituição, tudo.... Não havia então, nas cidades universitárias europeias, quem não tivesse um partido, um juramento, uma senha, um mistério”.

Nas Lojas Maçônicas, das quais estes brasileiros erradicados no exterior eram membros ou acabaram por fazer parte todos os propagandistas da nossa nacionalidade, se trabalhava com afinco pela organização no reino ultramarino de um governo perpetuamente livre e que, como tal, não poderia deixar de ser independente¹⁴⁰.

Ninguém era “Iniciado” em qualquer das Lojas metropolitanas francesas e inglesas, por exemplo, sem que fossem conhecidas as suas opiniões sobre a In-

¹³⁸ MONTEIRO (1981, p. 647-648).

¹³⁹ CALMON (1933, p.17-18).

¹⁴⁰ CINTRA (1934, p.148).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

dependência do Brasil; e num livro apropriado que se apresentava ao neófito, jurava o mesmo defender e promover a Independência do Brasil e a sua integridade¹⁴¹.

Destarte, torna-se correto afirmar que entre os anos de 1821 e 1822, os maçons reuniam-se diariamente, tanto nas Lojas brasileiras como nas de além-mar, para tratar da Independência do Brasil¹⁴².

A INICIAÇÃO MAÇÔNICA DE D. PEDRO I



A história da nossa Independência está intimamente ligada com a fundação do “Grande Oriente do Brasil”, originalmente com o título de “Grande Oriente Brasileiro”, e do amor à liberdade, tão cara entre os primitivos donos da terra. Da mesma forma, é conhecido o papel que a Maçonaria, como instituição e através de seus membros, teve nos fatos que precipitaram a proclamação da Independência.

¹⁴¹ MELO (1914, p.197,198).

¹⁴² CINTRA (1923, p.191).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O objetivo principal, sem dúvida nenhuma, da criação do “Grande Oriente”, foi levar o Brasil numa busca pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade entre todos os que escolhessem esta terra como sua. Os seus membros entenderam a necessidade de uma liderança capaz de aglutinar forças para alcançar nossa Independência. E encontraram esta liderança na pessoa do filho de D. João VI, que veio a ser o nosso primeiro Imperador: D. Pedro I¹⁴³.

Em princípios em 1822, a Loja “Comércio e Artes” tinha em seu quadro 94 membros, número mais que suficiente para se desdobrar em mais duas Lojas e assim formar a primeira Obediência Maçônica brasileira. Criadas as Lojas “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”, foi fundado, em 17 de junho de 1822, o “Grande Oriente Brasileiro”. Foram eleitos por aclamação, como seu Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva; como seu Grão-Mestre Adjunto, o Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, e como o seu Primeiro Grande Vigilante, Joaquim Gonçalves Ledo.

José Bonifácio, como Ministro do Reino, era, então, a figura principal do Gabinete do Príncipe Regente, desde 16 de janeiro de 1822. Foi o primeiro cidadão brasileiro a presidir um Ministério. Tinha 59 anos. E era poderosa a sua influência sobre D. Pedro e D. Leopoldina.

Para atrair D. Pedro à Maçonaria, Gonçalves Ledo sabia que, primeiro, deveria chamar a seu seio José Bonifácio e fazer dele o Grão-Mestre, o que não foi difícil, pois, também maçons eram os seus principais amigos e os seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada e Silva.

Habilidosamente, porém, Gonçalves Ledo conservou para si o cargo de 1º Grande Vigilante, através do qual continuaria como o verdadeiro chefe da Maçonaria brasileira, já que o Grão-Mestre Adjunto, Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, concordara, fielmente à orientação traçada, nunca exercer o cargo.

¹⁴³ BARRETO (2015, p.6).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Fundado, pois, o “Grande Oriente Brasileiro”, o Brasil se preparava para a arrancada final que o conduziria à Independência.

O movimento se tornou irreprimível, impulsionado pelos maçons, dentro e fora das Lojas, no Brasil e na Europa.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque¹⁴⁴ corrobora, ao escrever que:

“Em 17 de junho de 1822 Gonçalves Ledo fundou o ‘Grande Oriente do Brasil’, que foi o maior centro propulsor da nossa Independência. No seio da Maçonaria, ele articulou a nossa libertação, sem contar com a cooperação de José Bonifácio, que se mostrou reacionário. Basta dizer-se que José Bonifácio recusou-se a comparecer à sessão em que D. Pedro foi elevado a Grão-Mestre; não estava presente à sessão de 20 de agosto, em que foi proclamada a nossa Independência no Grande Oriente; nem tampouco na de 12 de setembro, em que D. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil”.

E Jorge Muniz Barreto¹⁴⁵ complementa:

“Era preciso, ainda, fazer maçom o Príncipe D. Pedro. [...] Assim, a 13 de julho de 1822, foi aprovada sua proposta de admissão”.

José Bonifácio, a princípio, dificultou ao máximo o ingresso de D. Pedro na Maçonaria. Não lhe convinha isso, pois já estava em luta com o grupo chefiado por Gonçalves Ledo, que tinha mais prestígio do que ele e o próprio “Apostolado”, do qual o Príncipe também já fazia parte¹⁴⁶.

Apesar da relutância inicial de José Bonifácio, foi proposta a admissão do Príncipe Regente na sessão de 13 de julho de 1822¹⁴⁷.

Rio Branco¹⁴⁸ menciona ainda que:

¹⁴⁴ D’ALBUQUERQUE (1971).

¹⁴⁵ BARRETO (2015, p.14).

¹⁴⁶ D’ALBUQUERQUE (1971, p.151).

¹⁴⁷ COSTA (1968, p.43).

¹⁴⁸ (RIO BRANCO, 1938).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“Na Maçonaria, Gonçalves Ledo, que modestamente se reservara o lugar de ‘Primeiro Vigilante’, dando o Grão-Mestrado a José Bonifácio, era o homem mais influente. Por isso, e por suspeitar que eram menos sinceros os sentimentos monárquicos de Ledo e dos seus partidários, José Bonifácio havia fundado outra sociedade secreta, o ‘Apostolado’, que começou a funcionar no dia 02 de junho de 1822 e de que fez chefe o Príncipe Regente”.

Contudo, não foi a Maçonaria a primeira sociedade secreta a que se filiou D. Pedro. Antes, ele já havia ingressado no “Apostolado”.

Varnhagen¹⁴⁹, em sua *“História da Independência do Brasil”* nos diz o seguinte:

“D. Pedro já pertencia a uma sociedade secreta, o ‘Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’, denominada ‘Apostolado’. Pelo livro de atas que Sua Majestade, o Sr. D. Pedro II possui, e figurou em 1881, na ‘Exposição de História do Brasil’, sabe-se hoje que essa sociedade, fundada por José Bonifácio, começou a funcionar em 02 de junho de 1822, e que D. Pedro era, com o título de Arconte-Rei, o Chefe do ‘Apostolado’”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque¹⁵⁰ mais uma vez complementa:

“D. Pedro já fazia parte do ‘Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’, criado por José Bonifácio, cujo objetivo era orientar a nova instituição ao seu bel prazer. A Iniciação de D. Pedro na Maçonaria iria fortalecer esta, da qual José Bonifácio já andava um tanto afastado. É suficiente considerar que, enquanto José Bonifácio presidira apenas quatro sessões, Gonçalves Ledo, como o seu substituto, na qualidade de ‘Primeiro Grande Vigilante’, presidira nada menos do que doze sessões”.

¹⁴⁹ (VARNHAGEN, 2010).

¹⁵⁰ D’ALBUQUERQUE (1971, p.152).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao que João Dornas Filho¹⁵¹ faz eco, ao reiterar que:

“Enquanto isso, Bonifácio conspirava nos bastidores. Deixando de comparecer às sessões para não se comprometer (enquanto Ledo, na qualidade de Primeiro Grande-Vigilante, presidia doze sessões, Bonifácio assistira a quatro)”.

Mas apesar de toda a resistência inicial, por conta de uma artimanha muito bem elaborada por Ledo, Bonifácio, na qualidade de Grão-Mestre do “Grande Oriente”, se viu obrigado a convidar e a apadrinhar o Príncipe Regente em seu ingresso na Maçonaria. E então ocorreu o que sábio paulista previra: D. Pedro rapidamente integrou-se na Maçonaria. Gonçalves Ledo deu-lhe todo o prestígio, e o “Apostolado” entrou em declínio.

D. Pedro I deve ter reconhecido, assim como Gonçalves Ledo, que a Maçonaria reunia muito maior força; portanto, era para ele um apoio muito mais eficiente para a Proclamação da Independência do Brasil. E que o “Apostolado” era apenas um grupo, ao passo que o “Grande Oriente do Brasil” era um conjunto de Lojas do Rio, com ramificações em diversas outras províncias, e era internacionalmente reconhecido¹⁵².

Varnhagen¹⁵³, na sua *“História da Independência do Brasil”*, assim comenta a entrada de D. Pedro para a Maçonaria:

“Foi nestes momentos de apuros, em que o Príncipe, informado dos serviços que à sua causa e ao Brasil havia já prestado e estava prestando a Maçonaria, trabalhando ativamente com o seu Grão-Mestre e o Primeiro Grande Vigilante, movido por ventura da curiosidade tão natural da sua idade e não menos dos argumentos dos seus catequizadores, que lhe citaram casos de outros reis na Europa, que por fins políticos haviam igualmente professado, se deixou converter e quis ‘ver a Luz Maçônica’. Proposto pelo Grão-Mestre, o seu Ministro, para ser

¹⁵¹ DORNAS (1937, p.63).

¹⁵² D’ALBUQUERQUE (1971, p.152).

¹⁵³ (VARNHAGEN, 2010).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Iniciado nos mistérios da Ordem, aceitou a proposta, com unânime aplauso e aprovado por aclamação geral, foi Iniciado no primeiro grau na forma da liturgia e prestou juramento, adotando o nome simbólico de ‘Guatimozin’”.

Guatimozin tinha sido o último imperador asteca, submetido a degradantes e cruéis torturas pelos espanhóis por se negar a revelar a Cortez onde se encontrava o tesouro real. Resistiu heroicamente, de modo que não foi sem propósitos que ao ilustre neófito fora dado aquele nome simbólico, símbolo de heroísmo e lealdade¹⁵⁴.

Ainda sobre “Guatimozin”, nas palavras de Rocha Martins¹⁵⁵:

“Era uma vez, nos tempos recuados de 1697, um imperador asteca, de Anahuac, México. Vieram de longe os conquistadores e ele, de armas em punho diante de um Cortez audaz que lhe queria os tesouros; ele, o filho do rei Ahintzot, sucessor do irmão de Montezuma II, deixara reclinar o seu corpo em brasas, preferira ser chagado sobre as grelhas rubras, que os soldados espanhóis conduziam como se fossem inquisidores, fora martirizado, sofrera as mordeduras do lume nas suas reais carnes, antes que dizer aos bárbaros onde ocultava as opulências, as riquezas, as magnificências do seu império”.

Em relação à Iniciação de D. Pedro, vários historiadores relatam as suas versões.

Gustavo Barroso¹⁵⁶, por exemplo nos diz que:

“José Bonifácio falara da Maçonaria ao Príncipe e o atraíra para ela, mostrando-lhe a ação de Gonçalves Ledo na Loja ‘Comércio e Artes’ e de Muniz Barreto, e de dezenas de militares e sacerdotes”.

Pedro Calmon¹⁵⁷, por sua vez, confirma que:

¹⁵⁴ GOMES (1975, p.66).

¹⁵⁵ MARTINS (1922, p.160).

¹⁵⁶ BARROSO (1939, p. 244).

¹⁵⁷ CALMON (1941, p.107).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“A Maçonaria atraiu mansamente o Príncipe em julho. Ardendo em curiosidade, a fantasia despertada pelo mistério de um rito perfumado de magia oriental, não se limitou a professar como irmão, quis ser lá dentro, o chefe”.

O certo é que D. Pedro não ignorava a força e a influência da Maçonaria. A fala de José Clemente, a 09 de janeiro de 1822, não lhe saía do pensamento:

“Será possível que Vossa Alteza Real ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe, semeando aqui e ali, em muitas das províncias do Brasil, por não dizer em todas elas”?

Teve aí, a certeza de que, se recusasse, os maçons fariam a Independência sem ele¹⁵⁸.

Pedro Calmon¹⁵⁹, com a sua autoridade de eminente historiador declara que:

“D. Pedro teve aí a certeza de que fariam sem ele a Independência. Reconheceu, portanto, que a Maçonaria não era só a grande propulsora do movimento emancipador, como era capaz de ela, apenas, realizar a Independência”.

D. Pedro, cômico de que lhe seria sobremodo vantajoso ingressar na Maçonaria, preencheu a sua proposta para a Loja “Comércio e Artes” que foi assinada pelo Grão-Mestre de então, José Bonifácio. Coube, pois, a José Bonifácio ser o padrinho maçônico de D. Pedro.

O historiador Sérgio Corrêa da Costa¹⁶⁰ narra a Iniciação de D. Pedro da seguinte forma:

“No dia 13 de julho de 1822 foi apresentada em sessão, a proposta de admissão do Príncipe Regente D. Pedro. A proposta acabou sendo unanimemente aprovada por aclamação, e dispensaram-se todas as formalidades de tais propostas.

¹⁵⁸ COSTA (1968, p.43).

¹⁵⁹ (CALMON, 1941).

¹⁶⁰ COSTA (1968, p.44).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E, constando, achar-se o neófito proposto perto do Templo, foi recolhido à “Câmara de Reflexão” e regularmente Iniciado, sem dispensa de prova alguma; e tomou o nome heroico de Guatimozin, como era costume naquele tempo, sendo-lhe concedido, sem exemplo anterior, o assento no Oriente”.

Há indícios, porém, de que D. Pedro já frequentasse as atividades da Maçonaria bem antes disso. No Museu Imperial de Petrópolis há uma carta que o então príncipe regente escreveu a José Bonifácio com vocabulário e símbolos maçônicos, em data anterior à sua Iniciação. Como pode ser comprovado por qualquer visitante do museu, eis as palavras do príncipe:

“O Pequeno Ocidente toma a ousadia de fazer presentes no Grande Oriente duas cartas da Bahia e alguns papéis periódicos da mesma terra há pouco vindos. Terra a quem o Supremo Arquiteto do Universo tão pouco propício tem sido. É o que se oferece por ora a remeter a este que em breve espera ser seu súdito e I.: Pedro”.

No canto superior esquerdo da página há o desenho de um sol e a palavra “*Alatia*” em que as letras foram substituídas por esquadro, compasso, maço, trolha e um olho. Note-se que também a assinatura aparece acompanhada dos três pontinhos.

Tarquínio de Souza¹⁶¹ assim declara:

“Recebido com o nome de Guatimozin, a 13 de julho de 1822, ali seria D. Pedro proposto a 02 de agosto como Grão-Mestre, por um golpe dos desafetos de José Bonifácio, naturalmente os mesmos que o tinham induzido a tornar-se maçom”.

¹⁶¹ SOUZA (1988, p.404).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E aconteceu que no dia 16 de julho, isto é, apenas três dias depois de “Iniciado”, o Aprendiz Guatimozin (D. Pedro) foi elevado diretamente ao grau de Mestre, por proposta de Joaquim Gonçalves Ledo, então Primeiro Vigilante. Foi assim concedida a dispensa do interstício e ultrapassado o grau de Companheiro.

Arci Tenório D’Albuquerque¹⁶², sobre isso esclarece ainda que:

“Tratou-se de um golpe hábil dado por Gonçalves Ledo, não só para vincular D. Pedro à Maçonaria, como para granjear-lhe maiores simpatias. Assim com 03 dias apenas de Iniciado, D. Pedro conseguiu a sua plenitude maçônica, que a tanto equivale o grau de Mestre”.

E então, menos de dois meses depois, Ledo começou a conceber a ideia de colocar D. Pedro à testa dos destinos da Maçonaria, ao entregar-lhe o malhete do Grão-Mestrado. Assim, o Príncipe Regente se sentiria mais fortalecido e receberia mais incentivos diretos dos maçons.

Presidindo a sessão do Grande Oriente de 04 de outubro de 1822, depois de devidamente amadurecida a ideia, Gonçalves Ledo propôs que D. Pedro, ou melhor, o “Irmão Guatimozin”, fosse aclamado Grão-Mestre, conservando-se o proponente como Primeiro Grande Vigilante. Foi um golpe tremendo desferido contra José Bonifácio, que estava ausente, não fora consultado e, assim, se via inferiorizado¹⁶³.

Mas igualmente não se pode omitir que o Príncipe Regente – e mais tarde Imperador do Brasil – só se manteve maçom, enquanto a Ordem podia servir-lhe, para desviá-la de sua natural inclinação republicana, e para ensaiar, como em um conselho privado, os atos definitivos da Independência e da sua coroação.

E, em 25 de outubro de 1822, agora na condição de Imperador do Brasil, D. Pedro determinou o encerramento das atividades do “Grande Oriente”.

¹⁶² D’ALBUQUERQUE (1971, p.156-157).

¹⁶³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.161-162).

O MAÇÔNICO MANIFESTO DE 1º DE AGOSTO DE 1822

O grupo de Ledo desconfiava da lentidão dos fatos; ainda não via a Independência segura e contava com a resistência de Bonifácio à marcha das ideias liberais¹⁶⁴.

Em todas as decisões tinha grande parte a Maçonaria, cujo Grão-Mestre, no “Grande Oriente” era ainda o ministro José Bonifácio. Por este vínculo, marchavam em velada parceria com o Ministério, mais ou menos de acordo, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira.

Ajudando, sempre que possível e fosse conveniente aos seus propósitos, ao Ministro, Ledo na redação de alguns trabalhos e José Clemente Pereira como guarda avançada, para, como Presidente do Senado da Câmara, solicitar ao Governo (D. Pedro) as decisões de maior transcendência, que às vezes deviam ser tomadas, livrando ao mesmo Governo da responsabilidade da iniciativa, e passando-a toda ao povo, com o seu direito de petição já garantido pelas bases juradas da Constituição.

Assim, Ledo tomou para si, a responsabilidade de redigir um dos manifestos – o dirigido aos brasileiros, e que levou a data de 1º de agosto. Por meio dele, D. Pedro justificava a sua resolução de ficar no Brasil, de se declarar “Defensor Perpétuo” e de convocar um Congresso: recapitulava as providências tomadas iniquamente contra o mesmo Brasil, as desfeitas sofridas pelos deputados brasileiros, em Lisboa, e os planos das Cortes para desunir as províncias umas das outras, etc.¹⁶⁵.

¹⁶⁴ MONTEIRO (1981, p.651-652).

¹⁶⁵ VARNHAGEN (2010, p.192).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Manoel Gomes¹⁶⁶ afirma a importância desse documento, cujo teor assim começa:

“Brasileiros! Está acabado o tempo de enganar os homens. Os governos, que ainda querem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorância dos Povos, ou sobre outros antigos erros e abusos, têm de ver o colosso da sua grandeza tombar da frágil base, sobre que se erguera outrora. Foi, por assim não o pensarem que as Cortes de Lisboa forçaram as Províncias do Sul do Brasil a sacudir o jugo que lhes preparavam; foi por assim pensar que eu, agora já vejo reunido todo o Brasil em torno de mim; requerendo-me a defesa dos seus direitos, e a manutenção da sua liberdade e Independência”...

A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA



Nesta época, a Maçonaria passou a enviar mensageiros às províncias, os quais informavam às Lojas e patriotas distantes dos últimos acontecimentos no Rio de Janeiro e na Europa, mais precisamente em Portugal, coordenando e incentivando o movimento emancipacionista¹⁶⁷.

¹⁶⁶ GOMES (1975, p.95).

¹⁶⁷ GOMES (1975, p.95).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao que o historiador Pandiá Calógeras¹⁶⁸ reforça de forma enfática:

“Mensageiros percorriam o país em todos os rumos, para se manter aceso e vivo o sentimento autonomista e não permitir ao entusiasmo decrescer. À frente do movimento enérgico e vivaz, achavam-se a Maçonaria e os maçons”.

E então a coisa toda se precipitou. Uma revolta em São Paulo, comandada por Francisco Inácio destituiu do cargo de vice-presidente da Junta Governativa, o irmão de José Bonifácio, Martim Francisco, a quem o velho Andrada logo tratou de trazer para junto de si, no Rio de Janeiro, onde fez o Príncipe nomeá-lo Ministro da Fazenda.

Mas os acontecimentos de São Paulo continuaram repercutindo de forma bastante negativa no Rio de Janeiro, de modo que no dia 13 de agosto, D. Pedro convocou o Conselho de Estado e na sessão secretariada por Ledo, comunicou a resolução de viajar para lá com a finalidade de resolver a situação. E então assinou um decreto transferindo provisoriamente a regência para a esposa, Princesa Leopoldina, pelo tempo que durasse a sua ausência, pois *“pretendia partir para a província paulista a fim de resolver a questão de uma vez por todas”*. No dia seguinte, D. Pedro saiu em demanda à São Paulo, com a desculpa de apaziguar os ânimos naquela província, dividida entre dois grupos políticos rivais, um ligado à família do Ministro José Bonifácio e o outro ao Coronel Francisco Inácio, comandante da força pública local. Mas também há quem diga que igualmente com o propósito oculto de proclamar a Independência.

Das mais reduzidas era a comitiva. Acompanhavam o Príncipe: Luiz Saldanha da Gama, maçom e futuro Marquês de Taubaté, encarregado de assisti-lo com os despachos e transmitir as suas ordens; Francisco Gomes da Silva, como secretário; e o tenente Francisco de Castro Couto Melo; dois criados: João Carlota e João Carvalho, além do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto Camargo e o

¹⁶⁸ CALÓGERAS (1941, p.103).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

padre Belchior Pinheiro, maçom veterano da antiga Loja “Distintiva” de Niterói, e que viera de Minas Gerais especialmente para acompanhar o Príncipe¹⁶⁹.

Os brasileiros já estavam esperando que D. Pedro retornasse à Portugal, o que rebaixaria o país ao status de simples colônia, em vez de “Reino Unido” ao de Portugal. Por conta disso, havia temores de que uma guerra civil separasse a Província de São Paulo do resto do país.

Neste cenário conturbado, D. Pedro entregou o poder a D. Leopoldina, no dia 13 de agosto de 1822, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil e partiu para tentar acabar com o conflito em São Paulo.

No dia 28 de agosto, notícias da maior gravidade chegaram de Lisboa, e a Princesa se viu obrigada a convocar o Conselho de Estado para o dia 02 de setembro, a fim de decidir-se sobre que destino dar às informações que haviam acabado de chegar e que davam conta de que Portugal pretendia desembarcar um grande contingente militar armado na Bahia; que D. Pedro poderia ser privado do direito à sucessão da Coroa Portuguesa e que o deputado lusitano Borges Carneiro o havia chamado de “rapazinho”.

Por conta das notícias vindas de Portugal, D. Leopoldina não teve tempo de esperar pelo marido e precisou tomar uma decisão, na qual foi aconselhada por José Bonifácio e outros membros da Maçonaria fluminense. Um correio foi chamado e duas cartas foram enviadas a D. Pedro para que ele (segundo alguns historiadores) se inteirasse das notícias e proclamasse a Independência do Brasil.

No dia 05 de setembro, o príncipe regente desceu a Serra do Mar até Santos. E os papéis chegaram a ele no dia 07 de setembro de 1822 quando D. Pedro já retornava, e de acordo com o que reza a historiografia oficial, proclamou o Brasil livre de Portugal, às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo¹⁷⁰.

¹⁶⁹ D'ALBUQUERQUE (1971, p.204).

¹⁷⁰ HISTORY CHANNELL (2016, p.1-2).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em tupi-guarani, Ipiranga significa “rio vermelho”. Naquela época, apesar da tonalidade escura e barrenta de suas águas (daí a denominação), o Ipiranga ainda era um arroio selvagem e sem poluição, cujo leito serpenteava por entre roças e pastagens salpicadas por cupinzeiros de chácaras e sítios que se estendiam por um local ermo, de população rarefeita. Das margens do riacho até a cidade de São Paulo havia apenas oito casas, onde moravam 42 pessoas¹⁷¹.

O que se sabe ao certo é que durante uma parada, na tarde de 07 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, chegaram-lhe às mãos alguns papéis trazidos pelos mensageiros Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro.

Os historiadores, todavia, não são consentâneos em tudo, há discrepâncias em alguns pontos como o teor das correspondências, a quantidade de papéis entregues ao Príncipe e até mesmo quanto às palavras proferidas por D. Pedro naquele dia.

Segundo Jorge Muniz Barreto¹⁷²:

“Entre outros documentos, o conteúdo dos papéis trazia uma intimação das ‘Cortes’ exigindo o regresso imediato do príncipe à Portugal. Após ler os documentos, D. Pedro lançou o conhecido brado: ‘Independência ou Morte’!”

Em outra versão, de acordo com o historiador Laurentino Gomes¹⁷³:

“Encontrava-se o Príncipe Regente em São Paulo, já há onze dias. Nada mais havendo que fazer, não deixa de ser estranha a sua permanência ali durante tanto tempo, quando, naqueles dias, tão importante seria a sua presença na metrópole. Só se pode justificar com a suposição de que o Príncipe estivesse aguardando notícias, ou instruções do Rio de Janeiro para proclamar a Independência.

¹⁷¹ GOMES (2010, p.32-33).

¹⁷² BARRETO (2015, p.15).

¹⁷³ GOMES (2010, p.30).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Como não chegassem as esperadas notícias ou instruções, no dia 05 de setembro o Príncipe decidiu descer a Santos.

O dia 07 de setembro amanheceu claro e luminoso nos arredores de São Paulo. Faltava ainda uma hora para o nascer do sol quando D. Pedro saiu de Santos, cidadezinha do litoral paulista de 4.781 habitantes na época, onde passara o dia anterior inspecionando as seis fortalezas que guarneciam as entradas pelo mar e visitando a família de José Bonifácio. A sua comitiva era bastante modesta para os padrões normais. Acompanhavam-no, além da guarda de honra, os maçons Coronel Marcondes, padre Belchior e Luís Saldanha da Gama, além dos ajudantes e criados Francisco Gomes da Silva, João Carlota e João Carvalho.

As quatro horas da tarde desse mesmo dia, quando regressava à São Paulo, D. Pedro recebeu, às margens do ribeirão Ipiranga, o correio da Corte, Paulo Bregaro, e o major Antônio Ramos Cordeiro que o acompanhava”.

Exaustos, Paulo Bregaro e Antônio Ramos Cordeiro tinham percorrido a cavalo cerca de quinhentos quilômetros em cinco dias, praticamente sem paradas para descanso, tendo em vista que eram portadores de mensagens urgentes.

Manoel Gomes¹⁷⁴ relata o fato com as seguintes palavras:

“Os importantes documentos foram enviados por D. Leopoldina e pelo ministro José Bonifácio para serem entregues ao Príncipe, chegados de Lisboa pelo navio ‘Três Corações’, que aportara ao Rio de Janeiro em fins de agosto. Na correspondência recebida das Cortes de Lisboa constavam várias deliberações, mandando que fossem instaladas juntas de governo nas províncias onde ainda não as houvesse e nomeando um novo ministério, o que na prática, destituía D. Pedro do papel de príncipe regente, reduzindo-o a mera condição de delegado das autoridades lusitanas; declarando ainda que todas as decisões tomadas até agora pelo Príncipe estavam anuladas e ordenando uma investigação criminal

¹⁷⁴ GOMES (1975, p.68-69).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

contra os que tivessem contribuído para evitar que seguissem para Lisboa os deputados eleitos por Minas Gerais; tornando nulo o decreto de 16 de fevereiro de 1822, pelo qual D. Pedro havia convocado um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias; responsabilizando o ministério, sob a presidência de José Bonifácio, por esse e outros atos; e determinando ainda fossem processados os membros da Junta de São Paulo, signatários da representação para o ‘Dia do Fico’”.

Além das deliberações das Cortes Portuguesas, os mensageiros entregaram uma carta de José Bonifácio e outra da Princesa Leopoldina, onde a fiel esposa recomendava ao marido que mantivesse a prudência e desse especial atenção aos conselhos do seu principal Ministro, que segundo informações vindas diretamente de Lisboa, davam conta do embarque 7.100 soldados que, somados aos seiscentos que já haviam chegado à Bahia, tentariam atacar o Rio de Janeiro e esmagar os partidários da Independência. Diante disso, Bonifácio afirmava que só havia dois caminhos: o primeiro seria partir imediatamente para Portugal como exigiam as Cortes e lá ficar prisioneiro, desafortunada condição na qual já encontrava o pai do Príncipe, D. João VI; e o segundo caminho era seguir as recomendações da Maçonaria de permanecer no Brasil e de proclamar a Independência do país de uma vez por todas, “fazendo-se seu Imperador ou Rei”.

As cartas de D. Leopoldina e de José Bonifácio, enviadas juntamente com as ordens de Lisboa, mostravam a necessidade de uma decisão objetiva e imediata. A carta de D. Leopoldina terminava com a seguinte frase: “*Senhor, o pomo está maduro, colhe-o já*”.

José Bonifácio, por sua vez, enfatizava ao Príncipe que: “*Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos nada a esperar senão a escravidão e horrores. Venha Vossa Alteza Real, o quanto antes, e decida-se, porque irresolução e medidas de água morna para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça*”.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Nicola Aslan¹⁷⁵ fornece novos e significativos detalhes:

“E então, D. Pedro, Iniciado na Loja ‘Comércio e Artes’, em 02 de agosto, viajando em seguida para São Paulo, em 14 de agosto, irritado com as notícias chegadas de Lisboa e que lhe foram entregues junto ao ribeirão do Ipiranga, aliadas às cartas de D. Leopoldina e de José Bonifácio, lançaria o famoso grito de ‘Independência ou Morte!’, consumando a tão sonhada Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822”.

E Assis Cintra¹⁷⁶ revela que:

“[...] tudo tinha sido preparado pela Maçonaria para que em 1822 se vibrasse em todo o território nacional o grito de ‘Independência ou Morte’, proferido pelo Príncipe Regente, nas margens do arroio do Ipiranga”.

Segundo a Ata¹⁷⁷ da Sessão do “Grande Oriente Brasileiro”, do dia 14 do 7º mês de 1822: “[...] foi o Grande Oriente, a primeira corporação que tomou a iniciativa da Independência ao seu alcance por meio dos seus membros para ser levada a efeito em todas as províncias”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque¹⁷⁸ enfatiza:

“Não há o que discutir, a proclamação de nossa Independência, verdadeiramente assinalada com o ‘Fico’, em 09 de janeiro, declarada pela Maçonaria em 20 de agosto e consagrada em 07 de setembro, foi empreendimento maçônico”.

Assim, D. Pedro, após tomar conhecimento de tudo, proclamou a Independência com as seguintes palavras: **“INDEPENDÊNCIA OU MORTE!”**.

E, dirigindo-se aos seus companheiros, ordenou que voltassem ao Rio de Janeiro¹⁷⁹.

¹⁷⁵ ASLAN (1997, p.99).

¹⁷⁶ CINTRA (1934, p.21).

¹⁷⁷ D’ALBUQUERQUE (1971, p.141).

¹⁷⁸ D’ALBUQUERQUE (1971, p.215).

¹⁷⁹ GOMES (1975, p.69-70).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Quatro anos depois do “Grito do Ipiranga”, padre Belchior, que tinha a função de Guarda-roupa do Príncipe, e, portanto, pessoa de sua mais estrita confiança, escrevia:

“O Príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro. Eram elas: uma instrução das Cortes, uma carta de D. João, outra da Princesa, outra de José Bonifácio e outra ainda de Chamberlain, agente secreto do Príncipe em Lisboa. As Cortes exigiam o regresso imediato do Príncipe; a prisão e processo de José Bonifácio. A Princesa recomendava prudência e pedia que o Príncipe ouvisse os conselhos de seu Ministro. José Bonifácio dizia que só havia dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro das Cortes, como se encontrava D. João VI, ou ficar e proclamar a Independência do Brasil, ficando seu Imperador ou Rei. E Chamberlain informava que o partido de D. Miguel, em Portugal, estava vitorioso e que se falava abertamente na deserção de D. Pedro em favor de D. Miguel, enquanto D. João VI aconselhava ao filho obediência às leis portuguesas”.

O padre-maçom afirma ainda que pós tomar conhecimento do conteúdo das cartas, D. Pedro arrancou da espada e declarou:

“As cortes me perseguem; chamam-me de rapazinho e de brasileiro. Verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero do Governo Português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal. Independência ou Morte”!

Já Gustavo Barroso¹⁸⁰ assim relata o fato:

“Vindo se Santos para São Paulo, ao abeirar-se da cidade, à margem do Ipiranga, D. Pedro recebeu despacho do Rio de Janeiro que lhe davam, segundo se diz, notícias das ordens intransigentes das Cortes para a sua volta e do envio de expedições militares. A cavalo, rodeado dos Dragões de sua Guarda de Honra,

¹⁸⁰ BARROSO (1939, p.224).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

uniformizados à austríaca, e dos membros da sua comitiva, arrancou da espada e pronunciou as palavras que abriram novos horizontes ao Brasil: ‘Independência ou Morte’!

Segundo vários estudiosos do assunto, era apenas a declaração pública do que já havia sido resolvido nos subterrâneos dos templos maçônicos.

Rio Branco¹⁸¹, anotando Varnhagen, nos diz que:

“A Independência já fora proclamada pela Maçonaria na sessão de 20 de agosto, em assembleia geral do povo maçônico, reunido na sede do ‘Apostolado’, através das três Lojas metropolitanas, sob a presidência de Gonçalves Ledo”.

Não se sabe ao certo que papéis o futuro Imperador recebeu naquela ocasião. Ninguém os leu. Diz-se somente que eram as aludidas notícias. Não estaria entre elas, uma “prancha” sobre essa assembleia do povo maçônico com as deliberações do mesmo para que o Príncipe proclamasse publicamente o que já havia sido decidido anteriormente?

Até mesmo porque se não contasse D. Pedro com o apoio integral da Maçonaria, talvez não tivesse disposto da coragem imprescindível para proferir o “*Independência ou Morte*”, em São Paulo. Ele mesmo já reconhecera que a Maçonaria estava apta a proclamar, por si só, nossa emancipação¹⁸².

Quanto ao grito: “*Independência ou Morte*”, não teve originalidade nenhuma. Na tarde de 07 de setembro de 1822, D. Pedro limitou-se a gritar o nome de uma “Palestra” do “Apostolado”. Não houve, portanto, originalidade na frase mencionada, de modo que ninguém sabe se na pressuposta “prancha” recebida do “Grande Oriente Brasileiro” ou do “Apostolado” não constavam aquelas três palavras¹⁸³.

¹⁸¹ VARNHAGEN (2010, p.132).

¹⁸² D’ALBUQUERQUE (1971, p.196).

¹⁸³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.195).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O eminente historiador Francisco Adolfo Varnhagen¹⁸⁴ acredita nesta hipótese, quando afirma com toda a convicção que:

“Independência ou Morte’ era a denominação de uma das Palestras da sociedade secreta ‘Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’, conhecida por ‘Apostolado’. Sabe-se hoje que essa sociedade, fundada por José Bonifácio, começou a funcionar a 02 de junho de 1822. D. Pedro era, com o título de Arconte-Rei, o presidente, sendo José Bonifácio (já então Grão-Mestre da Maçonaria) seu Lugar-Tenente”.

Segundo Amando Caiuby¹⁸⁵:

“[...] o próprio brado ‘Independência ou Morte’ era o nome dado a uma Loja subordinada ao ‘Apostolado’”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque¹⁸⁶ acrescenta:

“Possuía o ‘Apostolado’ rituais próprios, liturgia bastante severa e sinais e palavras de reconhecimento exprimindo motivos patrióticos, o que evidenciava os fins políticos da sociedade. Assentava-se a organização sobre três colunas fundamentais (Palestras), que por sua vez orientavam e dirigiam as pequenas assembleias locais (Decúrias). As ‘Palestras’ constituíam de três poderes distintos: ‘Independência ou Morte’, ‘Firmeza e Lealdade’ e ‘Pátria Redimida’.

E foi, assim, feita a Independência do Brasil, com o pleno conhecimento de D. João VI e com a participação efetiva de D. Pedro I, amparado pelo trabalho da Maçonaria, que se tornara, na época, uma forte corrente política¹⁸⁷.

¹⁸⁴ VARNHAGEN (2010, nota do Barão do Rio Branco).

¹⁸⁵ CAIUBY (1949, p.166).

¹⁸⁶ D’ALBUQUERQUE (1971, p.214-215).

¹⁸⁷ (CASTELLANI, 2007).

AS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS APÓS O “GRITO DO IPIRANGA”

Com a participação ativa dos maçons, movimentando a opinião pública, despertando na consciência nacional a ânsia de liberdade, foi proclamada a Independência do Brasil, às 16 horas e 30 minutos do dia 07 de setembro de 1822.

Graças à linha de ação adotada pela Maçonaria brasileira e as providências tomadas pela mesma logo após o “Grito do Ipiranga”, se as guerras da Independência da América espanhola tinham durado quinze anos, no Brasil, estender-se-iam por apenas quinze meses. E enquanto o Império Americano da Espanha se desfizera em pedaços, a integridade do Brasil seria preservada. Resultado tão notável foi fruto direto de uma atuação firme, destemida e inteligente da Maçonaria brasileira na preparação, consecução e consolidação da nossa Independência.

Enquanto o Príncipe, por sua parte, continha entretida a tropa, trabalhavam nos clubes maçônicos José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, padre Januário da Cunha Barbosa, Manuel Alves Branco Muniz Barreto e outros, deliberando acerca do modo mais conveniente de organizar no Brasil um governo perpetuamente livre¹⁸⁸.

No dia 09 de setembro, o Príncipe, com a sua comitiva, iniciou a viagem de volta ao Rio de Janeiro, aonde só chegaria na noite de 14 de setembro, num sábado. Evidentemente, no dia seguinte, senão a cidade toda do Rio de Janeiro, os altos dirigentes políticos, mais as dignidades maçônicas do “Grande Oriente” já estavam a par dos acontecimentos do dia 07.

Entretanto, nenhum comentário foi feito na reunião de Assembleia Geral do “Grande Oriente” do dia 15, domingo, ocupando-se os congressistas unicamente no processamento do ato de “Aclamação do Príncipe”.

¹⁸⁸ VARNHAGEN (2010, p.132).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Uma vez já proclamada a Independência, propôs Gonçalves Ledo, na presidência dos trabalhos, que, tendo sido os maçons os primeiros a darem o impulso para a Independência, parecia-lhe acertado que da Maçonaria se enviasse às províncias emissários encarregados de propagar a opinião abraçada e dispor os ânimos dos povos a esta grande e gloriosa obra, fazendo-se as despesas aos empregados nesta importante comissão, com os fundos que se achavam em caixa no “Grande Oriente”, posto que, destinados para os ornatos e decoração do Templo, pareciam-lhe melhor empregados na causa pública. A partir de então foi intenso o trabalho desenvolvido pelos maçons da cidade do Rio de Janeiro, no sentido de apressar o ato da “Aclamação do Imperador”¹⁸⁹.

Sobre os emissários da Maçonaria, o Almirante Lucas Alexandre Boiteux¹⁹⁰, registra que:

“A nobre ideia de Independência dominava todos os corações. Para todos os pontos partiram emissários. À Santa Catarina veio, mandado pela Maçonaria, Alexandre José Tinoco, que se havia oferecido para levantar o povo a favor de tão alevantada causa”.

Assim, foi obra da Maçonaria transmitir o legado da Independência às regiões mais distantes e isoladas do país. Um exemplo foi a longínqua Vila de Parnaíba, responsável pelo primeiro grito de Independência no Piauí, em outubro daquele mesmo ano.

Conforme descreve o historiador Wilson de Andrade Brandão¹⁹¹, a iniciativa partiu da Loja Maçônica local, liderada pelo juiz João Cândido de Deus e Silva e pelo Coronel Simplício Dias da Silva.

Mais uma notável demonstração da indiscutível influência que teve a Maçonaria brasileira na proclamação e na consolidação da nossa emancipação política,

¹⁸⁹ GOMES (1975, p.71-72).

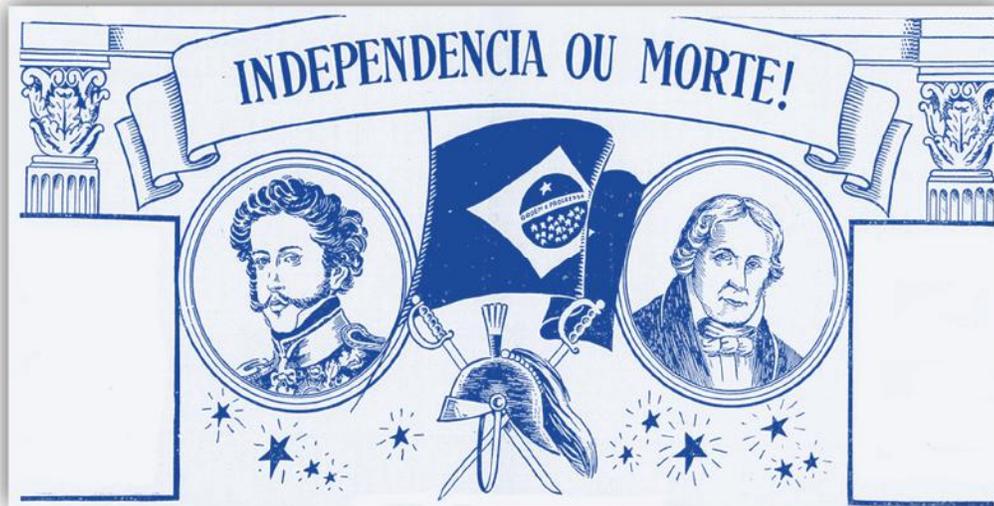
¹⁹⁰ (BOITEUX, 1930).

¹⁹¹ BRANDÃO (2006, p.138-140).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

está no “*Hino da Independência*”, cujo autor da letra foi o maçom Evaristo da Veiga e o da música, outro maçom: o Príncipe D. Pedro¹⁹².

A POLÊMICA DO 20 DE AGOSTO X 09 DE SETEMBRO



Uma grande corrente de historiadores afirma que em 20 de agosto de 1822, é que foi de fato decidida a Independência do Brasil, em uma sessão da Maçonaria fluminense presidida por Gonçalves Ledo¹⁹³.

De acordo com Arci Tenório D’Albuquerque¹⁹⁴:

No “Livro de Atas” das sessões do “Grande Oriente Brasileiro” (Ano 1º, ata de 20 do 6º mês maçônico de 1822) conta-se que, tendo sido convocado os maçons, membros das três Lojas metropolitanas, em uma sessão extraordinária, presidida pelo Primeiro Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, no impedimento do Grão-Mestre, aquele proferiu do sôlio um veemente discurso demonstrando, com sólidas razões, que as circunstâncias políticas da Pátria do rico, fértil e poderoso Brasil, demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da Independência.

¹⁹² GOMES (1975, p.74).

¹⁹³ CINTRA (1923, p.66).

¹⁹⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.22).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Explicou o mesmo Grande Vigilante a necessidade de ser a sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da Pátria ficassem convencidos, pelos debates, de que a proclamação da Independência era a âncora da salvação do Brasil. Em consequência do que dando a palavra a quem quisesse especificar os seus sentimentos, falaram vários membros e todos aprovaram a moção, reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a Independência do Brasil.

Segundo Osvaldo Pereira da Rocha¹⁹⁵:

A Maçonaria Brasileira, no Rio de Janeiro, com suas Lojas “Comércio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”, em assembleia geral do povo maçônico, a 20 de agosto de 1822, aprovou moção de Gonçalves Ledo, de proclamação da nossa Independência; e com a imprensa como aliada, uniram forças contra a postura recolonizadora da Corte Portuguesa.

Já Tarquínio de Souza¹⁹⁶ explica que:

“O grupo da Maçonaria também não queria perder um só momento. Em sessão de 20 de agosto, Ledo proclamara a necessidade de firmar-se logo, não só a Independência do Brasil, como a realeza constitucional e hereditária do Príncipe Defensor Perpétuo”.

Assis Cintra¹⁹⁷ também se refere ao fato da seguinte forma:

“Num inflamado discurso, no ‘Grande Oriente’, sessão de 20 de agosto, Gonçalves Ledo proclamou a Independência do Brasil. Por toda a parte os maçons turbilhonavam, despertando o sentimento da liberdade”.

E o historiador e pesquisador maçônico Tenório D’Albuquerque¹⁹⁸ não tem nenhuma dúvida:

¹⁹⁵ ROCHA (2015, p.7).

¹⁹⁶ SOUZA (1988, p.442).

¹⁹⁷ CINTRA (1928, p.134).

¹⁹⁸ D’ALBUQUERQUE (1971, p.195).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

É fora de dúvida, que a Independência do Brasil foi decidida e proclamada no “Grande Oriente do Brasil”, em 20 de agosto de 1822. O “Grito do Ipiranga” foi tão somente a retificação, o ato público.

Manuel de Oliveira Lima¹⁹⁹ igualmente apoia essa versão, com a seguinte afirmação:

“Aliás, seus companheiros (de D. Pedro) fizeram-no Mestre na sessão imediata (16 de julho) e Grão-Mestre durante a sua viagem a São Paulo, na ausência de José Bonifácio do seu lugar, ocupado por Ledo. Este presidiu igualmente a memorável sessão de 20 de agosto em que, no dizer da ata, demonstrou a urgente e imperiosa exigência de se firmar a Independência do Brasil”.

Assim como João Pandiá Calógeras²⁰⁰:

“A 20 de agosto, o Grande Oriente proclamou, por proposta de Ledo, que era chegado o tempo da separação definitiva e completa de Portugal”.

Ao que o referido autor ainda complementa²⁰¹:

“Nos centros dirigentes da Maçonaria se instituiu imediatamente o estudo por verificar se não era chegado o momento de separação definitiva e completa. A 20 de agosto de 1822, Ledo, aos aplausos de todo o Grande Oriente, expunha o problema e resolvia pela afirmativa. Adiou-se apenas a proclamação das decisões obtidas para permitir a adesão das províncias, com que de antemão contavam”.

“Sintoma característico de colaboração e de íntima união de pensamento e de atos, o Grande Oriente do Brasil, a 23 de agosto, discutia e aprovava a medida proposta três dias antes por Joaquim Gonçalves Ledo, e tomava as providências necessárias para que a aclamação de D. Pedro se fizesse em todas as províncias coligadas”.

¹⁹⁹ LIMA (1972, p.264).

²⁰⁰ CALÓGERAS (1941, p.109).

²⁰¹ CALÓGERAS, (1933, p.466-467).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Francisco Adolfo Varnhagen²⁰² reforça:

“No dia 23, realizou-se outra sessão, ainda presidida por Gonçalves Ledo, onde continuou-se a discussão; e, por proposta sua, foram nomeados os emissários que deviam ir tratar da aclamação nas diferentes províncias, entre eles Januário da Cunha Barbosa, designado para ir a Minas; João Mendes Viana para Pernambuco e o Brigadeiro José Egídio Gordilho da Barbuda para a Bahia. Vários maçons ofereceram as somas necessárias para as despesas de viagem dos comissários”.

E Tenório D’Albuquerque²⁰³ finaliza:

“Devemos salientar ainda que, em 20 de agosto, ficou resolvido pelo Grande Oriente do Brasil, a emancipação do Brasil e paralelamente, na mesma data, foi fixado o próximo dia 12 de outubro, aniversário do Príncipe Regente, para a solenidade de proclamação do mesmo como Imperador do Brasil”.

Entretanto, no tocante à polêmica do dia 20 de agosto, existem duas versões antagônicas para o mesmo fato. Uma versão diferente da anteriormente apresentada relata que – não no dia 20 de agosto e sim no dia 09 de setembro de 1822 – o “Grande Oriente” realizou uma sessão extraordinária em que tratou da Independência. A notícia dos acontecimentos do dia 07, em São Paulo, não havia ainda chegado ao Rio de Janeiro. Já o Príncipe, com a sua comitiva, somente chegaria ao Rio no dia 14 de setembro, à noite.

Nessa sessão, Gonçalves Ledo, como Primeiro Grande Vigilante, na presidência dos trabalhos, no impedimento e ausência do Grão-Mestre de ofício José Bonifácio, dirigiu ao plenário um enérgico discurso em que, com as mais sólidas razões, demonstrou que as políticas circunstantes da pátria exigiam imperiosamente a proclamação da Independência.

²⁰² VARNHAGEN (2010, p.205 – nota do Barão do Rio Branco).

²⁰³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.200).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A moção foi aprovada por unanimidade e com simultânea aclamação.

Segundo esta vertente historiográfica, a dita reunião do “Grande Oriente” foi convocada na ignorância dos acontecimentos havidos em São Paulo, e por certo sob impressão pelas graves notícias trazidas das Cortes Lusitanas pelo navio “Três Corações”, chegado ao Rio no dia 28 de agosto²⁰⁴.

A versão em questão preconiza que o fato é erroneamente dado como ocorrido em 20 de agosto, convindo, portanto, esclarecer que à época da Independência, o calendário maçônico utilizado pelo “Grande Oriente” para os seus registros, era o mesmo utilizado pela Loja “Comércio e Artes” desde 1815. Este calendário seguia bem de perto o calendário religioso hebraico, que se inicia em 21 de março (equinócio de inverno).

E que o maçom José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, em nota à obra de Francisco Adolfo Varnhagen, a despeito de uma informação equivocada de Manoel Joaquim de Meneses sobre ser o dia 1º de março o de início do ano maçônico no calendário do “Grande Oriente” na época da Independência do Brasil, querendo corrigir a informação, na conversão dos calendários, encontrou a data de 20 de agosto no lugar de 09 de setembro e mudou para a primeira, uma data que estava certa.

Arci Tenório D’Albuquerque²⁰⁵, por sua vez, discorda veementemente desse ponto de vista, afirmando enfático que:

“Francisco A. Varnhagen (História da Independência do Brasil, p.204) equivocadamente declarou que a sessão maçônica em que se proclamou a Independência do Brasil, realizou-se a 09 de setembro. Corrigindo-o, o Barão do Rio Branco escreveu uma extensa nota, que figura da mesma página do citado livro”.

²⁰⁴ GOMES (1975, p.77-78).

²⁰⁵ D’ALBUQUERQUE (1971, p.198).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

E o próprio Varnhagen²⁰⁶ registra o fato da seguinte forma:

“A verdade é que, antes mesmo de poderem chegar ao Rio de Janeiro as resoluções do Príncipe tomadas em São Paulo, já a proclamação da nossa Independência se resolvia no Rio de Janeiro, no “Grande Oriente”, em sessão de 09 de setembro”.

Nicola Aslan²⁰⁷ defende essa versão com a seguinte explicação:

“Ignorando ainda, o que se passara no Ipiranga, em sessão da Loja Comércio e Artes, presidida pelo 1º Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, o Grande Oriente do Brasil aprovava e aclamava, por unanimidade uma proposta de Gonçalves Ledo para a proclamação da Independência e da realeza constitucional na pessoa de D. Pedro, em 09 de setembro”.

Aqui cabe uma ressalva para correção de um pequeno equívoco do referido Autor: a dita sessão ocorreu na sede do “Grande Oriente” e não na “Loja Comércio e Artes”.

Jorge Muniz Barreto²⁰⁸, igualmente partidário dessa versão, completa:

“Sem saber do ocorrido, em 09 de setembro de 1822, Ledo que era o 1º Grande Vigilante, no impedimento do Grão-Mestre José Bonifácio, dirigindo a sessão, trouxe a discussão sobre a Independência do Brasil. Ledo falou da necessidade de se discutir o assunto. Todos aprovaram a moção, reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a Independência do Brasil; e de ser aclamado Imperador o Príncipe D. Pedro. Estava novamente proclamada a Independência do Brasil, agora pela segunda vez”.

Sem alcançar-se um consenso sobre o tema, em junho de 1957, em Belém do Pará, realizou-se a “V Mesa Redonda da Maçonaria Regular do Brasil”, onde,

²⁰⁶ (VARNHAGEN, 2010).

²⁰⁷ ASLAN (1997, p.99-100).

²⁰⁸ BARRETO (2015, p.15).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

sob proposição da “Grande Loja de Santa Catarina”, foi instituído o “*Dia do Maçom*”, sendo escolhida, para as comemorações, a data de 20 de agosto, “*in memoriam*” a aquele 20 de agosto de 1822, em que durante reunião da Assembleia Geral do “Grande Oriente”, com a representação das Lojas Metropolitanas do Rio de Janeiro “Comercio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança” de Niterói, Gonçalves Ledo, num vibrante discurso, fez sentir a necessidade de ser urgentemente proclamada a Independência do Brasil.

Posteriormente chegou-se à conclusão de que aquela memorável reunião foi realizada no dia 09 de setembro, ou seja, dois dias depois do “*Grito do Ipiranga*”, mas dada como 20 de agosto, em resultado de um erro de cálculo na conversão dos calendários²⁰⁹.

Por tudo isso, e após muito refletirmos sobre o assunto, chegamos às seguintes conclusões sobre a polêmica “*20 de agosto X 09 de setembro*”:

1. A explicação para a determinação do dia 20 de agosto baseou-se na histórica sessão conjunta das Lojas “Comércio e Artes”, “Esperança de Niterói” e “União e Tranquilidade”, no Rio de Janeiro, onde Gonçalves Ledo, ocupando o cargo de 1º Grande Vigilante pronunciara um inflamado discurso, fazendo sentir a necessidade de se proclamar a Independência do Brasil, cuja proposição foi aprovada pelos presentes e registrada em ata no 20º dia do 6º mês maçônico do Ano da Verdadeira Luz de 5822, interpretado por vários autores e estudiosos da Maçonaria como o dia 20 de agosto de 1822. Ainda segundo alguns autores, uma cópia da ata dessa sessão teria sido encaminhada imediatamente a D. Pedro I, que se encontrava viajando e a recebeu, às margens do riacho Ipiranga, em 07 de setembro de 1822, ocasião em que, após ler a correspondência, proclamou a Independência do Brasil, talvez por encontrar respaldo e mesmo a determinação da Maçonaria brasileira para que fosse tomada tal medida.

²⁰⁹ GOMES (1975, p.100).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

2. Em contrapartida, outro grupo de autores, discordando da explicação anterior, refere-se à mencionada data como um erro histórico, dada pela utilização do calendário gregoriano, ao invés do calendário equinocial, comumente utilizado para o registro da sessão, e segundo o qual, o ano se inicia no dia 21 de março e não no dia 1º do referido mês, o que leva a reunião supramencionada para o dia 09 de setembro de 1822. O que não retira e nem ofusca, de forma alguma, a importância histórica inerente àquela reunião, pois segundo esses autores, ignorando-se o que se passara no Ipiranga em 07 de setembro, pois para se viajar de São Paulo ao Rio de Janeiro eram necessários 05 dias inteiros de cavalgada – o meio de transporte mais rápido da época – o “Grande Oriente” realizava a sua polêmica 14ª Sessão, no dia 09 de setembro de 1822 e não em 20 de agosto.

3. De qualquer forma, o 20 de agosto (como também poderia muito bem ter sido o dia 09 de setembro) foi escolhido para as comemorações do “Dia do Maçom”, porque foi, presumidamente nessa data, que a nação brasileira definitivamente decidiu tornar-se independente de Portugal, por força e decisão da Maçonaria.

Assim podemos afirmar, com toda a convicção, que concordamos, em gênero, número e grau, com a Ata do “Grande Oriente Brasileiro” do dia 14 do 7º mês maçônico (setembro) de 1822, na qual consta que:

“Foi o Grande Oriente a primeira corporação que tomou a iniciativa da Independência ao seu alcance, por meio de seus membros, para ser levada a efeito, em todas as províncias brasileiras”.

UMA INESPERADA HOMENAGEM

Faltava uma hora para o pôr do sol quando a comitiva de D. Pedro entrou em São Paulo, sendo saudada pelos sinos das igrejas e pelos escassos moradores que se aglomeravam nas ruas de terra batida.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Exausto, o Imperador recolheu-se ao Palácio dos Governadores.

As notícias dos extraordinários acontecimentos daquela tarde do dia 07 de setembro, às margens do Ipiranga se espalharam rapidamente. Um pequeno grupo de maçons paulistanos reuniu-se para decidir o que fazer. Era preciso homenagear o Príncipe, mas ninguém sabia exatamente como proceder. Não havia tempo para prepararem uma recepção de gala ou um *te-déum*, como a circunstância requeria. Decidiram então improvisar, aproveitando a encenação da peça “*O Convidado de Pedra*”, marcada para aquela noite no Teatro Municipal, uma vez que sabiam que D. Pedro apreciava teatro e havia confirmado presença no camarote principal.

D. Pedro entrou no teatro exatamente às 21h30min e, como já era previsto, dirigiu-se ao camarote principal, sem suspeitar da homenagem que lhe prestariam os maçons da cidade.

O grupo dos maçons presentes no Teatro Municipal de São Paulo, naquela memorável noite, era composto pelos padres Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, José Antônio dos Reis, Ildefonso Xavier Ferreira e Vicente Pires da Mota, além de José Inocêncio Alves Alvim, José Antônio Pimenta Bueno e Antônio Mariano de Azevedo Marques, professor de matemática e fundador, no ano seguinte, da imprensa paulista ao lançar o jornal manuscrito “O Paulista”.

Antes que o espetáculo começasse, o padre-maçom Ildefonso Xavier Ferreira levantou-se de pé no camarote 11, onde se reunia o grupo dos maçons e se dirigiu à plateia, gritando em alto e bom tom: “*Viva o primeiro Rei brasileiro!*”.

Para seu alívio e dos demais, D. Pedro, embora demonstrando certa surpresa, inclinou-se em sinal de aprovação e de agradecimento. Era a deixa perfeita para que todo o teatro literalmente explodisse em viva e tríplice repetição ao inusitado brado levantado pelos maçons paulistas.

A ACLAMAÇÃO DO IMPERADOR



Cumprir recordar que já em 30 de abril de 1822 Gonçalves Ledo publicou em “O Revérbero Constitucional”, um artigo com o seguinte trecho:

“Príncipe, só assim baquearão de uma vez os cem dragões que surgem e procuram devorar-nos. Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo Império”.

Já estava implícito aí, o título de Imperador a ser conferido posteriormente a D. Pedro²¹⁰.

Temos hoje certeza de que a ideia e a resolução primeira da proclamação de D. Pedro como Imperador, e até a designação para o dia 12 de outubro, foi exclusiva da Maçonaria²¹¹.

²¹⁰ D'ALBUQUERQUE (1971, p.217).

²¹¹ VARNHAGEN (2010, p.214).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Conforme o historiador Paulo Rezzuti (2015):

“A Maçonaria influenciou o processo de Independência e, depois do Sete de Setembro, reuniões em Lojas Maçônicas pediam ajuda aos irmãos para que D. Pedro fosse reconhecido como Imperador Constitucional do Brasil”.

No dia 14 de setembro, D. Pedro chegou de São Paulo. Chovia torrencialmente no Rio de Janeiro. Na mesma noite, compareceu ao “Grande Oriente do Brasil” e tomou posse do cargo de Grão-Mestre. Gonçalves Ledo era o 1º Vigilante. No mesmo dia, Joaquim Gonçalves Ledo redigiu uma patriótica proclamação ao povo brasileiro, a primeira divulgação oficial do governo da nação, depois da Independência. No dia 16, foi a proclamação do grande maçom fartamente distribuída ao povo²¹².

Na mesma noite em que D. Pedro voltou de São Paulo e tomou posse do lugar de Grão-Mestre, Alves Branco Muniz Barreto aclamou-o Imperador no recinto do Templo²¹³.

O título tornou-se definitivo. Segundo Rocha Martins²¹⁴, o povo maçom elegeu o seu monarca no segredo das Lojas Maçônicas, quando o brigadeiro Alves Branco, subindo a uma mesa, bradara três vezes:

“Viva o Sr. D. Pedro de Alcântara, Primeiro Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil”.

Francisco Adolfo Varnhagen²¹⁵ assim descreve o mesmo fato:

“No Rio de Janeiro, em sessão de 14 de setembro do Grande Oriente do Brasil ficou definitivamente preferido o título de ‘Imperador’, por proposta do brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto”.

²¹² D’ALBUQUERQUE (1971, p.217-218).

²¹³ MONTEIRO (1981, p.548).

²¹⁴ MARTINS (1922, p. 231).

²¹⁵ VARNHAGEN (2010, p.212 – nota do Barão do Rio Branco).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao que o referido autor complementa²¹⁶:

“No dia 23 de setembro de 1822, realizou-se outra sessão da Maçonaria, desta vez no Rio de Janeiro, presidida por Gonçalves Ledo, onde continuou-se a discussão sobre a necessidade de uma ‘Aclamação Pública Oficial’ do Imperador e, por proposta sua, foram nomeados os emissários que deveriam tratar da oficialização desta aclamação nas diferentes províncias do país, dentre os quais: o cônego Januário da Cunha Barbosa, designado para ir a Minas; João Mendes Viana para Pernambuco e o brigadeiro José Egídio Gordilho da Barbuda para a Bahia. Vários maçons ofereceram as somas necessárias para bancar as caras despesas de viagem dos comissários”.

Conforme nota do Barão de Rio Branco, à pág. 213 de *“História da Independência do Brasil”* de Varnhagen²¹⁷, eis a transcrição da proclamação de Joaquim Gonçalves Ledo:

“Cidadãos! A Liberdade identificou-se com o terreno americano; a Natureza nos grita: Independência; a Razão nos insinua; a Justiça o determina; a Glória o pede. Resistir-lhe é crime; hesitar é dos covardes; somos homens, somos brasileiros. Independência ou Morte! Eis o grito de Honra, eis o brado nacional que dos corações assoma aos lábios, e rápido ressoa desde as margens do corpulento Prata, quase a tocar nas do gigantesco Amazonas. A impulsão está dada; a luta encetou-se; tremam os tiranos, a vitória é nossa. Coragem! Patriotismo! O Grande Pedro nos defende; os destinos do Brasil são os seus destinos. Não consentamos que outras províncias, mais do que nós, se mostrem agradecidas. Eis um grande passo, e tudo está vencido. Aclamemos o digno herói, o magnânimo Pedro, nosso primeiro Imperador Constitucional. Esse feito assombre a Europa; e, recontado por milhares de cidadãos em todos os climas do Universo, leve à posteridade o festivo anúncio da Independência do Brasil”.

²¹⁶ VARNHAGEN (2010, p.205 – nota do Barão do Rio Branco).

²¹⁷ VARNHAGEN (2010, p.213 – nota do Barão do Rio Branco).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A “Aclamação Pública Oficial” do Imperador, arquitetada pela Maçonaria carioca, teve lugar no dia 12 de outubro, data natalícia de D. Pedro. A cidade apresentava aspecto festivo²¹⁸.

O dia se apresentava nublado e chuvoso, mas nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira grande festividade cívica do Brasil independente. Logo ao amanhecer, as fortalezas situadas na entrada da Baía da Guanabara, bem como os navios da esquadra ancorados no porto dispararam tiros de canhão, numa ensurdecadora homenagem ao grande dia.

O centro da praça onde aconteceria a cerimônia ostentava os novos símbolos nacionais criados por decreto de D. Pedro I no dia 18 de setembro: o escudo das armas verde-amarelo e o distintivo que combinava elementos da heráldica portuguesa, como a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo, com motivos tropicais como um ramo de café e outro de tabaco ao redor de um campo verde. Era uma simbologia de duplo sentido. O verde representava as florestas brasileiras, mas também era a cor da tradição no escudo real da família Bragança, enquanto o amarelo remetia simultaneamente ao ouro brasileiro e à cor da casa de Lorena usada pelos Habsburgo da Imperatriz Leopoldina na Áustria²¹⁹.

D. Pedro, que completava 24 anos naquele dia, saiu do Palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, às dez horas da manhã, acompanhado por D. Leopoldina e pela filha mais velha, a princesa D. Maria da Glória. À frente do cortejo vinha a guarda de honra, precedida por oito batedores. Em seguida, marchavam três rapazes de origens distintas, um índio, um negro e um mulato, representando a diversidade racial brasileira. E então vinha o coche imperial, ladeado por quatro pajens e escoltado por mais um destacamento da guarda de honra. Dois outros carros que transportavam autoridades e camaristas do palácio fechavam o séquito.

²¹⁸ GOMES (1975, p.74).

²¹⁹ SCHWARCZ (2002, p.388).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com gritos e vivas da multidão. Subiu no palanque onde já se encontravam os ministros e outras autoridades, ocasião em que foi proferido um eloquente discurso pelo maçom José Clemente Pereira, à época presidente do Senado da Câmara. Após o término do discurso de José Clemente Pereira, D. Pedro aceitou pública e solenemente o título de Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil²²⁰.

O povo reagiu sacudindo lenços brancos com entusiasmo nunca antes visto no Brasil, ao mesmo tempo em que a cidade novamente estremecia ao som de 101 tiros de canhão, seguidos de duas cargas de infantaria.

Terminada a cerimônia, D. Leopoldina e a filha foram embora de carruagem, enquanto D. Pedro I preferiu seguir a pé até a Capela Imperial, passando ao longo do trajeto sob cinco arcos triunfais especialmente construídos para a ocasião, enquanto flores eram arremessadas das janelas e sacadas por onde passava.

Na Capela, assistiu ao “*te-déum*”²²¹; e finalmente seguiu para o Paço Imperial onde foi recebido com uma nova saraivada de 101 tiros de canhão, para a última etapa das celebrações, encerradas com a tradicional cerimônia do beija-mão²²².

A CERIMÔNIA DE COROAÇÃO DO 1º IMPERADOR DO BRASIL

O Brasil estava separado de Portugal e preparava-se para viver a sua própria história²²³.

²²⁰ GOMES (2010, p.209-211).

²²¹ Ritual de ação de graças da Igreja Católica (nota do autor).

²²² Antiga tradição da monarquia portuguesa, na qual os súditos faziam fila para beijar a mão do soberano e prestar-lhe homenagem (nota do autor).

²²³ GOMES (1975, p.74).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

De início, marcaram a coroação e a sagração de D. Pedro para 24 de novembro. Posteriormente, adiaram as solenidades para o dia 1º de dezembro, que também correspondia ao aniversário da aclamação de D. João VI. Foram solenidades pomposas²²⁴.

Após o ritual eclesiástico de “Sagração”, em que foi consagrado o Imperador pelo bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, 8º Bispo da Diocese do Rio de Janeiro e uma figura proeminente da Maçonaria local, tendo alcançado o grau 33, e que havia sido precedido pelo sermão do frei maçom Francisco de Jesus Sampaio – o qual, em uma clara influência maçônica, tomara por tema “*A Unção de Salomão*” –, o Imperador, já no Trono, firmou o seu juramento sobre o Evangelho Sagrado.

A “Coroação”, por sua vez, teve lugar em uma cerimônia pomposa, que também ocorreu no dia 1º de dezembro, cujo plano do cerimonial fora apresentado por uma comissão composta por José Bonifácio, Santo Amaro, bispo e capelão-mor, monsenhor Fidalgo e Frei Antônio da Arrabida, antigo mestre do Imperador.

Adotou-se parte do que tivera lugar na sagração de Napoleão I, combinado com o que se praticava à época na Áustria, inclusive a bela cerimônia de coroação húngara, de se fender o ar com a espada²²⁵.

Pedro Calmon²²⁶, assim descreve a deslumbrante cerimônia:

“Às 09 e meia da manhã do dia 1º, as carruagens dobraram debaixo dos primeiros arcos triunfais no Campo de Santana. A velha sege de D. Pedro I, e outros coches dourados, importados em 1815 e 1817, com as suas esculturas barrocas e as suas coroas de bronze com segeiros de veludo e chapéus de três pancadas, como “Marialvas”, e sotas empavezadas como príncipes. Transportavam o Imperador, D. Leopoldina, as princesinhas, o ministério, as damas de verde e amarelo,

²²⁴ D'ALBUQUERQUE (1971, p.218).

²²⁵ VARNHAGEN (2010, p.259).

²²⁶ CALMON (1941, p.124-126).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

os fidalgos de casaca e bicórnio à “Moda de Junot”, que o povo via, aurispendentes como imagens do fundo dos coxins cor de açafão. Mas no Largo do Paço, o espetáculo era maravilhoso, um estrado ligava o palácio à capela, e cobria-o num imenso tendal de seda escarlata e ouro, que cortava em diagonal a praça. Os arqueiros formavam alas, de chapéu armado e calção branco, apoiados a alabardas de meia lua. Da Igreja jorrava uma luz de apoteose. As janelas das casas vomitavam tecidos ricos, que acenavam como grandes lenços, dando-lhes tons orientais; e no ar claro, refrescado pela viração, o bimbalar dos sinos trepidava. No mar fronteiro, os navios embandeirados em arco, ajuntavam-se como estranhos nenúfares policrômicos. O Imperador, sob o dossel, cujas varas os principais cortesãos empunhavam, atravessou num passo lento, quase nupcial por entre a ala dos arqueiros. À porta da capela, o bispo e capelão-mor e os coadjutores de pluvial, os diáconos balouçando turíbulos, aguardavam em círculo. D. Pedro I parou diante do prelado, cuja mitra semeada de lantejoulas fulgia ao sol e recebeu a aspersão, fazendo tilintar as esporas no mármore da nave, os rebeldes louros chamejantes, soberbo na sua mocidade robusta; e foi ajoelhar-se nos degraus do altar-mor. De um lado, o trono, com as suas iniciais pintadas no encosto, sobre pedestal suntuoso; do outro, a Imperatriz e as damas sobraçando os mantos verdes, a esperarem de pé. As tribunas estavam repletas: numa delas, risonha, a carnação saudável descoberta pelo raso decote, Domitila de Castro contemplava. O corpo diplomático arrumava-se junto do trono, com as suas fardas de gala. As plumas das senhoras mexiam-se, sobre os penteados franceses, como uma floresta alegórica; e as ondas de incenso, envolvendo em poeira sutil o quadro, velava-lhe os contornos, como para só tomar visível o Imperador. O juramento, proferiu-o em latim: “Eu, Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, juro observar e constitucionalmente fazer observar as leis do Império; defender, conservar e manter a Religião Católica Apostólica Romana; observar e fazer observar, com todas as

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

minhas forças, a sua integridade. Assim me ajudem Deus e os Santos Evangelhos”. *Tomou as insígnias. Sobre as espáduas suspendeu o manto de veludo azul recamado de dragões e estrelas e esferas de fios de ouro, e a camurça de papos de tucano felpuda, dourada, que lhe orlou o pescoço com a penugem tenra; foi ungido; e sob um baldaquino de púrpura subiu ao trono onde se sentou gravemente. Rezou-se a missa solene. Em meio dela, o mestre de cerimônias levou o Imperador ao altar. O bispo retirou de sobre a almofada a coroa de ouro de 500 mil cruzados, e o coroou. Cingiu-lhe a espada. Entregou-lhe o maciço e longo cetro sobre o qual repousava o dragão heráldico de Bragança: D. Pedro voltou ao seu lugar, e se seguiram sermão e “Te Deum”. À saída, o gonfaloneiro da Câmara proclamou: “O Augusto Imperador D. Pedro I, primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil está coroado e elevado ao trono. Viva o Imperador”!*

A partir daí consolidou-se o movimento da Independência, desde a adesão do Brasil ao sistema constitucional até a “Aclamação” do Imperador, desde as manifestações políticas até a guerra aos portugueses, mas sempre orientado e/ou favorecido pelas Lojas Maçônicas que a tudo dirigiam²²⁷.

O FECHAMENTO DO GRANDE ORIENTE

Em 21 de outubro de 1822, em consequência de uma denúncia feita ao Imperador, de que “*alguns elementos do Grande Oriente*”, contando com o apoio de alguns oficiais de tropa, tentariam depor os ministros, D. Pedro enviou à Gonçalves Ledo, o seguinte bilhete²²⁸:

Meu Ledo: convindo fazer certas averiguações, tanto públicas como particulares na Maçonaria mando, primo como Imperador, secundo como Grão-Mestre que os trabalhos maçônicos se suspendam até segunda ordem minha. É o que

²²⁷ CALMON (1941, p.59).

²²⁸ GOMES (1975, p.97).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

tenho a participar-vos. Agora resta-me reiterar os meus protestos como Irmão.

Pedro Guatimozin – Grão-Mestre.

São Cristóvão, 21/outubro/1822.

PS – Hoje mesmo deve ter execução e espero que dure pouco tempo a suspensão porque em breve conseguiremos o fim que deve resultar das averiguações.

Em 25 de outubro de 1822, o Imperador determinou o encerramento das atividades maçônicas. Diversos maçons foram presos. E Gonçalves Ledo conseguiu fugir para a Argentina.

De acordo com a revista “Superinteressante”²²⁹ de agosto de 2005:

“D. Pedro teve ascensão meteórica na fraternidade. Foi “Iniciado” em 13 de julho de 1822 e promovido a Mestre três dias depois. Menos de três meses mais tarde, já era Grão-Mestre da ordem no Brasil, cargo máximo que poderia atingir. Na mesma velocidade, passaram-se apenas 17 dias até que, já Imperador, ele proibisse as atividades maçônicas no Brasil. “A Maçonaria é uma fraternidade e durante as sessões todos se tratam por irmãos e são iguais. Quando percebeu que nesse círculo ele poderia ter o seu poder questionado e não seria apenas “o Imperador”, D. Pedro deixou a ordem e proibiu seus trabalhos”, diz o historiador Marco Morel da UERJ”.

Há, entretanto, quem afirme não haver sido o fechamento do “Grande Oriente” resultado das tendências republicanas ou monarquistas de alguns dos seus membros, mas sim do fato de haver sido exigido do Imperador, para melhor assegurar os princípios defendidos pela augusta instituição, que ele jurasse em Loja defender e seguir à risca a Constituição do Brasil, ainda não votada pela Assembleia Constituinte²³⁰.

²²⁹ REVISTA SUPERINTERESSANTE (Edição Virtual - Agosto/2005; p.6).

²³⁰ GOMES (1975, p.98).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Há quem defenda também que essa exigência de juramento prévio tenha sido a verdadeira razão que o levava ao fechamento do “Grande Oriente”.

Outros defendem a ideia de que a rivalidade política que separava José Bonifácio e Gonçalves Ledo seria o motivo que haveria de levar D. Pedro I a suspender os trabalhos do “Grande Oriente do Brasil”.

No entanto, esta medida que deveria ser somente provisória prolongou-se, por um concurso de circunstâncias, permanecendo a Maçonaria extensivamente inativa até a partida de D. Pedro para Portugal, em 1831²³¹.

Independentemente de ser baseado neste ou naquele motivo, o certo é que os maçons, que também eram deputados à “Assembleia Nacional Constituinte”, continuaram atuando em forte oposição ao Imperador, que resolveu fechá-la e outorgar uma Constituição própria, em 24 de março de 1824, a qual duraria por todo o período imperial.

Depois disso, os maçons tanto do “Grande Oriente” como do “Apostolado”, que tinham visto ambas as entidades serem sumariamente fechadas pelo Imperador, uniram-se contra ele, em um lento e progressivo processo de solapamento do Trono brasileiro, que viria a culminar na abdicação de 07 de abril de 1831, após a qual seria imediatamente reinstalado o “Grande Oriente”²³².

E embora D. Pedro I tenha resolvido fechar o “Grande Oriente”, em 25 de outubro de 1822, permanecendo este adormecido até 1831, os trabalhos maçônicos continuaram, mesmo assim, a serem executados em Lojas individuais.

Tanto é que, segundo dizem as más línguas, o próprio Imperador teria chegado a montar uma Loja Maçônica dentro do palácio onde residia.

²³¹ ASLAN (1997, p.100).

²³² (CARVALHO, 2016)

LEDO X BONIFÁCIO



Como a totalidade das associações humanas, a Maçonaria brasileira também sempre teve em seu seio duas alas distintas: a liberal e a conservadora, uma pugnando pelo progresso mediante mudanças radicais de base e a outra sem alterações abruptas e/ou substanciais. No terreno político, isto ficou bem evidenciado nos séculos XVIII e XIX, quando os maçons, nas suas atividades políticas, estiveram divididos em dois grupos de atuação bastante distintos: os republicanos (liberais) e os monárquico-constitucionalistas (conservadores).

Em relação ao período que antecedeu a Independência do Brasil e logo após o mesmo, esses dois polos, antagônicos entre si, foram representados pelos grupos de Joaquim Gonçalves Ledo (liberais republicanos) e de José Bonifácio de Andrada e Silva (conservadores monarquistas-constitucionais).

A Maçonaria prega alguns princípios e os maçons os executam, geralmente segundo o seu discernimento e arbítrio.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Por isto, como vimos, sempre houve na nossa história, maçons em campos opostos, “*irmãos contra irmãos*”. Quem estava certo e quem estava errado é difícil afirmar, uma vez que o passado jamais deve ser visto sob a perspectiva do presente, porque o que nos parece correto agora, em outras épocas – e mesmo no futuro – pode acabar adquirindo outras nuances e passar a ser visto de forma diferente.

Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847) nasceu em 11 de dezembro de 1781, em Cachoeira de Macacu, RJ. Filho de Antônio Gonçalves Ledo e Antônia Maria dos Reis Ledo, com 14 anos de idade seguiu para Portugal a fim de completar os estudos e matriculou-se na Universidade de Coimbra. A morte do pai, porém, obrigou-o a retornar ao Brasil antes mesmo de concluir o curso. Aqui chegando, logo assumiu um cargo administrativo no “Arsenal de Guerra”, cargo que exerceu com proficiência, o que lhe valeu notável prestígio. E, por sua inteligência e cultura, revelou-se um dos melhores jornalistas de seu tempo. Imbuído dos ideais democráticos dos enciclopedistas, Ledo era realmente republicano, mas soube sufocar o seu ideal político ao sentir que só a monarquia constitucional poderia fazer e consolidar a Independência.

Foi, no conceito da História, um dos maiores artífices da Independência e um dos amigos mais sinceros e leais de D. Pedro I. Extraordinariamente modesto, lutou intimoratamente pela Independência com sincero amor, e não por ambição de cargos, ou de títulos e honrarias. Recusou, por duas vezes, ser Ministro de D. Pedro, da mesma forma procedendo em relação ao título de Marquês que o monarca quis lhe oferecer em 04 de outubro de 1822. Se exerceu durante várias legislaturas, o mandato de Deputado pela Província do Rio de Janeiro, foi porque essa honra lhe vinha do povo. Faleceu em sua fazenda, no Sumidouro, RJ, a 19 de maio de 1847²³³.

²³³ GOMES (1975, p.82-83).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Desde o início podemos constatar as divergências de opinião que existiam entre os dois.

Ainda durante a invasão francesa à Portugal, enquanto José Bonifácio, à frente do “Batalhão de Estudantes” – que por ele fora organizado e era formado, em sua maior parte, por estudantes da Universidade de Coimbra – combatia diretamente as tropas napoleônicas; Gonçalves Ledo, de Portugal, escrevia para seu irmão Custódio, que estudava medicina em Londres, dizendo que não iria combater ao lado dos opressores de sua Pátria e que em breve partiria para o Brasil, a fim de organizar a primeira Loja, que seria o centro da propaganda liberal no país nascente, segundo os seus anseios²³⁴.

Após ter servido à Coroa Portuguesa por 36 anos na Europa, José Bonifácio recebeu, em 1819, aos 56 anos de idade, autorização para retornar ao Brasil. Acreditava já ter cumprido o seu destino. O que não imaginava, contudo, era que o seu grande papel na História ainda estava por acontecer.

O velho Andrada, até o fim de 1821, não quis a Independência do Brasil, porque a julgava perniciosa ao País, determinando-lhe, talvez a desagregação, e também porque se o Brasil se separasse de Portugal, ele perderia os 12.000 cruzados por ano, com que lhe abonava o erário real português²³⁵.

José Bonifácio esteve à frente do Ministério de D. Pedro por escassos 18 meses, de janeiro de 1822 a julho de 1823, mas faz-se mister admitir, no entanto, que nenhum outro homem público realizou tanto em tão pouco tempo.

O trabalho de Ledo superou em muito o de José Bonifácio, que se interessou e trabalhou mais pela conservação da união entre o Brasil e Portugal do que pela Independência do Brasil propriamente dita. Somente quando viu vitorioso o movimento emancipador, José Bonifácio resolveu aderir a ele²³⁶.

²³⁴ FAGUNDES (1975, p.66). Ver “ANEXO 01: Carta de Gonçalves Ledo (1808)”.

²³⁵ CINTRA (1934, p.76).

²³⁶ D'ALBUQUERQUE (1971, p.5).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

D. Pedro I, herdeiro da Coroa de Portugal, e José Bonifácio, seu primeiro ministro, não mostravam o menor interesse quanto à Independência total. Mas tiveram, todavia, de ceder à imposição dos patriotas, os quais, em número não maior de seiscentos, constituíam, porém, a elite do Brasil da época. Esta elite era toda de maçons, os quais contiveram as ambições de D. Pedro e de José Bonifácio, os quais vingaram-se, depois da Aclamação de D. Pedro, fechando a Maçonaria²³⁷.

Não se pode, portanto, dizer que a Independência foi obra de um só homem, porque era uma aspiração nacional, elaborada no seio das classes superiores do país, reunidas nos templos maçônicos. Teve, porém, os seus colaboradores mag-nos. Gonçalves Ledo foi o agitador destemido da grande ideia, na tribuna, na im-prensa, no “Grande Oriente”; e José Bonifácio, acomodando-se às circunstâncias do momento nacional, aceitando os acontecimentos que a Maçonaria precipitava, foi, no governo de D. Pedro, o espírito de organização, de trabalho e de ordem – o grande estadista do Primeiro Reinado. E os dois completavam-se²³⁸.

A 04 de outubro de 1822, D. Pedro ofereceu à Gonçalves Ledo o título de Marquês da Praia Grande, que foi por este recusado, com a declaração de ser muito mais honroso o título de brasileiro patriota e homem de bem²³⁹.

O Imperador tomou a recusa como uma afronta pessoal e despediu Ledo com palavras ásperas e um gesto descortês.

E em 21 de outubro, em consequência de denúncia feita ao Imperador, de que elementos do “Grande Oriente”, contando com o apoio de alguns dos oficiais de alta patente, tentariam depor os ministros, D. Pedro enviou à Gonçalves Ledo, o seguinte bilhete:

²³⁷ ASLAN (1997, p.52).

²³⁸ BOLETIM DO “GRANDE ORIENTE DO BRASIL” DE SETEMBRO (1922, p.818/821).

²³⁹ GOMES (1975, p.96).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Meu Ledo: convindo fazer certas averiguações, tanto públicas como particulares na Maçonaria mando, primo como Imperador, secundo como Grão-Mestre que os trabalhos maçônicos se suspendam até segunda ordem minha. É o que tenho a participar-vos, agora resta-me reiterar os meus protestos como irmão.

Pedro Guatimozin – Grão-Mestre.

São Cristóvão, 21/outubro/1822.

PS – Hoje mesmo deve ter execução e espero que dure pouco tempo a suspensão porque em breve conseguiremos o fim que deve resultar das averiguações.

A 25 de outubro de 1822, D. Pedro, Imperador, determinou o encerramento das atividades maçônicas. Diversos maçons foram presos. Gonçalves Ledo conseguiu fugir para a Argentina²⁴⁰.

A partir de então, o Ministro de Estado, José Bonifácio prevaleceu-se do cargo para perseguir os maçons republicanos do grupo de Ledo. Não escolheu processos, não teve escrúpulos. Chegou a extremos inconcebíveis, incompatíveis com a sua posição²⁴¹.

Impotente para legalmente vencer o mais forte partido político de então, o “Republicano” de Gonçalves Ledo e como uma espécie de revanche tardia pela perda do Grão-Mestrado para D. Pedro por uma artimanha de Ledo, José Bonifácio, em 30 de outubro de 1822, mandou instaurar processo contra quatorze dos seus mais importantes opositores. Além dos processados, muitos outros partidários de Gonçalves Ledo, maçons em sua maioria, foram presos por ordem de José Bonifácio e atirados às infectas prisões das fortalezas da Lage, Santa Cruz, Conceição e Ilha das Cobras²⁴².

²⁴⁰ GOMES (1975, p.97).

²⁴¹ D'ALBUQUERQUE (1971, p.279).

²⁴² D'ALBUQUERQUE (1971, p.281).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A lista dos acusados tinha 14 nomes, dentre os quais: Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alves de Azevedo, Thomaz José Tinoco de Almeida, José Joaquim Gouvêa, Joaquim Valério Tavares e João Soares Lisboa (presos) – Pedro José da Costa Barros e João Fernandes Lopes (em Menagem)– Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Januário da Cunha Barbosa e padre Antônio João Lessa (ausentes)²⁴³.

Quanto ao “Grande Oriente”, não é possível negar as suas tendências republicanas, tendo em vista que um dos seus principais líderes, Gonçalves Ledo, sabidamente era republicano. A este bravo e incorruptível maçom, D. Pedro ofereceu, como prêmio aos serviços prestados à causa da Independência, o título de Marquês da Praia Grande. Mas Ledo prontamente recusou a honraria, alegando que o melhor título para ele seria o de brasileiro patriota e o de homem de bem. E não poderia ser outra a reação de Ledo, por coerência e formação de caráter, considerando que não seria possível a um homem de bem conciliar as suas convicções republicanas com distinções nobiliárquicas.

Esta recusa formal de Ledo, todavia, desapontou ao Imperador. Ao mesmo tempo, José Bonifácio, ainda inconformado e ressentido por ter sido afastado do cargo de Grão-Mestre do “Grande Oriente” para dar lugar a D. Pedro, obra de Ledo para as conveniências políticas da Pátria, acusou aquele bravo maçom de alimentar ideias republicanas e revolucionárias.

Verdade seja dita, Ledo era republicano convicto, mas, ao sentir que só através da monarquia constitucional poderia ser conseguida a consolidação da Independência e a própria Independência, afastou a ideia de república. E, exatamente conforme o conceitua a História, Ledo foi um dos amigos mais sinceros e leais de D. Pedro e um dos mais ativos obreiros da Independência do Brasil.

²⁴³ MONTEIRO (1981, p.690).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Acusado de traição, Ledo passou a ser perseguido, e para evitar ser preso, conseguiu fugir num veleiro para Buenos Aires, onde se homiziou. Outros elementos do “Grande Oriente”, também acusados de republicanos não tiveram a mesma sorte e foram presos, entre eles, Domingos Alves Branco, João da Rocha e Alves de Azevedo, José Clemente Pereira e Luiz Pereira da Nóbrega; e pelos mesmos motivos exilados para a Europa²⁴⁴.

Em outras palavras, nos primeiros dias após a proclamação da Independência, de 07 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do Grande Oriente, as quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora da assembleia geral, empossando D. Pedro no cargo, a 04 de outubro de 1822. O troco seria no terreno político, com Bonifácio mostrando ao Imperador que a luta da Independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrada pelo grupo adversário, com exigências descabidas à D. Pedro para jurar à Constituição ainda não votada e aprovada, e a assinatura de três papéis em branco.

Diante disso, enquanto José Bonifácio instaurava processo contra os membros do grupo de Ledo, D. Pedro enviava a Gonçalves Ledo a ordem para fechar o “Grande Oriente”, o que aconteceria a 25 de outubro de 1822.

Em confirmação a tudo que foi até agora exposto, Tobias Monteiro²⁴⁵ escreveu que:

“Aproveitando-se (José Bonifácio) da cólera de D. Pedro, propôs medidas repressivas. Uma das quais tinha Ledo em mira e era o fechamento do Grande Oriente”.

Ao que Arci Tenório D’Albuquerque²⁴⁶ ressalta:

²⁴⁴ GOMES (1975, p.99).

²⁴⁵ MONTEIRO (1981, p.677).

²⁴⁶ D’ALBUQUERQUE (1971, p.282).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“Por conselhos insistentes de José Bonifácio, D. Pedro I mandou fechar o Grande Oriente do Brasil, de que ambos tinham sido Grão-Mestres”.

Viu-se então, nos dias que se seguiram, o espetáculo habitual, comum em épocas revolucionárias: eram arrastados aos cárceres, deportados, fugitivos, grande parte dos homens que tinham promovido e feito triunfar a Independência²⁴⁷.

E em 25 de março de 1823, o “Apostolado” aprovava o projeto da primeira Constituição Brasileira, contrariando a opinião de D. Pedro.

Como represália, em 23 de junho de 1823, o “Apostolado” foi violentamente fechado. E a 20 de outubro de 1823, tornaram a ser proibidas as sociedades secretas, sob pena de morte ou de exílio perpétuo²⁴⁸.

A arbitrariedade de José Bonifácio despertou grande indignação. Cresceu o número de descontentes, de revoltados contra o Ministério. Houve recursos para a Relação.

Os processos foram estudados. Foi reconhecida a injustiça, nas sessões de 05 e 07 de julho de 1823. E, por unanimidade, todos os condenados foram todos absolvidos²⁴⁹.

Em 17 de julho de 1823, por fim, caíram os Andradas. Gonçalves Ledo e outros grandes e sinceros batalhadores em prol da nossa Independência puderam regressar ao Brasil²⁵⁰.

José Bonifácio e os irmãos seguiram para o exílio na Europa, de onde o velho Andrada voltaria apenas seis anos mais tarde, para assumir a função de tutor dos filhos de D. Pedro, quando da partida deste para Portugal.

²⁴⁷ MONTEIRO (1981, p.683).

²⁴⁸ GOMES (1975, p.100).

²⁴⁹ D'ALBUQUERQUE (1971, p.281).

²⁵⁰ D'ALBUQUERQUE (1971, p.301).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Sobre isso, podemos afirmar que D. Pedro I, após a Independência do Brasil, em 1822, governou o Império aos trancos e barrancos até 1831, quando, instado pelos graves fatos ocorridos em Portugal (a deposição de sua filha e a usurpação do trono português por seu irmão, D. Miguel; e paralelamente, pressionado pela insatisfação popular capitaneada pelos Liberais, que temiam um retrocesso no Brasil) abdicou do trono brasileiro em favor do seu filho D. Pedro II, então com 05 anos de idade, dando início a um dos períodos mais turbulentos de nossa história: as Regências.

Em 1829, José Bonifácio regressou ao Brasil. Dois anos depois deu-se a “Abdicação” de D. Pedro ao trono brasileiro, mas antes houve a reconciliação entre os três maçons, os quais demonstraram que eram capazes de esquecer o passado em prol do que julgavam ser o melhor para a nação. Antes de partir, D. Pedro nomeou Bonifácio tutor de seus filhos; e este, por sua vez, reconciliando-se com a Maçonaria, reinstalou o “Grande Oriente do Brasil”, reassumindo o cargo de Grão-Mestre e chamando outra vez Gonçalves Ledo para ocupar a função de Primeiro Grande Vigilante, ao que este prontamente aceitou.

O embarque de D. Pedro I realizou-se a 07 de abril de 1831, no mesmo dia em que abdicara a favor de seu filho D. Pedro II, e a Maçonaria, que até então permanecera oculta, ressurgiu vigorosa e pujante, reiniciando as suas atividades à luz do dia²⁵¹.

D. Pedro partiu para Portugal em 1831 e nunca mais pôs os pés no Brasil, vindo a falecer em 1834 nos mesmos aposentos em que nascera.

Nesta conjuntura, em 23 de novembro de 1831, o “Grande Oriente do Brasil” foi reinstalado e retornou às atividades no país.

Data de 1832 o “*Manifesto a Todos os Maçons do Mundo*”, assinado por Bonifácio e redigido por Gonçalves Ledo, que mudaria inteiramente a orientação da

²⁵¹ ASLAN (1997, p.100).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Maçonaria Brasileira a partir de então. Nele lê-se o seguinte trecho:

“[...] Nenhum assunto que não tenha conexão com os Graus Simbólicos da Maçonaria será tratado no Oriente brasileiro e nas Lojas de seu círculo; nenhum outro fim terão os seus trabalhos que não seja o aumento da felicidade humana, ensinando e inspirando o amor das virtudes sociais e domésticas, o respeito à Religião, a submissão às leis do Estado, a tolerância a todos os cultos e a todos os Ritos Maçônicos, reconhecidos e proclamados atualmente pelos “Grandes Orientes” de todo mundo, fazendo unicamente exceção aos princípios dos Iluminados e dos que forem contrários às Leis da Natureza e as positivas do Brasil. A voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas [...]”.

Certamente, essa resolução serviria aos propósitos de ambos: de Ledo, não deixando o velho Andrada dar vazão aos seus intentos restauradores; e de Bonifácio, não permitindo que Ledo manifestasse o seu liberalismo²⁵².

Com isto, a Maçonaria brasileira – como Instituição, o que não cabe transferir aos seus membros, individual ou coletivamente – reintegrou-se aos postulados da Maçonaria Regular Universal, deixando de ser uma entidade puramente política, para tornar-se exclusivamente Instituição Maçônica voltada ao aprimoramento humano.

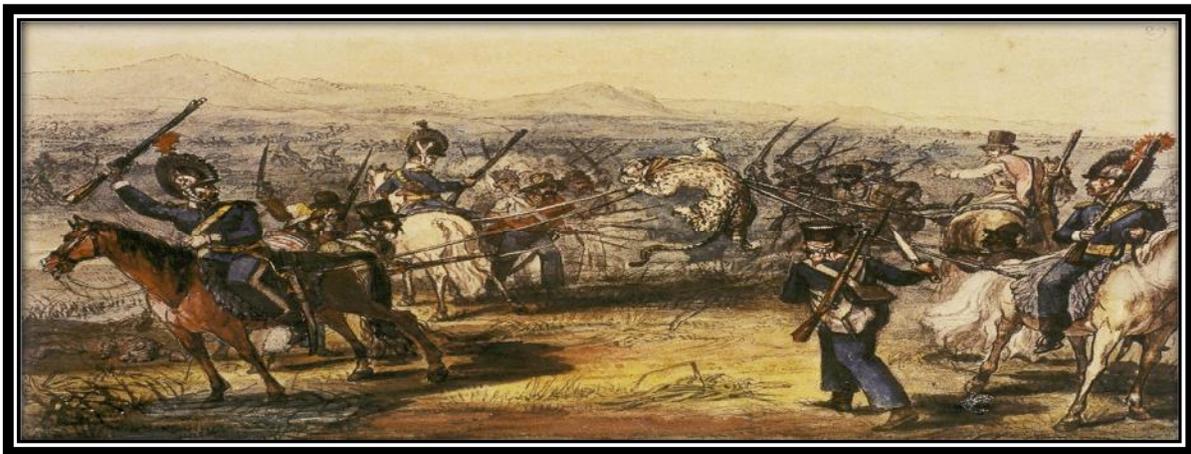
Para finalizar, José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, cuja primeira Obediência foi o “Grande Oriente Brasílico”, fundado a 17 de junho de 1822. Embora, na época o pensamento dominante dos maçons brasileiros pendesse para a luta pela Independência política do Brasil, já existiam os que, a par dessa luta, preocupavam-se com a situação dos escravos negros. Fechado a 25 de outubro de 1822, pelo seu Grão-Mestre, o Imperador D. Pedro I, que sucedera a José Bonifácio, o “Grande Oriente” agora como “Grande Oriente do

²⁵² FAGUNDES (1975, p.236).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Brasil”, ressurgiria em novembro de 1831, tendo, novamente, José Bonifácio como seu Grão-Mestre, numa época em que as pressões internacionais, inclusive maçônicas, iam se tornando cada vez mais fortes no sentido de abolir o tráfico de africanos²⁵³.

E em 1838, quando o Brasil ainda vivenciava inúmeros conflitos regionais, como a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que ameaçavam, inclusive, uma fragmentação do território, José Bonifácio de Andrada e Silva viria a falecer, às três horas da madrugada do dia 06 de abril, recolhido ao exílio voluntário em Niterói, perto da Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara. Morreu magoado com os rumos da política no país que ajudara a criar e sem ver realizados alguns dos seus mais audaciosos projetos, os quais ainda hoje fariam amplo sentido, como por exemplo: o fim da escravidão, a reforma agrária, a tolerância política e religiosa, educação para todos, proteção das florestas e o tratamento respeitoso às populações indígenas, sem contar que já naquele tempo achava necessária a transferência da Capital do Império, do Rio de Janeiro para o interior, como forma de estimular a integração nacional²⁵⁴.

A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

²⁵³ CASTELLANI (1998, p.31-32).

²⁵⁴ GOMES (2010, p.20).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Um mito recorrente sobre a Independência do Brasil fica por conta do caráter pacífico da ruptura com Portugal.

A história da Independência tem sido contada excessivamente pela perspectiva do “Grito do Ipiranga”. É como se o restante do país não existisse ou todos os demais brasileiros fossem meros coadjuvantes dos acontecimentos limitados à região compreendida pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

É uma visão desfocada. O processo de separação de Portugal envolveu praticamente todo o Brasil e custou muito sangue e sacrifício, principalmente às regiões Norte e Nordeste, onde milhares de pessoas pegaram em armas e morreram na “Guerra da Independência”. Uma guerra sangrenta, que duraria 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro de 1823.

Enquanto na metrópole e em sua antiga colônia crescia a radicalização dos discursos e dos documentos, nas ruas do Brasil, as pessoas eram agredidas a golpes de porretes e muitas vezes assassinadas a sangue frio.

Na semana do “Fico”, bandos de portugueses armados percorreram as ruas e avenidas do Rio de Janeiro, prontos para desencorajar todos os que apoiavam a decisão do príncipe de ficar no país. Na Bahia, uma procissão de portugueses em homenagem a São Jorge foi dispersada no dia 19 de março de 1822 sob uma verdadeira chuva de pedras lançadas por filhos de escravos, supostamente por ordem dos seus senhores brasileiros.

Enquanto isso, uma verdadeira guerra paralela ocorria nas páginas dos jornais e cartórios do Brasil, já que em sinal de protesto, muitos partidários da Independência decidiram trocar os seus nomes de origem portuguesa por denominações indígenas nativas. Um clássico exemplo disso remonta ao jornalista e advogado maçom Francisco Gomes Brandão, futuro Visconde de Jequitinhonha, que decidiu passar a assinar como Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Esse mesmo Montezuma que, em 1832, iria introduzir, o primeiro “Consistório” e o primeiro “Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito” no Brasil, declarava que a escolha do novo nome servia para homenagear simultaneamente os valorosos indígenas brasileiros Gê e Acayaba, assim como Montezuma, o penúltimo imperador asteca do México.

Já nos jornais, o médico e jornalista Cipriano Barata, reconhecido maçom, escrevia na edição de 05 de abril de 1823 do jornal “Sentinela da Liberdade”²⁵⁵:

“Ensopai a terra no sangue dos tiranos portugueses. Rasgai, de uma vez, as entranhas desses monstros”.

Não existem estatísticas confiáveis do número de mortes, mas estima-se que a “Guerra da Independência” tenha custado ao todo entre 2.000 e 3.000 vidas. No Piauí, algo entre 200 e 400 brasileiros tombaram em cinco horas de combate na trágica “Batalha do Jenipapo” de 13 de março de 1823. Na Bahia, de 200 a 300 pessoas morreram nas ruas de Salvador entre os dias 18 e 21 de fevereiro de 1822. Na “Batalha do Pirajá”, travada nos arredores da cidade, no dia 08 de novembro do mesmo ano, outras 200 mortes somaram-se às já contabilizadas. Ainda na Bahia, alguns relatos aludem à morte de mais de 500 lusitanos em um ataque à ilha de Itaparica, em janeiro de 1823. No Pará, 256 pessoas morreram no dia 20 de outubro de 1823 no porão de um navio de guerra ancorado em Belém e convertido em prisão. E essas são apenas algumas estatísticas consideradas pela historiografia, dentre uma infinidade de outras, cujos números são vagos por demais para serem considerados oficialmente²⁵⁶.

A “Guerra da Independência” foi travada em duas frentes simultâneas. No Sul, contra as tropas portuguesas sitiadas pelo patriota maçom e futuro Barão de Laguna, Frederico Lecor, em Montevidéu, capital da Província Cisplatina, quando esta ainda fazia parte do território brasileiro e que se renderiam apenas em 18 de

²⁵⁵ MONTEIRO (1982, p.49).

²⁵⁶ AMARAL (1957, p.449-450).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

novembro de 1823. A outra frente aconteceria nas regiões Norte e Nordeste. Pará e Maranhão simplesmente ignoraram o “Grito do Ipiranga” e declararam apoio irrestrito às Cortes de Lisboa, assim como o Piauí e Alagoas. Rio Grande do Norte e Ceará ficaram ao lado do Rio de Janeiro, assim como Pernambuco, fortes redutos maçônicos que relutaram, mas logo aderiram à causa de D. Pedro. Mas a batalha decisiva ocorreu na Bahia, quando a frota portuguesa ficou bloqueada no porto de Salvador pelos navios da esquadra do maçom escocês Thomas Alexander Cochrane – mercenário contratado pelo Império através do também maçom Felisberto Caldeira Brant, representante do Brasil na Europa – ao passo que as tropas terrestres lusitanas que igualmente se encontravam sitiadas pelo exército brasileiro no Recôncavo Baiano não pudessem receber suprimentos ou reforços.

Menos de dois meses depois, no dia 02 de julho de 1823, a esquadra lusitana capitulou. Composta por 17 navios de guerra e 75 mercantes, os portugueses deixaram a capital baiana e rumaram para Lisboa.

Pelos cálculos do historiador e pesquisador Brás Hermenegildo do Amaral²⁵⁷, as forças brasileiras responsáveis pela tomada de Salvador no dia 02 de julho de 1823 eram compostas por 9.515 soldados do exército regular, sob o comando do Coronel José Joaquim de Lima e Silva (membro regular da Maçonaria e tio do futuro Duque de Caxias – Luís Alves de Lima e Silva), juntamente com 3.250 praças encarregados de proteger o interior da Baía de Todos os Santos, 710 marujos da flotilha estacionada no Recôncavo Baiano e cerca de 2.000 oficiais e marinheiros da esquadra comandada por Lord Cochrane.

Outro fato curioso na “Guerra da Independência” e que possui uma relação direta com a Maçonaria, se refere ao general francês Pierre Labatut, que foi um dos comandantes das tropas brasileiras na Bahia. Reconhecido maçom, havia servido no exército de Napoleão Bonaparte, lutado na “Guerra de Independência”

²⁵⁷ AMARAL (1957, p.159-160).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Americana contra os ingleses e, algum tempo depois, ao lado do irmão de ordem Simón Bolívar, a quem ajudou a fazer a Independência da Venezuela. Teria chegado ao Rio de Janeiro logo após o “Grito do Ipiranga” e imediatamente foi contratado para comandar as tropas na Bahia. De onde viria o seu prestígio?

O historiador baiano Braz do Amaral²⁵⁸ nos fornece a resposta:

“[...] A indicação para o posto partiu da Maçonaria. Seu nome fora sugerido a José Bonifácio por Frei Francisco Sampaio, importante líder maçônico do Rio de Janeiro, em cuja cela, no convento de Santo Antônio, foram tramados lances decisivos da Independência”.

Já o historiador americano Neill Macaulay²⁵⁹ reforça essa ligação, ao confirmar que antes de embarcar para a Bahia, o general Labatut prestou juramento durante uma sessão do “Grande Oriente”.

A bem da verdade, a “Guerra da Independência” foi decidida tanto pela determinação e pela bravura dos patriotas brasileiros, muitos dos quais membros da Maçonaria, como por uma simultânea e inesperada mudança nos rumos da política portuguesa.

Uma dúvida que reina entre os historiadores é que talvez a decisão de retornarem à terra natal tenha sido tomada, pelos comandantes portugueses, em decorrência de outro fato ainda mais grave e desestabilizador do que simplesmente a escassez de recursos e tropas gerada pelo isolamento forçado e pelo duro enfrentamento perpetrados pelas forças brasileiras.

Nesta época, em julho de 1823, chegaram da Europa, notícias de que as Cortes haviam sido destituídas por uma rebelião comandada pelo irmão mais novo de D. Pedro I, D. Miguel. Como resultado, D. João VI estava de volta ao trono português; o que, de certa forma, ajuda a explicar a capitulação das tropas

²⁵⁸ AMARAL (1957, p.186).

²⁵⁹ MACAULAY (1986, p.121).

lusitanas na Bahia e demais províncias fiéis às Cortes de Lisboa. No mesmo mês, a resistência lusa também foi vencida no Maranhão, mas no Pará a luta prosseguiu até agosto.

Embora, se colocada em comparação com a “Guerra da Independência” dos EUA, que custou em torno de 25.000 vidas, podemos concluir, pelas 2.000 a 3.000 vidas perdidas em solo pátrio, que seria de uma tremenda precipitação afirmarmos que a separação do Brasil em relação à Portugal, ocorreu de forma tranquila e ordenada.

Concluimos, portanto, que a Independência do Brasil jamais aconteceu de forma calma e pacífica, tal como apregoam uns e outros, tendo também ela, a sua parcela de dor e de sangue derramado por um grande número de heróis anônimos, muitos dos quais membros atuantes da Maçonaria, e que ajudaram, ao custo das próprias vidas, a construir e consolidar a nossa Independência.

ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores do processo de Independência do Brasil.

Gustavo Barroso²⁶⁰:

“A Independência do Brasil foi realizada à sombra da Acácia, cujas raízes prepararam o terreno para isso. É o que a documentação histórica nos ensina e prova”.

²⁶⁰ BARROSO (1939, p.228).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Pedro Calmon²⁶¹:

“Conluios maçônicos foram transportados também para o Brasil pelos estudantes de Coimbra, ao regressarem formados, constituindo o grupo dos futuros estadistas. Desenvolveu-se o movimento da Independência, desde a adesão do Brasil ao sistema constitucional, até a aclamação do Imperador, desde as manifestações políticas até a guerra aos portugueses, orientado ou favorecido pelas Lojas, que a tudo dirigiam”.

Eduardo Tourinho²⁶²:

“José Bonifácio, Gonçalves Ledo, o “Grande Oriente Maçônico” e os patriotas que se reuniram no consistório da Igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, foram as grandes forças que ao final, desdobraram a teoria da Independência. Gerada nos quadros da Revolução Francesa, na liberdade das colônias americanas, na Inconfidência Mineira, nas revoluções da Bahia e de Pernambuco, teve sua apoteose no ‘Grito do Ipiranga’”.

Nicola Aslan²⁶³:

“O movimento pela Independência teve início, no Brasil, no seio das sociedades secretas políticas que evoluíram, paulatinamente, até se transformarem em Lojas Maçônicas. Conservaram, porém, os seus objetivos e ideais políticos iniciais, aos quais acrescentaram as características maçônicas”.

Adelino de Figueiredo Lima²⁶⁴:

“Ninguém ignora que a Independência nacional foi concertada e proclamada entre as quatro paredes dos Templos maçônicos”.

Morivalde Calvet Fagundes²⁶⁵:

²⁶¹ CALMON (1941, p.59).

²⁶² TOURINHO (1950, p.117).

²⁶³ ASLAN (1997, p.96).

²⁶⁴ LIMA (1958, p.109).

²⁶⁵ FAGUNDES (1989, p. 98).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

“A Independência dos povos americanos, inclusive a do Brasil, foi preparada por Lojas especialmente organizadas para isto; e só entrava nelas quem se propusesse a tais desígnios. Eram Lojas irregulares, não ortodoxas? Muitas delas sim. Mas, assim mesmo, eram Lojas Maçônicas. Negá-lo seria caluniar a História”.

A. Campos Porto²⁶⁶:

“Embora nos atenhamos à efeméride da Independência, devemos dizer que todos os passos, todas as iniciativas que culminaram com a sua realização foram obra exclusiva da Maçonaria”.

Nicola Aslan²⁶⁷:

“Encabeçada pelo patriota Joaquim Gonçalves Ledo, a Maçonaria escreveu páginas gloriosas no episódio da Independência brasileira, a ela sendo devidos todos os movimentos que, com a aclamação de D. Pedro I, a 12 de outubro de 1822, conduziram o Brasil à sua Independência total”.

Pandiá Calógeras²⁶⁸:

“À frente do movimento, enérgico e vivaz, achavam-se a Maçonaria e os maçons. Seus principais chefes e Luzes das Oficinas têm de ser nomeados, como os primeiros obreiros da grande tarefa: Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Cônego Januário da Cunha Barbosa, José Joaquim da Rocha, figuram entre os maiores”.

Arci Tenório D’Albuquerque²⁶⁹:

“Inquestionavelmente, se congregaram na Maçonaria, aqueles que mais desejavam o engrandecimento do Brasil, a sua emancipação, de sorte que todos, sem constrangimento, assinavam com sinceridade a fórmula sacramental”.

²⁶⁶ PORTO (1957, p.39).

²⁶⁷ ASLAN (1997, p.51).

²⁶⁸ CALÓGERAS (1941, p.103).

²⁶⁹ D’ALBUQUERQUE (1971, p.151).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Pedro Calmon²⁷⁰:

“Os espíritos fortes do Império, na Maçonaria se iniciavam, não havia vila florescente do interior que não tivesse a sua Loja”.

Morivalde Calvet Fagundes²⁷¹:

“O proselitismo das forças liberais, maçônicas e revolucionárias, exercido dentro dos Templos e através da imprensa, no Rio de Janeiro, com pressão direta sobre D. Pedro, por intermédio de Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o Padre Januário da Cunha Barbosa, acabou por forçar a Independência do Brasil”.

Lemos Brito²⁷²:

“A Maçonaria teve no Brasil a sua hora de prestígio e a Independência é principalmente obra sua”.

Laurentino Gomes²⁷³:

“Numa época em que ainda não havia partidos políticos organizados, foi o trabalho das sociedades secretas que levou a semente da Independência às regiões mais distantes e isoladas do território brasileiro”.

Manuel de Oliveira Lima²⁷⁴:

“A Maçonaria funcionou, em 1822, como uma escola de disciplina e de civismo criando laços de união entre esforços dispersos e dispersivos”.

E para encerrar, a histórica citação de Joaquim Gonçalves Ledo²⁷⁵:

“A Independência não fui eu, não fomos nós, não foi José Bonifácio, nem Pedro I, que a fez. Foi a vinda de D. João VI ao Brasil; foi o Decreto de 16 de

²⁷⁰ CALMON (1941, p.336 – vol. III).

²⁷¹ FAGUNDES (1975, p.204).

²⁷² BRITO (1937, p.163).

²⁷³ GOMES (2010, p.238).

²⁷⁴ LIMA (1972, p.72).

²⁷⁵ FAGUNDES (1975, p.120).

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

dezembro de 1815 (o da elevação do Brasil a “Reino Unido a Portugal e Algarves”); foi a estupidez das Cortes Portuguesas querendo recolonizar o Brasil; foi a vontade popular exigindo do Príncipe a Assembleia Constituinte (facho luminoso de toda história da Independência, fato culminante); foi, enfim, a fatalidade do tempo. A Independência de um povo não pode ser feita por um só homem. Ela é obra da opinião pública, que é soberana, invencível quando lateja a consciência nacional na ânsia de liberdade, aniquilando déspotas e tiranos”.

Certamente haverá no futuro, dias em que não mais existirão fronteiras, nem barreiras, discriminação, racismo, preconceitos, corrupção e tantas outras chagas que afligem a humanidade... Nestes dias haverá, em contrapartida, uma Maçonaria Universal onde todos serão iguais, unidos e virtuosos, vigorando aí, em uma nova ordem planetária, os Reinos da “Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade”.

[Márson Alquati]

Desvende mais sobre a “**Maçônica História do Brasil**” nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ANEXO 01 – CARTA DE GONÇALVES LEDO (1808)

Trecho extraído da transcrição de uma carta de Joaquim Gonçalves Ledo a seu irmão de sangue Custódio, datada de 1808, quando ainda se encontrava em Portugal, aos 37 anos de idade, por ocasião da invasão das tropas napoleônicas a Portugal, da partida da Família Real para o Brasil e da formação da resistência lusitana. Com esta carta foi lançada a semente germinadora do que mais tarde viria a se tornar a Loja “Comércio e Artes”, fundada em 1815, na casa do Maçom João José Vahia, situada na Rua Pedreira da Glória, no Rio de Janeiro.

Custódio,

Disse-lhe na carta de 14, que seguiu pelo correio inglês, ter sido meu ato reprovadíssimo por todos. Censurado geralmente. Mas eu tenho razões patrióticas para não acompanhar o Dr. Andrada nas forças do front. A invasão do General Junot, a partida do Rei e da Corte para o Rio de Janeiro, o tratado de Fontainebleau, os acontecimentos que ora se desenrolam na Europa são, e ninguém o negará de boa-fé, o início, senão o grande passo da nossa formação nacional, da liberdade do Brasil. Brasileiro, não seguirei os Batalhões Portugueses, nem derramarei meu sangue na defesa dos opressores de minha terra de nascimento, o amado Brasil.

Dizem-me fraco e pusilânime, ignorantes que são todos dos meus intuitos não proclamados abertamente. Se o Rei de Portugal e a nobreza de Portugal abandonaram o berço que os embalou, não serei eu, nascido no Brasil, odiando os matadores de Tiradentes, que iria para o campo de batalha lutar pela liberdade dos déspotas que sugaram e ainda sugam as riquezas brasileiras. Partirei daqui brevemente e acompanhado de mais amigos irei organizar no Brasil a primeira Loja, que será o centro da propaganda liberal do Brasil.

Lembre-me ao Araújo e que eu sou o seu Irmão.

Joaquim Gonçalves Ledo.

ANEXO 02 – ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1818***Alvará emitido por D. João VI proibindo as sociedades secretas.***

Eu El-Rei faço saber aos que deste alvará com força de lei virem; que, tendo-se verificado pelos acontecimentos que são bem notórios, o excesso de abuso a que têm chegado as sociedades secretas, que, com diversos nomes de ordens, ou associações, se tem convertido em conventículos, e conspirações contra o Estado; não sendo bastantes os meios correccionais com que se tem até agora procedido, segundo as leis do Reino, que proíbem qualquer sociedade, congregação ou associação de pessoas com alguns estatutos, sem que elas sejam primeiro por mim autorizadas e seus estatutos aprovados; e exigindo por isso a tranquilidade dos povos, e a segurança que lhes devo procurar e manter, que se evite a ocasião e a causa de se precipitarem muitos vassallos, que antes podiam ser úteis a si e ao Estado, se forem separados deles, e castigados os perversos, como as suas culpas merecem; e tendo sobre esta matéria ouvido o parecer de muitas pessoas doutas, e zelosas pelo bem do Estado, e da felicidade dos seus concidadãos, e de outras do meu conselho, e constituídas em grandes empregos, tanto civis, como militares, com os quais me conformei; sou servido declarar por criminosas e proibidas, todas e quaisquer denominações que elas tenham, ou com os nomes e formas já conhecidos, ou debaixo de qualquer nome ou forma que de novo se disponha ou imagine; pois que todas e quaisquer deverão ser consideradas de agora em diante como feitas para Conselho e Confederação contra o Rei e o Estado.

Pelo que ordeno que todos aqueles que forem compreendidos em ir assistir em Lojas, clubes, comitês ou qualquer outro ajuntamento de sociedade secreta; aqueles que para ditas Lojas, ou clubes, ou ajuntamento convocarem a outros; e aqueles que assistirem à entrada, ou recepção de algum sócio ou ela seja com juramento, ou sem ele; fiquem incursos nas penas que lhes serão impostas pelos juizes e pelas formas e processos estabelecidos nas leis para punir os réus de lesa-majestade.

Nas mesmas penas incorrerão os que forem chefes, ou membros das mesmas sociedades, qualquer que seja a denominação que tiverem, em se provando que fizeram qualquer ato, persuasão ou convite de palavra ou de escrito, para estabelecer de novo, ou para renovar ou fazer permanecer qualquer das ditas sociedades, Lojas, clubes ou comitês dentro do meu reino e domínio; ou para correspondência com outras fora delas, ainda que sejam fatos praticados individualmente, e não em associação de Lojas, clubes ou comitês. Nos outros casos serão as penas moderadas ao arbítrio dos juizes, na forma adiante declarada.

As casas em que se congregarem serão confiscadas; salvo provando os seus proprietários que não souberam, nem podiam saber que a esse fim se destinavam. As medalhas, selos, símbolos, livros, catecismos ou instruções, impresso ou manuscrito, não poderão mais publicar-se, nem fazer-se deles uso algum, despacharem-se nas alfândegas, venderem-se, darem-se, emprestarem-se, ou de qualquer maneira passarem de uma a outra pessoa não sendo para a imediata entrega ao magistrado, debaixo da pena de degredo para um presídio, de quatro a dez anos de tempo, conforme a gravidade de culpa e circunstância dela.

Ordeno, outrossim, que neste crime, como exceto, não se admita privilégio, isenção ou concessão alguma ou seja de foro ou de pessoa, ainda sejam os privilégios incorporados em direito, ou os réus sejam nacionais ou estrangeiros, habitantes do meu Reino e domínios e que assim abusarem da hospitalidade que recebem; nem possa haver seguro, fiança, homenagem ou fiéis carcereiros sem a minha especial autoridade. E os ouvidores, corregedores e justiças ordinárias todos os anos. Devassarão deste crime na Devassa geral; e constando-lhes que se faz na Loja, se convidam, ou se congregam tais sociedades, procederão logo a Devassa especial, e à apreensão e confisco, remetendo os que forem réus, e a culpa, à relação do distrito, ou ao tribunal competente, e a cópia dos autos será também remetida à minha real presença. E este se cumprirá como nele se contém, sem embargo, etc.

ANEXO 03 – DECRETO Nº 125 DAS CORTES DE LISBOA

Decreto exigindo o retorno imediato de D. Pedro à Portugal, de 29/09/1821.

D. João, por graça de Deus e pela Constituição da Monarquia, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de aquém e de além-mar, em África, etc. Faço saber a todos os meus súditos que as Cortes decretaram o seguinte:

As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, havendo decretado em data de hoje a forma de governo e administração pública das Províncias do Brasil de maneira que a continuação da residência do Príncipe Real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessária mas até indecorosa, à sua alta gerarchia; e, considerando juntamente quanto convém aos interesses da nação que Sua Alteza Real viaje por alguns países ilustrados, a fim de obter aqueles conhecimentos que se fazem necessários para um dia ocupar dignamente o trono português, mandam respeitosamente participar a el-Rei que tem resolvido o seguinte:

1º - Que o Príncipe real regresse quanto antes para Portugal.

2º - Que Sua Alteza Real logo que chegue a Portugal, passe a viajar incógnito às Cortes e Reinos da Espanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional, que para esse fim sua Majestade houver por bem nomear.

Paço das Cortes, em 29 de setembro de 1821.

Portanto, mando que seja assim presente a todas as autoridades destes reinos e a todos os meus súditos para a sua inteligência.

Dada no Palácio de Queluz, em 1º de outubro de 1821.

El-Rei, com guarda,

José da Silva Carvalho.

ANEXO 04 – OFÍCIO DA JUNTA DE SÃO PAULO

Redigido em 24 de dezembro de 1821 por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Senhor! Tínhamos já escrito a V. Alteza Real antes que pelo último correio recebêssemos a Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, de 11 do corrente; e apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das Cortes acerca da organização dos governos das Províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos neles exarado o sistema de anarquia e da escravidão; mas, o segundo, pelo qual V. Alteza Real deve regressar para Portugal, a fim de viajar incógnito somente pela Espanha, França e Inglaterra, causou-nos um verdadeiro horror. Nada menos se pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos até deixar-nos em mísera orfandade, arrancando do seio da grande Família Brasileira o único Pai comum que nos restava depois de terem esbulhado o Brasil do benefício fundador deste Reino, o Augusto Pai de V. Alteza Real. Enganam-se; assim o esperamos em Deus, que é o vingador das injustiças. Ele nos dará a coragem e sabedoria.

Se, pelo artigo 21 das Bases da Constituição que aprovamos e juramos por serem princípios de Direito Público Universal, os deputados de Portugal se viram obrigados a determinar que a Constituição que se fizesse em Lisboa só obrigaria por ora aos portugueses residentes naquele Reino, quanto aos que residem nas outras três partes do mundo, ela somente lhes tornaria comum quando seus legítimos representantes declarassem ser esta a sua vontade. Como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada Província e de um reino inteiro? Como ousam desmembrá-lo em porções destacadas e isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de força e união? Como ousam roubar a V. Alteza Real o lugar que seu augusto pai, nosso rei, lhe concedera? Como querem despojar da Fazenda, da Junta do Comércio, da Casa de Suplicação e de outros estabelecimentos novos que já prometiam futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem dos seus interesses econômicos e judiciais? Irão agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, sofrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos Tribunais de Lisboa, através de duas mil léguas de oceano, onde os suspiros dos vexados perdiam todo o alento e esperança. Quem o crerá, de recíproca igualdade e felicidade futuras?

Na sessão de 6 de agosto passado disse o deputado das Cortes Pereira do Carmo (e disse uma verdade eterna), que a Constituição era o pacto social em que se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma nação se quer constituir em cargo político e que o fim dessa constituição é o bem geral de todos os indivíduos que devem entrar nesse pacto social. Como, pois, ousa agora uma mera fração de grande nação portuguesa, sem esperar a conclusão desse solene pacto nacional, atentar contra o bem geral da parte principal da mesma, qual o vasto e riquíssimo Reino do Brasil, despedaçando-o em míseros retalhos e pretendendo arrancar por fim do seu seio o representante do Poder Executivo e aniquilar de um golpe de pena todos os tribunais e estabelecimentos necessários à sua existência e futura prosperidade? Esse inaudito despotismo, esse horroroso perjúrio, de certo não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas, enganam-se os inimigos da ordem nas Cortes de Lisboa, se capacitam que podem ainda iludir com vãs palavras e ocos fantasmas o bom senso dos honrados portugueses de ambos os mundos. Note V. Alteza Real que, se o Reino da Irlanda, que faz parte do Reino Unido da Grã-Bretanha (apesar de ser infinitamente pequeno em comparação com o vasto Reino do Brasil), e está separado da Inglaterra por um estreito braço de mar, que se atravessa em poucas horas, todavia conserva um governo geral ou vice-reinado, que representa o poder executivo do Reino Unido. Como poderá vir à cabeça de alguém, que não seja, ou profundamente ignorante ou loucamente atrevido, pretender que o vastíssimo Reino do Brasil haja de ficar sem centro de atividade e sem representante do Poder Executivo, como igualmente sem mola de energia

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

e direção das nossas tropas, para poderem obrar rapidamente e de mãos dadas, a favor da defesa do Estado contra qualquer imprevisto ataque de inimigos externos ou contra desordens e facções internas, que procurem atacar a segurança pública e a união recíproca das Províncias?

Sim, Augusto Senhor, é impossível que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens, mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos.

Sim, Augusto Senhor, V. Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a Independência e prosperidade futura do nosso Portugal. Se V. Alteza Real estiver (o que não é crível) pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o céu, pelo rio de sangue que de certo vai correr no Brasil com a sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão de certo sono amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado e em que a astúcia de um novo maquiavelismo constitucional os pretende agora conservar.

Nós rogamos, portanto, a V. Alteza Real, com maior fervor, ternura e respeito, haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer viajar como um pupilo rodeado deaios e espias. Nós lhe rogamos que se confie corajosamente no amor e fidelidade dos brasileiros, e mormente dos paulistas, que estão todos prontos a verter a última gota do seu sangue e sacrificar todos os seus haveres para não perderem o Príncipe idolatrado, e em quem tem posto todas as esperanças bem fundadas da sua fidelidade e da sua honra nacional.

Esperem, pelo menos, V. Alteza Real, pelos deputados nomeados por este Governo e pela Câmara desta Capital, que devem quanto antes levar a sua Augusta Presença nossos ardentes desejos e firmes resoluções, dignando-se a acolhê-los e ouvi-los com o amor e atenção que lhe devem merecer os seus paulistas.

A Augusta Pessoa de V. Alteza Real, guarde Deus muitos anos.

Palácio do Governo de São Paulo, 24 de dezembro de 1821.

João Carlos Oyenhausem, presidente.

José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretário.

Lázaro José Gonçalves.

Miguel José de Oliveira Pinto.

Manoel Rodrigues Jordão.

Francisco Inácio de Souza Queiroz.

João Ferreira de Oliveira Bueno.

Antônio Leite Pereira da Gama Lobo.

Daniel Pedro Muller.

André da Silva Gomes.

Francisco de Paulo Oliveira.

Antônio Maria Quartim.

ANEXO 05 – REPRESENTAÇÃO DOS FLUMINENSES

Redigida em 1821 por Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio.

O Povo do Rio de Janeiro, conhecendo que os interesses das nações reunidas em um centro comum de ideias sobre o bem público devem ser os primeiros objetos da vigilância daqueles que estão revestidos do caráter de seus representantes e, demais, convencido de que nas circunstâncias atuais se constituiria responsável para com as gerações futuras se não manifestasse os seus sentimentos à vista da medonha perspectiva que se oferece a seus olhos pela retirada de Sua Alteza Real, se dirige com a última energia à V. S. como seu legítimo representante, esperando que merecerão toda a sua consideração os motivos que neste expõem para se suspender a execução do Decreto das Cortes sobre o regresso de Sua Alteza Real para a antiga sede da Monarquia Portuguesa.

O Povo, sempre fiel à causa comum da nação, julga que não se desliza da sua marcha representando os inconvenientes que podem resultar de qualquer providência expedida, quando ela encontre no local em que deve ser executada obstáculos a esta ideia de prosperidades públicas, que o soberano congresso anunciou altamente à face da Europa e que até o presente tem sido o motivo da nossa firme adesão aos princípios constitucionais. Na crise atual, o regresso de Sua Alteza Real deve ser considerado como uma providência inteiramente funesta aos interesses nacionais de ambos os hemisférios.

Não, não é a glória de possuir um príncipe da dinastia reinante que obriga o povo a clamar pela sua residência no Brasil, à vista do mesmo decreto que o chama além do Atlântico; nós perderíamos com lágrimas de saudade esta glória que acontecimentos imprevistos e misteriosamente combinados nos trouxeram, abrindo entre nós uma época que parecia não estar marcada pela Providência nos nossos fastos, e ao mesmo tempo fazendo a emancipação do Brasil, justamente na idade em que, possuído da indisputável ideia das suas forças, começava a erguer o colo para repelir o sistema colonial; mas a perda desta augusta posse é igualmente a perda da segurança e da prosperidade deste rico e vastíssimo continente; ainda avançamos a dizer respeitosa e que esta perda terá uma influência muito imediata sobre os destinos da Monarquia em geral...

O Brasil, conservado na sua categoria, nunca perderá de vista as ideias de seu respeito para com a sua ilustre e antiga metrópole; nunca se lembrará de romper as cadeias de amizade e honra, que deve ligar os dois continentes através da mesma extensão dos mares que os separam; e a Europa verá com espanto que se o espaço de 2.000 léguas foi julgado muito longo para conservar em vigor os laços do reino unido, sendo o fiador desta frágil união lenho batido pelas ondas e exposto às contingências da navegação, este mesmo espaço nunca será capaz de afrouxar os vínculos da nossa aliança, nem impedirá que o Brasil vá ao longe com mais alegria, com a mão mais cheia de riquezas do que ia dantes, engrossar a grande artéria da nação.

O Povo do Rio de Janeiro, conhecendo bem que estes são os sentimentos dos seus coirmãos brasileiros, protesta à face das nações pelo desejo que tem de ver realizada esta união tão indispensável para consolidar as bases de prosperidade nacional; entretanto, o mais augusto penhor da infalibilidade destes sentimentos é a pessoa do Príncipe Real do Brasil, porque nele reside a grande ideia de toda a aptidão para o desempenho destes planos, como o primeiro vingador do sistema constitucional. As Províncias do Brasil, aparecendo nas pessoas de seus deputados em torno do Trono do Príncipe Regente formaram uma liga de interesses comuns dirigindo sempre a marcha de suas providências segundo a perspectiva das circunstâncias, sendo um dos seus objetos de empenho estreitar mais e mais os vínculos de nossa fraternidade nacional.

Se o motivo que as Cortes apresentam para fazer regressar Sua Alteza Real é a necessidade de instrução de economia política, que o mesmo Senhor deve adquirir viajando pelas cortes da Europa, assinaladas no

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

decreto, o povo julga que se faz mais necessário para a futura glória do Brasil que Sua Alteza Real visite o interior deste vastíssimo continente desconhecido na Europa Portuguesa; e por desgraça nossa examinado, conhecido, descrito, despojado pelas nações estrangeiras, em cujas cartas, como ultimamente na de Mr. La Pie, nós, com vergonha, vamos procurar as latitudes e as longitudes das Províncias centrais, a direção dos seus grandes rios, e a sua posição cartográfica, e até conhecer a sua capacidade para as riquezas da agricultura.

Portugal, considerando o Brasil como um país que só lhe era útil pela exportação do ouro, e de outros gêneros com que ele paga o que importa aos estrangeiros, esquecendo-se que esta mesma exportação era o resultado mais das forças físicas do Brasil do que de estímulo das artes da indústria, comprimidas pelo mortífero sistema colonial e abandonadas a uma cega rotina; não se dignou em tempo algum entrar no exame deste continente, nunca lançou os olhos sobre o seu termômetro político e moral, para conhecer a altura em que estava a opinião pública, e bem mostra pela indiferença com que se anuncia a seu respeito. É, portanto, de primeira necessidade que o Príncipe Regente dê esse passo tão vantajoso para maior desenvolvimento da vida moral e física do Brasil. Nas Províncias do Brasil, Sua Alteza Real achará um povo que o adora e suspira pela sua presença; nas mais polidas encontrará homens de talento bem dignos de serem admitidos ao seu conselho; achará uma experiência dos velhos que o discípulo Xenofontes encontrou nas bocas do Nilo; conhecerá de perto as forças locais deste imenso país, em cujo seio ainda virgem, como diz o célebre Mr. De Sismondi: se podem perfilar as plantações que nutrem o orgulho das margens do Indo, do Ganges, da antiga Trapobana, e que obrigarão o altivo Adamastor a se embriagar tantas vezes contra os Europeus. Se o Brasil, agrilhado em sua infância e com poucas homenagens na sua mocidade, avançou rapidamente através das mesmas barreiras que tolham sua marcha, quanto não avançará depois de ser visitado e perfeitamente conhecido pelo Príncipe herdeiro da monarquia que, na sua passagem, verá a justiça que se lhe fez, tirando-se-lhe as argolas coloniais, e dando-se-lhe o diadema.

O Povo do Rio de Janeiro, tendo em vista o desempenho deste projeto verdadeiramente filantrópico, e conhecendo que Sua Alteza Real anuncia o mais enérgico entusiasmo ao realizá-lo, com grande vantagem da nação em geral, não pode, portanto, convir no seu regresso; e julgando que tem dito quanto basta para que V. S. faça ver a Sua Alteza Real a delicadeza com que o mesmo Senhor se deverá haver nas circunstâncias ameaçadoras nos horizontes políticos do Brasil, espera ser atendido na sua representação, de cujas consequências (não o sendo) o mesmo povo declara V. S. responsável e igualmente espera que o soberano congresso a receba e a considere como manifestação da vontade de irmãos interessados na posteridade geral da nação, no renovo de sua mocidade e de sua glória, que sem dúvida não chegará ao zênite a que espera subir, se não estabelecer uma só medida para os interesses recíprocos dos dois hemisférios, atendendo sempre às diversas posições locais de um e outro. Sendo, portanto, de esperar que todas as Províncias do Brasil se reúnam neste centro de ideias, que se espalhe a lisonjeira notícia de que não se verificou o regresso de Sua Alteza Real. O povo encarrega V.S. de fazer ver ao mesmo Senhor a absoluta necessidade de ficarem por agora suspensos os dois decretos números 124 e 125 das Cortes, porque não se pode presumir das públicas intenções do soberano congresso que deixe de aceder a motivos tão justos, e de tão grandes relações com o bem geral das nações.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1821.

ANEXO 06 – DISCURSO DE JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

Discurso lido para o Imperador em 09 de janeiro de 1822 e que motivou o “Fico”.

Senhor! A saída de V. Alteza Real dos Estados do Brasil será o fatal decreto que sancione a Independência deste Reino. Exige, portanto, a salvação da pátria que V. Alteza Real suspenda a sua ida até nova determinação do soberano congresso.

Tal é, Senhor, a importante verdade que o Senado da Câmara desta cidade, impelido pela vontade do povo que representa, tem a honra de vir apresentar à mui alta consideração de V. Alteza Real: cumpre demonstrá-la.

O Brasil que em 1808 viu nascer nos vastos horizontes no Novo Mundo, a primeira aurora de sua liberdade... O Brasil, que em 1815, obteve a carta de sua emancipação política, preciosa dádiva de um rei benigno... O Brasil, finalmente, que em 1821, unido à mãe pátria, filho de tão valente como fiel, quebrou com ela os ferros do proscrito despotismo recorda sempre com horror os dias da sua escravidão recém passada, teme perder a liberdade mal segura que tem principiado a gozar; e receia que um futuro envenenado venha precipitá-lo no estado antigo de suas desgraças.

É filho daquela recordação odiosa daqueles tempos e deste receio, o veneno que a opinião pública se apressou a lançar na carta de Lei de 1º de outubro de 1821, porque se lhe antojou que o nosso sistema de governos de juntas provisórias, com generais das armas, independentes delas, sujeitos ao Governo deste Reino, a este só responsáveis e às Cortes, tende a dividir o Brasil e a desarmá-lo para o reduzir ao antigo estado de colônia, que só vis escravos podem tolerar, e nunca, um povo livre, que se pugna pelo ser, nenhuma força existe capaz de o suplantar.

É filho das mesmas causas o veneno que a opinião pública derramou sobre a carta de lei do mesmo dia, mês e ano, que decretou a saída de V. Alteza Real, porque entendeu que este decreto tem por vista roubar ao Brasil, o centro de sua unidade política, única garantia da sua liberdade e ventura.

É filho das mesmas causas o dissabor e o descontentamento com que o povo constitucional e fiel recebeu a notícia da extinção dos tribunais deste Reino, porque desconfiou que Portugal aspira a reedificar o império da sua superioridade antiga, impondo-lhe a dura lei da dependência; e arrogando-se todas as prerrogativas de mãe, como se durasse ainda o tempo da sua tutela extinta, sem se lembrar que este filho, emancipado já, não pode ser privado com justiça da posse de direitos e prerrogativas que por legítima partilha lhe pertencem.

É filho da mesma causa o reparo e susto com que o desconfiado brasileiro viu que no soberano congresso se precipitaram a determinar negócios do Brasil, sem que tivessem reunidos todos os seus deputados, contra a declaração solene do mesmo soberano congresso tantas vezes ouvida, com exaltado aplauso de povo brasileiro, porque julgou acabada de uma vez a consideração até então politicamente usada com esta importante parte da Monarquia.

Tal é, Senhor, o grito da opinião pública nesta Província. Corramos as vistas ligeiramente sobre as outras, e que se pode esperar da sua conduta?

Pernambuco, guardando as matérias primas da Independência que proclamou um dia, malograda por imatura, mas não extinta. Quem duvida que a levantará de novo se um vento próximo de união política a não prender?

Minas principiou por atribuir-se um poder deliberativo, que tem por fim examinar os decretos das Cortes soberanas, e negar obediência àqueles que julgar opostos aos seus interesses, já deu acessos militares, trata de alterar a lei dos dízimos, tem entrado, segundo dizem, no projeto de cunhar moeda... E o que mais faria uma Província que se tivesse proclamado independente?

São Paulo sobejamente manifestou os sentimentos livres que possui nas políticas instituições que ditou

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

aos seus ilustres deputados. Ela aí corre a expressá-lo mais positivamente pela voz de uma deputação que se apressa em apresentar a V. Alteza Real uma representação igual a deste povo!

O Rio Grande do Sul vai significar V. Alteza Real que vive possuído de sentimentos idênticos, pelo protesto deste honrado cidadão que vedes incorporado a nós.

Ah! Senhor, e será possível que estas verdades, sendo tão públicas, estejam fora do conhecimento de V. Alteza Real? Será possível que V. Alteza Real ignore que um Partido Republicano, mais ou menos forte, existe semeando aqui e ali, em muitas das Províncias do Brasil, por não dizer em todas elas? Acaso as cabeças que intervieram na explosão de 1817 expiraram já, como se crê que tenham mudado de opinião? Qual outra lhes parecerá mais bem fundada que a sua? E não diz uma fama pública, ao parecer segura que nesta mesma cidade um ramo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de V. Alteza Real, que fez tentativas para crescer e ganhar força, e que só desanimou à vista da opinião dominante de que V. Alteza Real se deve demorar aqui para sustentar a união da Pátria? Não é notório e constante que vasos de guerra estrangeiros visitam em número que faz notável, todos os portos do Brasil? E não se diz que grande parte deles pertence a uma nação livre que protege aquele partido, e que outros são observadores vigilantes de nações empreendedoras?

Não foi, finalmente, quando preparavam a sua constituição política que a Polônia se viu talada pelas armas dos êmulos da futura glória; e a Espanha por falta de política perdeu a riqueza das suas Américas? E se tudo é resultado certo que a Pátria está em perigo, qual será o remédio também achado que a salve? A opinião pública, esta rainha do mundo poderosa, que todos os negócios políticos governa com acerto, o ensina.

Dê-se ao Brasil um centro próximo de união de atividade; dê-se-lhe uma parte do corpo legislativo e um ramo do poder executivo, com poderes competentes, amplos fortes e liberais, e tão bem ordenados, que formando um só corpo legislativo e um só poder executivo, só uma corte e só um rei, possa Portugal e o Brasil fazer sempre uma família irmã, um só povo, uma só nação e um só império. E não oferecem os governos liberais da Europa exemplos semelhantes? Não é por esse sistema divino que a Inglaterra conserva unida a si a sua Irlanda?

Mas, enquanto não chega este remédio tão desejado, como necessário, exige a salvação da Pátria que V. Alteza Real viva no Brasil para o conservar unido a Portugal. Ah! Senhor, se V. Alteza Real nos deixa, a desunião é certa. O Partido da Independência que não dorme, levantará o seu império e em tal desgraça, oh, que de horrores de sangue, que terrível cena aos olhos de todos se levanta!

Demorai-vos, Senhor, entre nós até dar tempo que o soberano congresso, já informado do último estado das coisas deste Reino e da opinião que nele reina, receba as representações humildes deste povo constitucional e fiel, unida às das demais Províncias. Dar tempo a que todas corram para este centro de unidade que se elas vierem a pátria está salva, caso contrário sempre estará em perigo. Daí afago aos votos dos seus filhos do Brasil.

Façamos justiça à sua boa-fé e veremos que as cartas de lei do 1º de outubro de 1821, que a tantas desconfianças têm dado causa, foram ditadas pelo estado da opinião que a este tempo dominava neste Reino. Quase todas as Províncias declararam mui positivamente que nada queriam do governo do Rio de Janeiro e que só reconheciam o de Lisboa. V. Alteza Real o sabe, e V. Alteza Real mesmo foi obrigado a escrever para lá que não podia conservar-se aqui por falta de representação política mais limitada do que a de qualquer capitão-general do governo antigo.

Apareceram, além disto, nesta cidade, dias aziagos! Correram vozes envenenadoras, que nem a pureza da conduta de V. Alteza Real e todas as luzes conhecidamente constitucionais perdoaram. Desejou-se (sou homem de verdade, hei de dizê-lo), desejou-se aqui, e escreveu-se para lá, que V. Alteza Real saísse do Brasil.

Dados estes fatos, que são positivos e indubitáveis, que outra ideia se podia então apresentar ao soberano

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

congresso que não fosse a de mandar retirar do Brasil a augusta pessoa de V. Alteza Real?

Mas hoje que a opinião dominante tem mudado e tem principiado a manifestar-se, com sentimentos que os verdadeiros políticos possuíram sempre; hoje que todos querem o governo de V. Alteza Real como remédio único de salvação contra os partidos da Independência; nome que se tem descoberto que aquelas declarações ou nasceram de cálculos precipitados, filhos da ocasião e do ódio necessário que todas as Províncias tinham ao Governo do Rio de Janeiro (pelos males que de cá lhes foram, ou tiveram talvez por fim abrir os primeiros passos para uma premeditada Independência absoluta); hoje, finalmente, que todas vão caminhando para ela, mais ou menos, é sem dúvida de esperar que o soberano congresso, que só quer a salvação da Pátria, conceda, sem hesitar, aos honrados brasileiros o remédio de um centro próximo de unidade, que com justiça lhe requerem.

E não se poderá negar ao Brasil tão justa pretensão? Se Portugal acaba de manifestar aos soberanos e povos da Europa que entre as poderosas e justificadas causas, que produziram os memoráveis acontecimentos que ali tiveram lugar nos regeneradores dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, foi principal a da orfandade em que se achava pela ausência de Sua Majestade D. João VI; por ser conhecida por todos a impossibilidade de pôr em marcha regular os negócios públicos e particulares da Monarquia, achando-se colocado a 2.700 léguas o centro de seus movimentos, que razão de diferença existe para que o Brasil, padecendo os mesmos males, não será mais acertado conceder-lhe já o que por força se lhe há de dar?

Tais são, Senhor, os votos deste povo, e protestando que vive animando na mais sincera e ardente vontade de permanecer unida a Portugal por um vínculo de pacto social, que, fazendo o bem geral de toda a nação, faça o do Brasil por anéis de condições em tudo iguais, roga a V. Alteza Real que se digne de os acolher benigno e anuir a eles, para que aqueles vínculos mais e mais se estreitem e não se quebrem. Por outra forma o ameaçado rompimento de Independência e anarquia parece certo e inevitável.

ANEXO 07 – TERMO DE CONCESSÃO DE TÍTULO A D. PEDRO

Termo de vereação do Senado para a concessão do título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil ao Príncipe Regente em 13 de maio de 1822.

Aos 13 dias do mês de maio do ano de 1822, nesta cidade do Rio de Janeiro, e Paço de S. Alteza Real, aonde o Senado da Câmara desta cidade veio a requerimento do povo da mesma e tropa da 1ª e 2ª linhas, que se achavam reunidas no largo do Paço, pelo povo e tropa sobredita, foi representado ao mesmo Senado da Câmara, que tinham acabado de aclamar a S. Alteza Real, o Príncipe Regente: Protetor e Defensor Perpétuo e Constitucional do Reino do Brasil; e que requeriam que o Senado, em nome do povo desta cidade ratificasse a sobredita aclamação; e de tudo para constar mandasse lavrar as atas necessárias.

E sendo apresentada a S. Alteza Real a expressa representação do povo e tropa pelo Senado da Câmara, houve o mesmo Senhor, por bem declarar – que aceitava e continuaria a desempenhar com até aqui o título, que o povo e tropa desta Corte lhe conferiam.

E logo, sendo esta declaração de S. Alteza Real publicada de uma das varandas do Paço pelo Juiz de Fora Presidente do Senado da Câmara, foi a mesma aplaudida pelo povo e tropa, que estavam presentes, com os seguintes vivas, que o sobredito Presidente do Senado da Câmara levantou pela ordem seguinte: ‘Viva a Constituição’; ‘Vivam as Cortes’ – e de tudo para constar se mandou lavrar este termo, em que assinou S. Alteza Real, o Senado da Câmara, povo e tropa, que estavam presentes. E eu José Martins da Rocha, Escrivão do Senado da Câmara, que o escrevi.

José Clemente Pereira – João Soares de Bulhões – Domingos Viana Gurgel do Amaral – José Antônio dos Santos Xavier.

Seguem as assinaturas dos demais cidadãos.

Adendo: Declarou S. Alteza Real, depois de assinar a ata supra, que se não assinava PROTETOR DO BRASIL, porque este não precisava de sua proteção e a si mesmo se protegia.

Era ut supra – E eu José Martins da Rocha o escrevi.

José Clemente Pereira – João Soares de Bulhões – Domingos Viana Gurgel do Amaral – José Antônio dos Santos Xavier.

ANEXO 08 – DISCURSO DE 23 DE MAIO DE 1822

Discurso proferido por Joaquim Gonçalves Ledo na Loja “Comércio e Artes”.

SENHOR! A natureza, a razão e a humanidade, este feixe indissolúvel e sagrado, que nenhuma força humana pode quebrar, gravaram no coração do homem uma propensão irresistível para, por todas as forças em todas as épocas e em todos os lugares, buscarem ou melhorarem o seu bem-estar. Este princípio tão santo como a sua origem, e de centuplicada força quando aplicado às nações, era de sobra para o Brasil, esta porção preciosa do globo habitado, não acesse à inerte expectativa de sua futura sorte, tal qual fosse decretada longe de seus lugares e no meio de uma potência (Portugal) que devia reconhecer inimiga de sua glória, zelosa de sua grandeza, o que bastante deixava ver pelo seu Manifesto às nações que queria firmar a sua ressurreição política sobre a morte do nascente império Luso-Brasileiro, pois baseava as razões de sua decadência sobre a elevação gloriosa deste filho da América – o Brasil.

Se esta tão óbvia e justa consideração quisesse juntar a sua dolorosa experiência de trezentos e oito anos, em que o Brasil só existia para Portugal para pagar tributos, que motivos não encontraria, na cadeia tenebrosa de seus males para chamar a atenção e vigilância de todos os seus filhos a usar da sabedoria que lhe compete, e dos mesmos direitos de que usara Portugal e por si mesmo tratar de sua existência e representação política, da sua prosperidade e da sua constituição? Sim, o Brasil podia dizer a Portugal: ‘Desde que o sol abriu seu túmulo e dele me fez saltar para apresentar-me ao ditoso Cabral a minha fertilidade, a minha riqueza, a minha prosperidade, tudo sacrifiquei, tudo te dei; e tu, o que me deste? Escravidão, só escravidão. Cavavam o seio das minhas montanhas, penetravam o centro do meu solo para te mandarem o ouro, com que pagavas as nações estrangeiras a tua conservação e as obras com que decoras a tua majestosa Capital; e tu, quando a sôfrega ambição devorou os tesouros, que sob mão se achavam nos meus terrenos, quiseste impor-me o mais odioso dos tributos, a “captação”. Mudavam o curso dos meus caudalosos rios para arrancarem de seus leitos os diamantes que brilham na coroa do monarca; despiam as minhas florestas para enriquecerem a tua grandeza, que, todavia, deixavas cair de enfraquecidas mãos... E tu, o que me deste? Opressão e vilipêndio! Mandavas queimar as filatórias e teares, onde minha nascente indústria beneficiava o algodão para vestir os meus filhos; negavas-me a luz das ciências para que não pudesse conhecer os meus direitos nem figurar entre os povos cultos; acanhavas a minha indústria para me conservares na mais triste dependência da tua; desejavas até diminuir as fontes da minha natural grandeza e não querias que eu conhecesse o Universo senão o pequeno terreno que ocupas. Eu acolhi no meu seio os teus filhos a quem dourava a existência e tu me mandavas, em paga, tiranos indomáveis que me laceravam. Agora é tempo de reempossar-me de minha liberdade; basta de oferecer-me em sacrifício às tuas interessadas vistas. Assaz te conheci, demasiado te servi... – os povos não são propriedade de ninguém’.

Talvez o Congresso de Lisboa, no devaneio de sua fúria dará (e será uma inconseqüência) o nome de rebelião ao passo heroico das Províncias do Brasil à reassunção de sua soberania desprezada; mas se o fizer, deverá primeiro declarar rebelde a Razão, que prescreve aos homens não se deixarem esmagar pelos outros homens; deverá declarar rebelde a Natureza, que ensinou aos filhos a separarem-se de seus pais, quando tocam a época de sua virilidade; é mister declarar rebelde a Justiça, que não autoriza usurpação, nem perfídias; é mister declarar rebelde o próprio Portugal, que encetou a marcha de sua monarquia, separando-se de Castela; é mister declarar-se rebelde a si mesmo (esse Congresso), porque se a força irresistível das coisas prometia a futura desunião dos dois Reinos, os seus procedimentos aceleraram esta época, sem dúvida fatal para a outra parte da nação que se queria engrandecer...

O Brasil, elevado à categoria de Reino, reconhecido por todas as potências e com todas as formalidades que trazem o direito público na Europa, tem inquestionável jus a reempossar-se de porção de soberania

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

que lhe compete, porque o estabelecimento da ordem constitucional é um negócio privativo de cada povo. A Independência, Senhor, no sentido dos mais abalizados políticos, é inata nas colônias, como a separação das famílias o é na humanidade. A Natureza não formou satélites maiores que os seus planetas. A América deve pertencer à América, a Europa à Europa, porque não debalde o Grande Arquiteto do Universo meteu entre elas o espaço imenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perdurável sistema, e ligar todas as partes do nosso grande todo é este... O Brasil, no meio das nações independentes, e que falam com exemplo de felicidade, não pode conservar-se colonialmente sujeito a uma nação remota e pequena. As nações do Universo têm olhos sobre nós, brasileiros, e sobre ti, Príncipe! Ou cumpre aparecer, entre elas, como rebeldes ou como homens livres e dignos de o ser. Tu já conheces os bens e os males que te esperam e à tua posteridade. Queres ou não queres? Resolve, Senhor!

ANEXO 09 – NOTA DE RIO BRANCO SOBRE O “20 DE AGOSTO”

Nota do Barão do Rio Branco para a “História da Independência do Brasil” de Francisco Adolfo Varnhagen sobre a proclamação da Independência pela Maçonaria em sessão do Grande Oriente de 20 de agosto, presidida por Gonçalves Ledo.

Esta data está no ‘Brasil Histórico’, ano I, 1864, nº 46, mas é erro. Nesse mesmo número está a data maçônica: ‘Sessão de 20 do sexto mês’, que corresponde a 20 de agosto, segundo o calendário dos maçons brasileiros. É também a data que se lê em Menezes, ‘Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil’, pág. 39 a 41, nos seguintes trechos, reproduzidos por L. F. da Veiga (‘O Primeiro Reinado’, pág. 34). Depois de um eloquente e enérgico discurso proferido pelo presidente (Primeiro Grande Vigilante) Joaquim Gonçalves Ledo, fez este (20 de agosto de 1822) pressentir a necessidade de se proclamar quanto antes a Independência do Brasil; e a confirmação da realeza na pessoa do Príncipe Regente (pág.30 de Menezes)... O Príncipe, sendo inteligência pelo seu ministro José Bonifácio, Grão-Mestre da Ordem, da proclamação da Independência em assembleia geral do povo maçônico em 20 de agosto... (pág. 41 de Menezes). Em uma certidão, publicada no citado número do ‘Brasil Histórico’ lê-se o seguinte: - ‘... da ata da sessão de 20 do sexto mês consta não só que, tendo sido convocados os maçons, membros das três Lojas metropolitanas, para esta sessão extraordinária com o especificado fim adiante declarado, sendo também presidida pelo sobredito Primeiro Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, no impedimento do Grão-Mestre José Bonifácio, dirigira do sólio enérgico e fundado discurso, demonstrando com as mais sólidas razões que as atuais políticas circunstanciais de nossa pátria demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa Independência e da realeza constitucional na pessoa do augusto Príncipe, perpétuo defensor do reino do Brasil, mas também esta moção fora aprovada por unânime e simultânea aclamação, expressada com ardor do mais puro e cordial entusiasmo patriótico. Que sossegado, mas não extinto, o ardor da primeira alegria dos ânimos, por verem prestes a realizarem-se os votos da vontade geral pela Independência e engrandecimento da pátria, propusera ainda o mesmo Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da pátria que se propunha, o perdessem, convencidos pelo debate... Falaram vários membros, aprovando todos a moção; mas, como alguns mostrassem desejos de que fossem convidadas as outras províncias coligadas, a fim de que se efetuasse em todas simultaneamente a desejada aclamação, ficou reservada a discussão de disseminar e propagar a persuasão de tão necessária medida pública. Na sessão de 23 do sexto mês (23 de agosto), ainda presidida por Gonçalves Ledo, continuou a discussão. E, por proposta sua, foram nomeados os emissários que deviam ir tratar da aclamação das diferentes províncias; entre eles Januário da Cunha Barbosa, designado para ir a Minas; João Mendes Viana, para Pernambuco; o brigadeiro José Egídio Gordilho da Barbuda para a Bahia. Vários maçons ofereceram as somas necessárias para as despesas de viagem dos comissários. Nomeou-se também uma comissão para ir agradecer, respeitosamente, ao Augusto Grão-Mestre Guatimozin (D. Pedro) as fraternais felicitações, que de São Paulo dirigira ao Grande Oriente. Já então havia sido D. Pedro aclamado Grão-Mestre. Na mesma noite da sua chegada de São Paulo, tomou posse desse cargo (14 do sétimo mês), isto é, 14 de setembro.

Barão do Rio Branco.

ANEXO 10 – HINO MAÇÔNICO DA INICIAÇÃO

Escrito pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa no séc. XIX. Adotado pela Augusta e Respeitável Loja de São João Vigário Bartolomeu Fagundes para ser entoado à hora em que o neófito recebia a Verdadeira Luz e para ser cantado também, em todas as solenidades maçônicas da respectiva Oficina.

Salve ó Luz brilhante e nova,
Astro da Maçonaria,
Tu, na história nossa, marcas
O mais Glorioso Dia.

Quem te segue, os passos firma,
Nos caminhos da Virtude,
A velhice e a juventude
Devem teu clarão prezar.

Salve ó Luz brilhante e nova,
Astro da Maçonaria,
Tu, na história nossa, marcas
O mais Glorioso Dia.

Neste novo Templo unidos
Em Santa Fraternidade.
Honraremos a Divindade
Por um culto singular.

Salve ó Luz brilhante e nova,
Astro da Maçonaria,
Tu, na história nossa, marcas
O mais Glorioso Dia.

Em ativo zelo inflammas
Os verdadeiros maçons;
E assim nossos corações
São da caridade, o Altar.

ANEXO 11 – HINO MAÇÔNICO DE D. PEDRO I

Letra e Música de autoria atribuída à D. Pedro I (de acordo com Boletins do “Grande Oriente do Brasil” de 1851 a 1861 que citam o Imperador como autor do referido hino).

Da luz que se difunde
Sagrada filosofia;
Surgiu no mundo assombrado
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta
Tende firmeza,
Vingai direitos
Da Natureza.

Da razão parte sublime
Sacro culto merecia,
Altos heróis adoraram
A pura Maçonaria.

Da razão suntuoso templo,
Um grande rei erigia,
Foi, então, instituída,
A pura Maçonaria.

Nobres inventos não morrem.
Vencem do tempo a porfia,
Há de os séculos afrontar
A pura Maçonaria.

Humanos, sacros direitos,
Que calcara a tirania,
Vai, ufana, restaurando,
A pura Maçonaria.

Da Luz, depósito augusto
Recatando a hipocrisia,
Guarda em si, com zelo santo,
A pura Maçonaria.

Cautelosa, esconde e nega
À profana gente ímpia,
Seus mistérios majestosos,
A pura Maçonaria.

Do mundo, o Grande Arquiteto,
Que o mesmo mundo alumia,
Propício, protege, ampara,
A pura Maçonaria.

Maçons, alerta,
Tende firmeza,
Vingai direitos
Da Natureza.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Brás Hermenegildo do. ***História da Independência na Bahia***. Salvador, BA: Livraria Progresso Editora, 1957.

ANDRADE, Martins de. ***A Revolução de 1842***. São Paulo, SP: Tipografia Apollo, 1942.

ASLAN, Nicola. ***Uma Radioscopia da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

BARRETO, Jorge Muniz. ***A Maçonaria Respondendo aos Desejos dos Brasileiros e Culminando na Independência do Brasil***. Florianópolis, SC: Inf. JB News – Inf. nº 1807. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1807.pdf>. Acessado em 18/10/2015.

BARROSO, Gustavo. ***História Secreta do Brasil***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1939.

BOITEUX, Lucas Alexandre. ***História de Santa Catharina***. Florianópolis, SC: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1930.

BRANDÃO, Ulisses de Carvalho Soares. ***A Confederação do Equador (1824-1924)***. Recife, PE: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1924.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. ***História da Independência no Piauí***. Teresina, PI: Fundapi, 2006.

BRITO, Lemos. ***A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1937.

CAIUBY, Amando. ***O Patriarca, Gênio da América***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1949.

CALMON, Pedro. ***A Vida de D. Pedro I, Rei Cavaleiro***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

CALMON, Pedro. ***História do Brasil***. 8 volumes. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1943.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

CALMON, Pedro. **O Marquês de Abrantes**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1933.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A Política Exterior do Império**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Brasiliense – UFRJ, 1933.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A Formação Histórica do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Manuel Emilio Gomes de. **Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Série: Edições do Senado Federal – vol. 12. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

CARVALHO, Willian Almeida de. **Pequena História da Maçonaria no Brasil**. Site Biblioteca Digital. Disponível em: < <https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/> >. Acessado em 08/02/2016.

CASTELLANI, José. **1822: A Fundação do Grande Oriente do Brasil**. Cadernos de Estudos Maçônicos, nº 28, 1996.

CASTELLANI, José. **A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Landmark, 2007.

CINTRA, Francisco de Assis. **A Revolução que fez o Império**. 4ª edição. São Paulo, SP: Imprensa Commercial José Magalhães, 1934.

CINTRA, Francisco de Assis. **Na Margem da História – Histórias que não vem na História**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1928.

CINTRA, Francisco de Assis. **No limiar da História**. São Paulo, SP: Livraria Francisco Alves, 1923.

CINTRA, Francisco de Assis. **Revelações Históricas para o Centenário**. Rio de Janeiro, RJ: Leite Ribeiro, 1923.

CORREA, Viriato. **Terra de Santa Cruz – Contos e Crônicas da História do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria A. J. Castilho, 1921.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

COSTA, Sérgio Corrêa da. **As Quatro Coroas de D. Pedro I**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 1968.

D'ALBUQUERQUE, Arci Tenório. **A Maçonaria e a Independência do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1971.

DORNAS, João... Filho. **Os Andradas na História do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Gráfica Queiroz Breiner, 1937.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução**. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **Subsídios para a História da Literatura Maçônica Brasileira do Séc. XIX**. Caxias do Sul, RS: Educs, 1989.

GOMES, Manoel. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

GOMES, Laurentino. **1822: Como Um Homem Sábio, Uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira, 2010.

HISTORY CHANNELL. **Maria Leopoldina Assina o Decreto da Independência**. Site Oficial. Publicado em 02/09/2016. Disponível em: <<http://www.seuhistory.com/hoje-na-historia/maria-leopoldina-assina-o-decreto-da-independencia>>. Acessado em: 12/12/2016.

LIMA, Adelino de Figueiredo. **Nos Bastidores do Mistério**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1958.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Movimento da Independência (1821-1822)**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1972.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império Brasileiro (1822-1889)**. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 1927.

LOBATO, Ivaldo Gonçalves. **História da Loja Comércio e Artes – Primaz do Brasil**. Florianópolis, SC: Inform. JB News – Inf. nº 1872. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1872.pdf>. Acessado em 15/11/2015.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

MACAULAY, Neill. **Dom Pedro: The Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834**. Durham, EUA: Duke University Press, 1986.

MARTINS, Rocha. **A Independência do Brasil**. Lisboa, Portugal: Editora Lúmen, 1922.

MELO, Mário. **A Maçonaria no Brasil**. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1914.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: A Elaboração da Independência**. 2 volumes. Itatiaia, SP: Edusp, 1981.

MORAIS, Melo. **História do Brasil Reino**, Brasil Império. 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Pinheiro, 1871.

PORTO, A. Campos. **A Igreja católica e a Maçonaria**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Aurora, 1957.

RIBEIRO, João. **História do Brasil** – Curso Superior. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1967.

RIO BRANCO, Barão do. **Efemérides Brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1938.

ROCHA, Osvaldo Pereira. **Algo Sobre a Independência do Brasil**. Florianópolis, SC: JB News - Informativo nº 1800. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1800.pdf>. Acesso em: 25/10/2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil: A Vida de D. Pedro I**. 3 volumes. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil: Fatos e Personagens em Torno de um Regime**. Itatiaia, SP: Edusp, 1988.

SUPERINTERESSANTE. **Maçonaria: A Ordem**. Edição virtual de agosto de 2005. São Paulo, SP: Ed. Abril. Disponível: <<http://super.abril.com.br/historia/maconaria-a-ordem>>. Acessado em: 29/09/2017.

A MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. **Os Grandes Vultos da Independência (1822-1922)**. São Paulo, SP: Cia. Melhoramentos de SP, 1922.

TOURINHO, Eduardo. **Alma e Corpo da Bahia**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio, 1950.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil**. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 2010.

VASCONCELOS, Salomão de. **O Fico, Minas e os Mineiros da Independência**. Belo Horizonte, MG: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1972.

VIEIRA, Maria Elisabete. **O Envolvimento da Maçonaria Fluminense no Processo de Emancipação do Reino do Brasil (1820-1822)**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.